

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 22/01/2021	



BAHIA GASTA R\$ 1,57 BILHÃO POR MÊS COM O PAGAMENTO DE FUNCIONÁRIOS



admin 21 Janeiro, 2021

O Governo do Estado desembolsa, por mês, de acordo com a **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, o valor de R\$ 1,57 bilhão com o pagamento da folha. São 276 mil pessoas, entre ativos, aposentados e pensionistas, informa a Secretaria da Administração (Saeb), que coordena a operação mensal de processamento dos dados da folha, realizada por todas as unidades administrativas do Estado.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que, com o processo de pandemia ainda em curso e um longo período de falta de crescimento econômico, é importante que o Estado continue com as contas equilibradas. “A manutenção dos pagamentos em dia depende também da atuação dos servidores públicos, tanto os da Fazenda, no contexto da arrecadação, como os das demais secretarias e órgãos estaduais, com a prática da economia e do zelo com o gasto público”, alerta Vitório.

O secretário da Administração, Edelvino Góes, reforça a importância do equilíbrio fiscal para o Estado. “Uma boa gestão administrativa financeira é essencial para que a Bahia mantenha o patamar alcançado nos últimos anos para com a responsabilidade fiscal do Governo do Estado e consiga, neste período de pandemia, publicar uma tabela com as datas de pagamento dos vencimentos dos servidores ativos e dos benefícios, para os inativos e pensionistas”, pontua.

A tabela de pagamento em 2021 dos servidores ativos, aposentados e pensionistas das administrações direta e indireta, fixando as datas de desembolso dos vencimentos mês a mês, será publicada na edição deste fim de semana (dias 23 e 24) do Diário Oficial do Estado (DOE).

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 21/01/2021	



NOTA PREMIADA CONTEMPLA 65 MORADORES DA CAPITAL



admin 21 Janeiro, 2021

Nesta quinta-feira (21), a campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado da Bahia divulgou o resultado do sorteio de janeiro, que vai distribuir o total de R\$ 1 milhão. O prêmio especial de R\$ 100 mil foi para uma moradora do bairro do Barbalho, em Salvador. Os demais prêmios, de R\$ 10 mil, foram para 64 moradores da capital e 26 do interior. A lista completa dos ganhadores pode ser conferida no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e nas redes sociais da Sefaz-Ba (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Entre as cidades do interior com maior número de participantes contemplados estão Feira de Santana, com cinco sorteados, e Teixeira de Freitas, com três. Na sequência, com dois ganhadores cada, aparecem Ipiaú, Itabuna, Lauro de Freitas e Nazaré. Completam a lista, com um sorteado cada, os municípios de Barreiras, Camaçari, Castro Alves, Euclides da Cunha, Ibirataia, Ilhéus, Jequié, Mata de São João, Pojuca e Porto Seguro.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 21/01/2021	



Sorteio da Nota Premiada Bahia contempla 65 moradores da capital e 26 do interior

21 janeiro 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

O ano começou mais feliz para 91 participantes da Nota Premiada Bahia. Nesta quinta-feira (21), a campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado da Bahia divulgou o resultado do sorteio de janeiro, que vai distribuir o total de R\$ 1 milhão. O prêmio especial de R\$ 100 mil foi para uma moradora do bairro do Barbalho, em Salvador. Os demais prêmios, de R\$ 10 mil, foram para 64 moradores da capital e 26 do interior. A lista completa dos ganhadores pode ser conferida no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e nas redes sociais da Sefaz-Ba (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter).

Entre as cidades do interior com maior número de participantes contemplados estão Feira de Santana, com cinco sorteados, e Teixeira de Freitas, com três. Na sequência, com dois ganhadores cada, aparecem Ipiaú, Itabuna, Lauro de Freitas e Nazaré. Completam a lista, com um sorteado cada, os municípios de Barreiras, Camaçari, Castro Alves, Euclides da Cunha, Ibirataia, Ilhéus, Jequié, Mata de São João, Pojuca e Porto Seguro.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 582 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.223 pessoas, das quais 781 moram na capital, 441 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 544. A campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades e até março irá repassar mais R\$ 3 milhões.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data 22/01/2021	Página: 02

Tribuna

Nota premiada

Ontem, a campanha “Nota Premiada” do Governo do Estado da Bahia divulgou o resultado do sorteio de janeiro, que vai distribuir o total de R\$ 1 milhão. O prêmio especial de R\$ 100 mil foi para uma moradora do bairro do Barbalho, em Salvador. Os demais prêmios, de R\$ 10 mil, foram para 64 moradores da capital e 26 do interior. A lista completa dos ganhadores pode ser conferida no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e nas redes sociais da Sefaz-BA (@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter). Entre as cidades do interior com maior número de participantes contemplados estão Feira de Santana, com cinco sorteados, e Teixeira de Freitas, com três. Na sequência, com dois ganhadores cada, aparecem Ipiaú, Itabuna, Lauro de Freitas e Nazaré. Completam a lista, com um sorteado cada, os municípios de Barreiras, Camaçari, Castro Alves, Euclides da Cunha, Ibirataia, Ilhéus, Jequié, Mata de São João, Pojuca e Porto Seguro.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 22/01/2021	



Governo da Bahia publica tabela de pagamento do funcionalismo estadual em 2021

22 janeiro 2021

A tabela de pagamento em 2021 dos servidores ativos, aposentados e pensionistas das administrações Direta e Indireta, fixando as datas de desembolso dos vencimentos mês a mês, será publicada na edição deste final de semana (dias 23 e 24/01) do Diário Oficial do Estado (DOE). A tabela é uma das principais evidências de equilíbrio fiscal do governo baiano: em 2020, mesmo no contexto da pandemia de covid-19, a Bahia pagou os salários do funcionalismo rigorosamente em dia, assim como nos anos anteriores, além de ter honrado os compromissos com os fornecedores.

A tabela pode ser consultada no [Portal do Servidor](#). Os funcionários baianos irão receber seus vencimentos geralmente no último dia de cada mês, exceto quando este dia cair em um final de semana. Nestes casos, o valor será depositado na sexta-feira anterior. A primeira parcela do 13º salário será quitada ao longo do ano, já que a maior parte dos servidores estaduais opta por receber este adiantamento no mês de aniversário ou junto com as férias. Já a segunda parcela será paga no dia 20 de dezembro.

O Governo desembolsa, por mês, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), o valor de R\$ 1,57 bilhão com o pagamento da folha. São 276 mil pessoas, entre ativos, aposentados e pensionistas, informa a Secretaria da Administração (Saeb), que coordena a operação mensal de processamento dos dados da folha, realizada por todas as unidades administrativas do Estado.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória, ressalta que, com o processo de pandemia ainda em curso e um longo período de falta de crescimento econômico, é importante que o Estado continue com as contas equilibradas. “A manutenção dos pagamentos em dia depende também da atuação dos servidores públicos, tanto os da Fazenda, no contexto da arrecadação, como os das demais secretarias e órgãos estaduais, com a prática da economia e do zelo com o gasto público”, alerta Vitória.

O secretário da Administração, Edelvino Góes, reforça a importância do equilíbrio fiscal para o Estado. “Uma boa gestão administrativa financeira é essencial para que a Bahia mantenha o patamar alcançado nos últimos anos para com a responsabilidade fiscal do Governo do Estado e consiga, neste período de pandemia, publicar uma tabela com as datas de pagamento dos vencimentos dos servidores ativos e dos benefícios, para os inativos e pensionistas”, pontua.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data 22/01/2021	Página: 07

Tribuna

Estado vai divulgar tabela de pagamento dos servidores

A tabela de pagamento em 2021 dos servidores ativos, aposentados e pensionistas das administrações direta e indireta, fixando as datas de desembolso dos vencimentos mês a mês, será publicada na edição deste fim de semana (dias 23 e 24) do Diário Oficial do Estado (DOE).

A tabela é uma das principais evidências de equilíbrio fiscal do governo baiano. Em 2020, mesmo no contexto da pandemia de covid-19, a Bahia pagou os salários do funcionalismo rigorosamente em dia, assim como nos anos anteriores, além de ter honrado os compromissos com os fornecedores.

A tabela poderá ser consultada no Portal do Servidor (www.portaldoservidor.ba.gov.br). Os funcionários baianos irão receber seus vencimentos geralmente no último dia de cada mês, exceto quando este dia cair em um fim de semana. Nesses casos, o valor será depositado na sexta-feira anterior. A primeira parcela do 13º salário será quitada ao longo do ano, já que a maior parte dos servidores estaduais opta por receber este adiantamento no mês de aniversário ou junto com as férias. Já a segunda parcela será paga no dia 20 de dezembro.

Veículo: G1	
Data: 22/01/2021	Caderno: Economia



Em meio a sistema tributário caótico, estado e contribuintes disputam R\$ 5,4 trilhões na Justiça

Valor equivale a 75% do PIB e inclui União, estados e municípios; reforma tributária está parada no Congresso, sem previsão de votação.

Por Bianca Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, GloboNews e G1

22/01/2021 05h01 Atualizado há uma hora



Estado e contribuintes disputam R\$ 5,4 trilhões na Justiça

Em um sistema tributário caótico e que afasta investimentos, há uma cifra que chama a atenção: a disputa judicial entre Estado e contribuintes já soma R\$ 5,4 trilhões, montante que equivale a 75% do Produto Interno Bruto (PIB).

"Esse número (de 75% do PIB) é bastante representativo do quão oneroso e desafiador é investir no país", afirma Lorreine Messias, pesquisadora do Núcleo de Tributação do Inspere e uma das autoras do levantamento. "É claramente uma medida de insegurança jurídica, de disputas bilionárias, de gastos acima da média com advogados e contadores, aos quais essas empresas têm de incorrer para operar no país."

Os números integram um estudo do Núcleo de Tributação do Insper, que mapeou e detalhou boa parte das disputas existentes nos tribunais brasileiros até o fim de 2019. Além da União, o levantamento engloba os 26 estados e o Distrito Federal, 24 capitais e cerca de 4 mil municípios.

E quanto maior o gasto, menor o lucro. "Isso significa uma taxa de retorno menor para as companhias, comparativamente a outros países. Quando eu olho o Brasil e olho outros emergentes, do ponto de vista tributário, esses outros países se tornam muito mais interessantes", destaca Lorreine.

As empresas brasileiras perdem, em média, 1.501 horas ou 62,5 dias por ano para calcular e pagar os seus impostos, segundo o Banco Mundial. A pior marca dentre 190 países analisados.

Dos R\$ 5,4 trilhões em disputas tributárias, a maior parte envolve a União - são cerca de R\$ 3,8 trilhões (ou 52,7% do PIB). Estados concentram R\$ 1,17 trilhão (16,2% do PIB), e capitais e demais municípios respondem por R\$ 439,6 bilhões (6% do PIB).

Disputa tributária

Valor das brigas entre estado e contribuintes nos tribunais do país

Números em trilhões de Reais



R\$ 5,4 trilhões

Equivale a
75%
do PIB

Fonte: Núcleo de Tributação do Insper

Infográfico atualizado em: 19/01/2021



Sistema caótico

Há uma série de razões que explicam por que o Brasil criou um sistema tão caótico. A primeira é a complexidade: "União, 26 estados e o Distrito Federal e mais de cinco mil municípios podem legislar sobre as várias áreas da tributação", explica Breno Vasconcelos, também pesquisador do Insper e coautor do estudo.

Além dessa fragmentação de competências, há ainda uma produção excessiva de regras tributárias, alertam os especialistas.

Dados do Tribunal de Contas da União (TCU) mostram que 337 mil normas foram editadas desde a Constituição de 1988, as quais, muitas vezes, ganham novas interpretações com o passar do tempo. "Isso cria um ambiente de enorme insegurança", destaca Vasconcelos.

Os processos também são extensos e demorados: o tempo médio de um litígio tributário no Brasil é de quase 19 anos, segundo a consultoria EY (antiga Ernest & Young).

No dia a dia da TMSA, uma empresa fabricante de máquinas e equipamentos, a incerteza provocada pelo sistema tributário fica evidente. A companhia fatura R\$ 300 milhões por ano, mas já acumula um terço disso em disputas com o fisco. Ao todo, tem pendentes 50 ações tributárias, parte de iniciativa própria e outra parte aberta pela Receita Federal.

Para dar conta da demanda, a empresa teve de criar um departamento apenas para lidar com os impostos.

"Na nossa área fiscal, se juntarmos desde o pessoal que faz recebimento de notas até a etapa final, além do jurídico, falamos de 25, 30 pessoas. É um absurdo", diz Mathias Elter, presidente da TMSA. "Entre 3% e 5% da nossa força de trabalho lida com o fisco. É um verdadeiro caos."

Guerra entre Estados

O estudo do Insper também apurou que a disputa envolvendo alguns tributos chega a superar - e muito - toda a arrecadação.

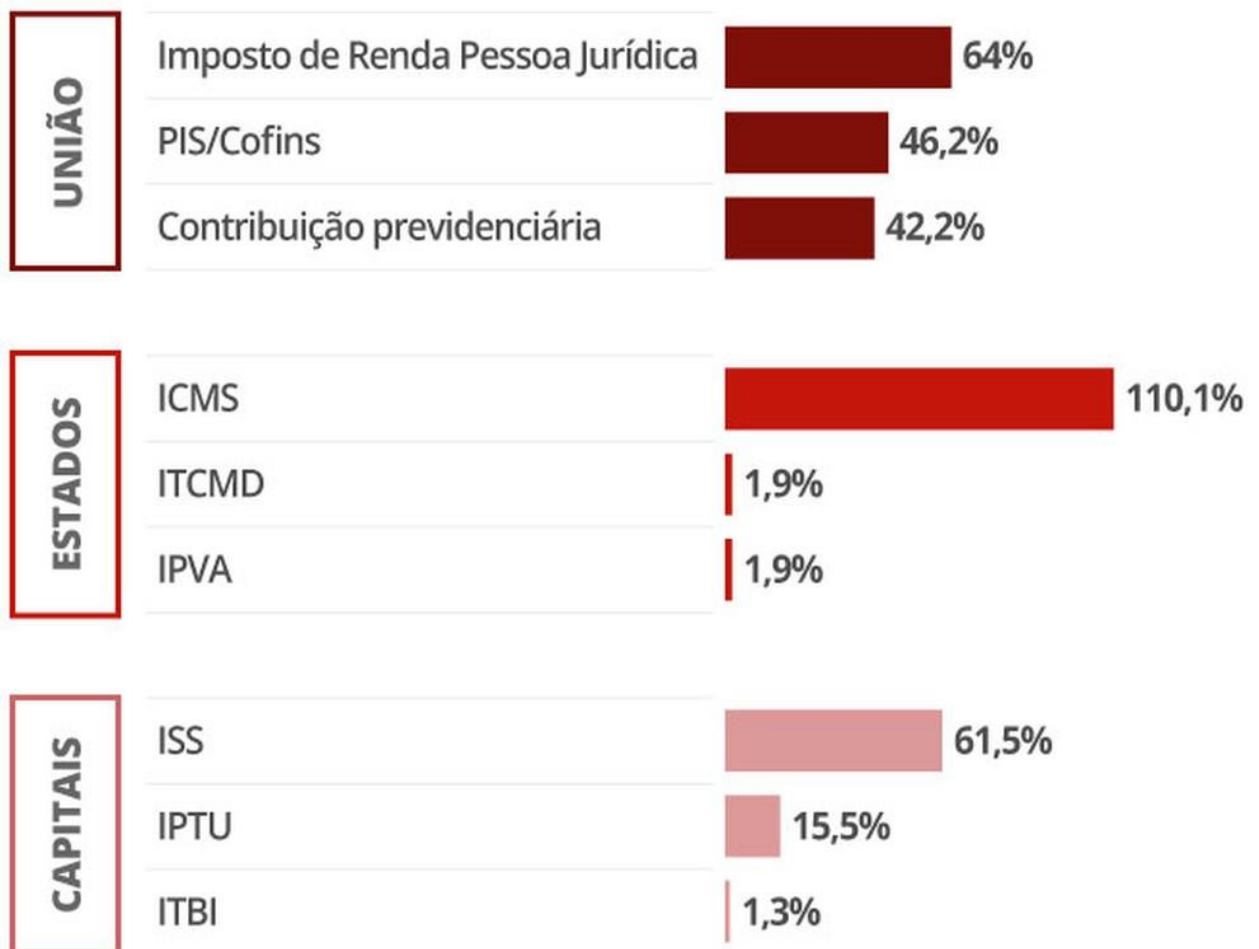
Uma das maiores distorções é observada no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O valor das ações envolvendo apenas esse tributo equivale, por exemplo, à toda a arrecadação dos Estados do país em 2019, segundo o levantamento. Dado, que segundo os pesquisadores, está subestimado, já que nem todos os governos detalham o contencioso por tipo de imposto.

O ICMS é a principal fonte de receita dos Estados e tem uma legislação própria em cada unidade da federação, o que estimula a chamada guerra fiscal. Ou seja, uma concessão desmedida de benefícios tributários com o objetivo de atrair empresas e investimentos. "Esses números deixam claro que a discussão sobre a reforma tributária não pode se furtar de olhar para os tributos subnacionais, em especial o ICMS", alerta Lorreine.

Na esfera federal, a maior distorção está no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). O contencioso representa 64% de toda a arrecadação federal em 2019. Já nos municípios, o gargalo está no Imposto Sobre Serviços (ISS), que acumula disputas equivalentes a 61,5% da receita de todas as capitais no ano passado.

Contencioso em detalhe

Quanto a disputa envolvendo cada tributo representa da arrecadação total do ente federativo



Fonte: Núcleo de Tributação do Insper

Infográfico atualizado em: 18/01/2021



Contencioso em detalhe — Foto: Wagner Magalhaes/Arte G1

Reformas em discussão

A solução para reduzir esse contencioso trilionário passa, obrigatoriamente, por uma reforma do sistema de impostos, alertam analistas.

No ano passado, a equipe econômica apresentou uma proposta considerada tímida, com abrangência apenas federal. **O texto propõe a unificação do PIS-Cofins**, com alíquota única de 12% para as empresas e de 5,8% para instituições financeiras.



Ministro da Economia entrega ao Congresso primeira parte da proposta de reforma tributária

O projeto está parado em uma comissão mista do Congresso, que também analisa outros dois textos, mais amplos, vindos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A proposta da Câmara prevê a substituição de cinco tributos federais, estaduais e municipais (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um só, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Já a do Senado prevê a união de nove tributos (também dos três níveis da federação: ICMS, ISS, IPI, PIS, Cofins, Cide, Pasep, IOF e Salário-educação) para criar o Imposto Sobre Operações de Bens e Serviços (IBS).

"As propostas que estão no Congresso precisam ser adaptadas e tornadas mais compatíveis, já que em alguns casos elas se sobrepõem", diz o sócio e economista da Kairós Capital, André Loes. "Se a gente tivesse um esforço de compatibilizar essas propostas, que são boas, nós conseguiríamos ter uma redução da complexidade e das possibilidades de se gerar contencioso."

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 22/01/2021	



ESTADO E CONTRIBUINTE DISPUTAM R\$ 5,4 TRILHÕES NA JUSTIÇA



admin 22 Janeiro, 2021

Em um sistema tributário caótico e que afasta investimentos, há uma cifra que chama a atenção: a disputa judicial entre Estado e contribuintes já soma R\$ 5,4 trilhões, montante que equivale a 75% do Produto Interno Bruto (PIB). Os números integram um estudo do Núcleo de Tributação do Insper, que mapeou e detalhou boa parte das disputas existentes nos tribunais brasileiros até o fim de 2019. Além da União, o levantamento engloba os 26 estados e o Distrito Federal, 24 capitais e cerca de 4 mil municípios.

“Esse número (de 75% do PIB) é bastante representativo do quão oneroso e desafiador é investir no país”, afirma Lorreine Messias, pesquisadora do Núcleo de Tributação do Insper e uma das autoras do levantamento. “É claramente uma medida de insegurança jurídica, de disputas bilionárias, de gastos acima da média com advogados e contadores, aos quais essas empresas têm de incorrer para operar no país.”

E quanto maior o gasto, menor o lucro. “Isso significa uma taxa de retorno menor para as companhias, comparativamente a outros países. Quando eu olho o Brasil e olho outros emergentes, do ponto de vista tributário, esses outros países se tornam muito mais interessantes”, destaca Lorreine. As empresas brasileiras perdem, em média, 1.501 horas ou 62,5 dias por ano para calcular e pagar os seus impostos, segundo o Banco Mundial. A pior marca dentre 190 países analisados.

Dos R\$ 5,4 trilhões em disputas tributárias, a maior parte envolve a União – são cerca de R\$ 3,8 trilhões (ou 52,7% do PIB). Estados concentram R\$ 1,17 trilhão (16,2% do PIB), e capitais e demais municípios respondem por R\$ 439,6 bilhões (6% do PIB).

Sistema caótico

Há uma série de razões que explicam por que o Brasil criou um sistema tão caótico. A primeira é a complexidade: “União, 26 estados e o Distrito Federal e mais de cinco mil municípios podem legislar sobre as várias áreas da tributação”, explica Breno Vasconcelos, também pesquisador do Insper e coautor do estudo. Além dessa fragmentação de competências, há ainda uma produção excessiva de regras tributárias, alertam os especialistas.

Dados do Tribunal de Contas da União (TCU) mostram que 337 mil normas foram editadas desde a Constituição de 1988, as quais, muitas vezes, ganham novas interpretações com o passar do tempo. “Isso cria um ambiente de enorme insegurança”, destaca Vasconcelos. Os processos também são extensos e demorados: o tempo médio de um litígio tributário no Brasil é de quase 19 anos, segundo a consultoria EY (antiga Ernest & Young).

No dia a dia da TMSA, uma empresa fabricante de máquinas e equipamentos, a incerteza provocada pelo sistema tributário fica evidente. A companhia fatura R\$ 300 milhões por ano, mas já acumula um terço disso em disputas com o fisco. Ao todo, tem pendentes 50 ações tributárias, parte de iniciativa própria e outra parte aberta pela Receita Federal.

Para dar conta da demanda, a empresa teve de criar um departamento apenas para lidar com os impostos. “Na nossa área fiscal, se juntarmos desde o pessoal que faz recebimento de notas até a etapa final, além do jurídico, falamos de 25, 30 pessoas. É um absurdo”, diz Mathias Elter, presidente da TMSA. “Entre 3% e 5% da nossa força de trabalho lida com o fisco. É um verdadeiro caos.”

Guerra entre Estados

O estudo do Insper também apurou que a disputa envolvendo alguns tributos chega a superar – e muito – toda a arrecadação. Uma das maiores distorções é observada no **Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**. O valor das ações envolvendo apenas esse tributo equivale, por exemplo, à toda a arrecadação dos Estados do país em 2019, segundo o levantamento. Dado, que segundo os pesquisadores, está subestimado, já que nem todos os governos detalham o contencioso por tipo de imposto.

O ICMS é a principal fonte de receita dos Estados e tem uma legislação própria em cada unidade da federação, o que estimula a chamada guerra fiscal. Ou seja, uma concessão desmedida de benefícios tributários com o objetivo de atrair empresas e investimentos. “Esses números deixam claro que a discussão sobre a reforma tributária não pode se furtar de olhar para os tributos subnacionais, em especial o ICMS”, alerta Lorreine.

Na esfera federal, a maior distorção está no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). O contencioso representa 64% de toda a arrecadação federal em 2019. Já nos municípios, o gargalo está no Imposto Sobre Serviços (ISS), que acumula disputas equivalentes a 61,5% da receita de todas as capitais no ano passado.

ECONOMIA

Publicado em 22/01/2021 às 09h27.

Índia vai investir R\$ 1 bilhão em produção no Polo Industrial de Camaçari

Anúncio foi feito pela embaixada ao governador da Bahia durante conversa sobre fábrica da Ford

Rayllanna Lima



Rui se reúne com embaixada da Índia (Foto: Carlos Prates/GOVBA)

Em contato com quatro embaixadas tentando atrair investidores para a fábrica da Ford que será fechada, o governador Rui Costa (PT) fechou um acordo bilionário com a Índia para o Polo Industrial de Camaçari.

“Foi anunciado um investimento de R\$ 1 bilhão para a produção de produtos químicos no Polo Petroquímico de Camaçari”, revelou o Rui, em entrevista à TV Bahia, nesta sexta-feira (22).

O governador teve audiência com a embaixada da Índia nesta semana, bem como com as embaixadas da China, do Japão e da Coreia do Sul. Os encontros ocorreram para buscas



fabricantes. Pedimos o apoio para divulgação dos grandes produtores de automóveis desses países. A fábrica da Ford é muito grande, não pode ser facilmente substituída. Precisa de processo grande ou de duas fábricas para ocupar aquele espaço. Esperamos em breve ter empresas buscando conhecer e implantar um projeto aqui”, disse Rui Costa.



MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 07h35 de 22/01/2021



Guedes pretende trabalhar plano de ações para 2021 após eleição na Câmara

Ministro da Economia nos últimos meses tem culpado Rodrigo Maia por não conseguir andar com seus projetos na Câmara

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

ENERGIA Bahia teve maior expansão das linhas de transmissão do país em 2020

www.atarde.com.br/economia
CENÁRIO Presidente da entidade, Carlos Andrade, diz que a maior preocupação é com 4 mil desempregados diretos

Fecomércio prevê que fechamento da Ford poderá afetar até 20 mil baianos



VICTOR ROSA

O fechamento da Ford na Bahia pode afetar economicamente, de forma direta e indireta, até 20 mil baianos, conforme análise feita pela assessoria econômica da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA) e divulgada pelo presidente Carlos Andrade, du-

rante entrevista ontem para o Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM.

Andrade diz que a maior preocupação no momento é com o número de desempregados diretos, que gira em torno de 4 mil pessoas. Depois as outras pessoas afetadas indiretamente, como prestadores de serviços e fábricas satélites que só produzem para aquela montadora.

O presidente da federação também apresentou preocupação com o fechamento da Ford conciliar com o fim do auxílio emergencial oferecido pelo governo federal.

"Sem esta ajuda fica ainda mais difícil para que estas pessoas desempregadas possam se manter".

Expectativa para 2021

Ainda durante entrevista para o Isso é Bahia, Andrade se mostrou otimista com a recuperação econômica do país em 2021, mas destaca que ainda não será possível, neste ano, recuperar todas as perdas que a pandemia causou em 2020.

"Este ano ainda não será de plena recuperação financeira. Nós entendemos que o ano de 2020 foi perdido,



Andrade concedeu entrevista ao Isso é Bahia

mas estamos otimista em 2021. Não sei se recuperamos tudo, mas conseguiremos recuperar uma parte do que foi perdido em 2020", comenta.

Reforma tributária

Além do auxílio emergencial, o presidente da Fecomércio aposta na necessidade urgente de uma reforma tributária para a recuperação ágil das empresas afetadas pela pandemia e critica os altos impostos que são cobrados aos empresários.

"Para ajudar no retorno econômico de 2021 é preciso

que retorne também com o auxílio emergencial e que se tenha uma política de juros baixos para as pequenas empresas e os Micro Empreendedores Individuais (MEI). Nossa carga tributária ainda é muito grande", alega Andrade.

Ele finaliza: "Precisamos ter urgência para que a reforma tributária ocorra o mais rápido possível ou vamos ter que trabalhar para pagar impostos. Assim como era na época da colonização, quando tínhamos que pagar 20% de tudo para os portugueses".

PANDEMIA

Setor turístico perdeu R\$ 673 mi



JEFFERSON JESUS*

Uma das áreas mais atingidas pela pandemia de Covid-19, o setor hoteleiro terá o desafio de se reerguer em 2021. Em entrevista ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM, ontem, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Luciano Lopes, citou as dificuldades encontradas e o processo de retomada de empregos no sistema.

Segundo Lopes, em 2020 o setor registrou uma perda de R\$ 673 milhões em receitas, em comparação com 2019, por causa da pandemia de coronavírus.

"Neste ano (2021), entramos com grandes obstáculos, porque ainda é muito difícil fazer algum prognóstico, sem termos efetivamente um calendário objetivo de imunização. Nossas atividades foram paralisadas em março de 2020. Realmente, tivemos todas as premissas, marca econômica, o próprio setor, o destino Bahia e a cidade de Salvador cada vez mais procurados, o novo Centro de Convenções, aeroporto qualificado, todos os fundamentos para ter-

mos um ano muito bom. A expectativa era chegar entre 66% a 68% de taxa de ocupação", destaca.

Tendo em vista a necessidade de se adaptar à nova realidade – ou novo normal, o gestor citou o fortalecimento do turismo regional, alertando que houve uma mudança no perfil dos turistas que passaram a procurar a Bahia.

"Foi percebido um aumento muito grande, principalmente nos finais de semana, entre quinta-feira e domingo. O movimento é bem intenso, acima da média, em relação aos dias da semana. Sobre tudo, esses clientes são de cidades e es-

tados próximos, como Sergipe e Alagoas. As pessoas desses locais têm se deslocado mais, até por conta das restrições nos voos e a redução na malha aérea. Nesse turismo regional, a Bahia vem sendo um dos locais mais procurados", afirma.

Turismo internacional

Em contrapartida, o presidente da ABIH lamentou o declínio na procura internacional, por conta dos novos protocolos de saúde recomendados pelas organizações de saúde. "Tivemos uma baixa muito grande no turismo internacional. Praticamente desapareceu nesse período, em razão de al-



Lopes citou as dificuldades do setor na A TARDE FM

guns fatores, como a redução nos voos. Então, as restrições de viagens, como apresentar o RT-PCR (teste para detecção da Covid-19) acabou afastando os turistas de outros países", explica.

Luciano Lopes afirma que cerca de 45 % dos funcionários foram afastados no auge da pandemia. No entanto, em razão das medidas provisórias, com a redução da carga horária até dezembro de 2020, o número foi atenuado.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA THAÍS SEIXAS

LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE

INFORMAMOS QUE HAVERÁ INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS LOCALIDADES ABAIXO, PARA QUE SEJAM REALIZADOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA:



SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

27/01/2021 QUARTA-FEIRA

CAMACARI/CATU DE ABRANTES - das 08:30 às 16:30 - Loteamento Colônia Boa União Quadra B.

CAMACARI/MOCAMBO - das 08:30 às 16:30 - Rua Villa Luiza Maria, Rua Coronel Tamarindo, Rua da Rodagem, Rua do Mocambo, Rua Santana e Tv. Machado de Assis.

SALVADOR/CAMINHO DAS ARVORES - das 09:00 às 17:00 - Alameda das Algarobas.

SALVADOR/FAZENDA GRANDE III - das 08:05 às 16:05 - Rua La Paz, Rua Real Sociedade Beneficência Espanhola, Rua Vereadora Yolanda Pires e Tv. La Paz.

SALVADOR/FAZENDA GRANDE IV - das 08:05 às 16:05 - Caminho (17, 21, 27 e 33) Setor 04, Rua Condor do Recanto do Sol, Rua Geraldo Brasil, Rua Luis Martins Catharino Gordilho, Rua Pardal do Recanto do Sol e Rua São Cristóvão do Recanto do Sol.

SALVADOR/FAZENDA GRANDE IV - das 08:05 às 16:05 - Parte da Av. Aliomar Baleeiro, Caminho (14, 15, 16 e 34) Setor 04, Rua Asa Branca do Recanto do Sol, Rua Azulão do Recanto do Sol, Rua Beija Flor do Recanto do Sol, Rua Eng. Eunapio Peltier de Queiroz, Rua Luis Martins Catharino Gordilho, Rua Reis, Rua Santa Rita Recanto do Sol e Tv. Santa Rita do Recanto do Sol.

SALVADOR/PARIPE - das 07:55 às 15:55 - Rua Doutor Eduardo Dotto.

SAO SEBASTIAO DO PASSE/RURAL - das 09:00 às 17:00 - Fazenda Carmo e Fazenda Nossa Senhora do Carmo.

28/01/2021 QUINTA-FEIRA

CAMACARI/VILA DE ABRANTES - das 08:30 às 16:30 - Estrada do Coco Km 13, Fazenda Malícia e Rua Estrada 25.

CANDEIAS/URBIS I - das 09:00 às 17:00 - Caminho 7, Conjunto Urbis I e Rua Tancredo Neves.

DIAS D AVILA/GENARO - das 08:30 às 16:30 - Av. Constância, Av. Marechal Rondon, Rua Hortência de Sa, Rua Marechal Rondon, Rua Santa Isabel, Rua Tiradentes, Rua Walter Seixas, Tv. Aurea Seixas, Tv. Marechal Rondon e Tv. Walter Seixas.

SALVADOR/FAZENDA GRANDE DO RETIRO - das 09:00 às 15:00 - Av. Bahia, Av. Felix, Ladeira do Ypiranga, Rua Berlim, Rua do Canal, Rua do Marotinho, Rua do Ocidente, Rua Henrique Marques, Rua Jose Sales, Rua Prudente Moises, Rua São Fernando, Tv. (01, 03, 04 e 05) do Canal, Tv. da Jaqueira, Tv. do Ocidente, Tv. Harpa, Tv. Henrique Marques, Tv. Moreira, Tv. Sandra, Vila Fraternidade e Vila Mello Moraes Filho.

COELBA SERVIÇOS

1.116 É O TELEFONE DA COELBA PARA SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA. ANTES DE QUALQUER LIGAÇÃO, VERIFIQUE O DISJUNTOR DE SUA INSTALAÇÃO.

2. AO FAZER A SUA RECLAMAÇÃO, INFORME O NÚMERO DO CONSUMIDOR INDICADO NA SUA CONTA, ISSO FACILITARÁ O ATENDIMENTO.

www.coelba.com.br

29/01/2021 SEXTA-FEIRA

CAMACARI/TANCREDO NEVES - das 09:30 às 16:00 - Rua Agua Fria, Rua Arco de Baixo, Rua Cacique, Rua da Flecha, Rua do Arco, Rua do Arco de Cima e Rua do Índio.

CAMACARI/VILA DE ABRANTES - das 08:30 às 16:30 - Rua 7 de Setembro, Rua Divino Espirito Santo e Rua Januário dos Santos.

DIAS D AVILA/IMBASSAY - das 08:30 às 16:30 - Rua Almirante Tamandaré, Rua Antonio Monteiro, Rua Farias de Brito, Rua Lomanto Junior, Rua São Crispim, Rua São Jose e Tv. 01 São Jose.

SALVADOR/CANELA - das 09:00 às 12:00 - Rua Joao das Botas (Condomínio Edifício Serra do Vale).

SALVADOR/PITUBA - das 09:15 às 15:15 - Av. Amaralina, Av. Manoel Dias da Silva, Av. Octavio Mangabeira, Rua Adelmario Pinheiro, Rua do Balneário, Rua Guanabara, Rua Professor Augusto Machado e Rua Tenente Jose Cardoso.

30/01/2021 SABADO

SALVADOR/GRANJAS RURAIS PRESIDENTE VARGAS - das 09:00 às 17:00 - Loteamento Granjas Rurais Presidente Vargas, Rua A Quadra 01 Metro 01, Rua B Quadra 02 Metro 01, Rua da Indonésia, Rua Ipirá, Rua Londres, Rua Paris, Rua Rodovia A, Rua Varsóvia e Tv. 2 Yolanda.

SALVADOR/MONT SERRAT - das 09:00 às 14:00 - Rio Itapicuru, Rua da Imperatriz, Rua Dr. Adroaldo S de Albergaria, Rua Primeiro Barreiro, Rua Rio Itapicuru, Rua Rio Jacuípe, Rua Santa Rita Durão, Rua Segundo Barreiro, Rua Urbano Duarte, Tv. (01 e 02) Urbano Duarte e Vila Noêmia.

01/02/2021 SEGUNDA-FEIRA

SALVADOR/AGUAS CLARAS - das 07:55 às 15:55 - Rua Eulina Silva, Rua Iara Conceição, Rua Janaina de Souza, Rua Simone Reis e Rua Vilma Moreira.

SALVADOR/FAZENDA GRANDE DO RETIRO - das 09:00 às 15:00 - Rua Conceição do Coite, Rua do Marotinho, Rua Ribeira do Amparo, Tv. Mello Moraes Filho, Tv. São Jose de Cima, Vila Marotinho e Vila Mello Moraes Filho.

02/02/2021 TERÇA-FEIRA

CANDEIAS/URBIS I - das 09:30 às 17:30 - Caminho 8 e Conjunto Urbis I.

SALVADOR/SAO CRISTOVÃO - das 09:00 às 17:00 - Rua 2 de Julho, Rua Bahia de Cima, Rua Getúlio Vargas de São Cristóvão, Rua Ray Miranda, Tv. 1 2 de Julho, Tv. 2 2 de Julho, Tv. 2 de Julho, Tv. 8 de Dezembro e Tv. Colina do Rio.

Veículo: A Tarde	
Data: 22/01/2021	Caderno: Opinião
Assunto: Guerra fiscal	Página:

A TARDE

O jornal de toda Bahia

Saída da Ford do Brasil: carga tributária ou guerra fiscal além das fronteiras?

Giuliano K. Gioia e Inácio Nogueirol

Especialistas fiscais na Sovos, pioneira em Digital Tax para o Compliance Fiscal das empresas

Quando uma empresa resolve sair do Brasil, a primeira indicação anunciada para tal motivação é a carga tributária. Claro que sabemos que o sistema é complexo e oneroso, isso não é novidade para ninguém, mas quando tratamos do setor automobilístico devemos considerar os inúmeros subsídios que foram concedidos pelo governo a este segmento, que se beneficia ao longo dos anos e em todas as esferas: federal, estadual e municipal.

Olhando o cenário atual, assim como a Ford, todas as fabricantes amargaram os efeitos da crise causada pela pandemia e foi unânime a condição de rever as estratégias para conseguirem superar o impacto, que

retrocedeu o crescimento previsto no Brasil e deve voltar ao patamar de 2019 somente no final de 2022. Mas há luz no fim do túnel: segundo o IBGE, a produção industrial brasileira já aponta sinais de crescimento e, em se tratando da produção de automóveis, estamos 0,7% acima do período pré-pandemia, isso porque ainda há escassez de material, mas a demanda começa a voltar.

Se o cenário é igual para todas as fabricantes, qual foi então o motivo para a saída da Ford do Brasil? Ao que tudo indica,

Se o cenário é igual para todas as fabricantes, qual foi então o motivo para a saída da Ford do Brasil?

um conjunto de fatores culminaram para esta decisão, que já vinha sendo tomada há alguns anos. Perda de participação de mercado frente à concorrência, falta de investimentos em inovação, fechamento da fábrica de São Bernardo do Campo, prejuízos bilionários desde 2013 e um passivo trabalhista gigantesco. São inúmeros fatores que acarretaram o fim da operação, mas não somente a carga tributária.

Com todos esses problemas à frente, somado a um custo Brasil altíssimo e um ambiente econômico incerto, além de uma reforma tributária que parece não ampliar os benefícios a essa indústria, assim como o fechamento da torneira pelo governo para os incentivos - afinal de contas apenas empregar não é o suficiente para receber tantas vantagens, veio a decisão: vamos fechar e partir para um país vizinho. E lá se foi a Ford incitar uma guerra fiscal não entre estados e município brasileiros, como é muito co-

num, mas sim em outro território. A Argentina, que sabemos estar numa situação bem mais escassa que o Brasil, de certo ofereceu condições favoráveis para geração de receita e emprego.

E para a Ford, basta exportar da Argentina para o Brasil a um custo baixo apoiado pelos benefícios do Mercosul. E a conta fecha. Fecha mesmo? Por aqui, desemprego direto e indireto, cidades que economicamente dependem dessas fábricas, que foram instaladas com benefícios concedidos por anos, e 103 anos de uma operação local. E com todo esse cenário, ainda fica a pergunta sobre os sindicatos, aqueles que tinham tanta força em negociação. Eles também foram pegos de surpresa?

O resumo desta decisão, que segundo a montadora faz parte de uma estratégia global, é a de que após receber diversos subsídios por meio de incentivos fiscais no Brasil, agora chegou a vez da Argentina.

LOTE COM 4 MILHÕES DE SERINGAS CHEGA A SALVADOR

VACINAÇÃO Quatro milhões de seringas adquiridas pelo governo da Bahia para uso durante a vacinação da covid-19 chegaram a Salvador ontem. De acordo com a Sessab, esse é o primeiro lote da compra de 19,8 milhões realizada em dezembro. Os itens estão armazenados no almoxarifado da pasta, em Simões Filho, e serão distribuídos para todo o estado. Serão entregues ainda mais quatro milhões de seringas em fevereiro e o restante nos meses de abril, maio e junho. A Bahia já tem em estoque 10,2 milhões de seringas e agulhas. Ainda dentro do plano de vacinação do estado, a Bahia possui 234 câmaras frias e 70 freezers. Também já foram licitados 100 ultracongeladores.

LEIA MAIS NAS P. 16, 17 E 19

emissão



Secretário Fausto Franco

Discutidas metas para criação da Estrada do Chocolate

ILHÉUS Ações e metas para a consolidação da Estrada do Chocolate na região sul da Bahia foram discutidas durante o Encontro do Turismo Rural da Costa do Cacau, ontem, no Centro de Convenções de Ilhéus. O secretário estadual do Turismo, Fausto Franco, convocou o empresariado local a fazer da rota turística um

atrativo único no mundo.

“Por todo o potencial que ela tem, a Estrada do Chocolate precisa da união de todos para que se torne algo diferenciado, capaz de chamar a atenção do mundo para sua riqueza histórica e importância turística”, afirmou.

Questões como sinalização, segurança, mobilidade,

ambientação e comunicação relativas ao trecho fizeram parte das discussões em torno do projeto. A turismóloga Aidé Suzart, da Setur, apresentou ações necessárias, como a qualificação nas entradas e saídas dos municípios, melhorias nos acessos aos ramais e empreendimentos às margens da estrada.

BAHIA

Funcionários da Ford fazem novo protesto

DEMISSÃO EM MASSA Os trabalhadores da Ford voltaram a protestar na manhã de ontem contra a saída da empresa do Brasil e a demissão em massa de 12 mil funcionários diretos, segundo o sindicato. O ato aconteceu na fábrica da montadora em Camaçari, que permanece fechada desde 11 de janeiro. Desde então, apenas duas reuniões entre a empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari foram realizadas.

"A primeira foi para agendar o calendário de reuniões e na segunda eles nos apresentaram uma proposta desrespeitosa e tão vergonhosa que a gente nem levou para assembleia. Não existia possibilidade de aceitarmos. Eles colocaram valores que não vale a pena falar. Tem outra reunião na próxima segunda-feira e queremos que o Ministério Público esteja junto",

disse Júlio Bonfim, presidente do sindicato.

Durante a manifestação, os cerca de 2 mil trabalhadores penduraram uniformes em uma cerca que contorna a sede da montadora. Na farda, foram escritas frases de ontem e nomes de familiares que também serão afetados com a perda dos empregos. O sindicato luta para que empresa continue produzindo em Camaçari, respeitando o acordo de estabilidade até 2024 assinado com a categoria.

Esta semana, Júlio Bonfim e representantes do governo

O ato aconteceu na sede da empresa, em Camaçari

Cerca de 2 mil trabalhadores penduraram suas fardas na sede da montadora com frases de ordem



estadual tiveram reuniões com o Ministério Público, que está dimensionando o impacto da saída da montadora do país, e com as embaixadas da Coreia do Sul, Índia e Japão, manifestando interesse que empresas des-

ses países ocupem o lugar da Ford. "Ontem também teve reunião com a embaixada chinesa. Nós esperamos que venha uma nova montadora, mas sabemos que isso não é de uma hora para outra", disse Júlio.

Procon multa banco por consignados irregulares

DESCONTO INDEVIDO O Procon multou o Banco C6 Consignado S/A em mais de R\$ 7 milhões por prática abusiva e outras infrações ao Código de Defesa do Consumidor. A decisão foi tomada pelo órgão em São Paulo, mas tem caráter nacional. A multa será aplicada por meio de processo administrativo e a empresa tem direito à defesa. As informações são do site G1.

A punição foi estabelecida depois que consumidores reclamaram no Procon-SP que foram surpreendidos com empréstimos consignados não solicitados e com o desconto das parcelas em suas contas destinadas ao recebimento dos benefícios de aposentadoria

4,9

mil pessoas abriram queixa contra o Banco C6 por descontos de empréstimos não contratados

e pensão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

No total, foram 4.986 reclamações contra o Banco C6 por esse motivo no passado, segundo dados da regional paulista do órgão de defesa do consumidor.

Na avaliação do Procon-SP, ao conceder empréstimos sem solicitação e fazer o desconto das respectivas parcelas, o Banco C6 cometeu prática abusiva.

“A empresa aproveitou-se da idade e do fato de os consumidores serem titulares de aposentadoria e pensão; usou os dados das pessoas sem o devido consentimento e transferiu aos consumidores o ônus de comprovar que os contratos não eram válidos”, explicou o órgão ao G1, por meio de nota.

“A instituição foi punida também por dificultar ou impedir o cancelamento de

contratos – e a devida devolução dos valores – feitos pela internet ou telefone dentro do prazo de arrependimento legal, que é de sete dias, conforme prevê a legislação”, acrescentou.

Outra infração cometida pelo C6 Consignado S/A foi não prestar as explicações solicitadas pela equipe de fiscalização do órgão de defesa do consumidor.

A averiguação das denúncias contra o Banco C6 foi aberta em outubro de 2020 pelo Procon-SP, mas com a tramitação, aguardo de resposta da instituição financeira, análise e despacho do desfecho, a atuação só saiu essa semana.

Também por nota enviada ao site G1, o Banco C6 afirmou não ter recebido nenhuma notificação da multa de R\$ 7.059.109,10 enviada pelo Procon-SP.

Emprego na indústria registra crescimento em dezembro

MOVIMENTO ATÍPICO A pesquisa Sondagem Industrial mostra que, pela primeira vez em 10 anos, houve aumento de emprego em dezembro. De acordo com estudo da Confederação Nacional da Indústria, divulgado ontem, o índice de evolução do número de empregados ficou em 50,5 pontos

acima da linha dos 50 pontos, demonstrando crescimento do emprego no setor.

A atividade industrial encerrou o ano relativamente forte, embora os sinais de desaceleração já possam ser percebidos. Segundo a pesquisa, a produção industrial caiu em dezembro de 2020, quebrando uma sequência

de seis meses consecutivos de crescimento.

O índice de evolução da produção ficou em 46,8 pontos, abaixo da linha divisória de 50 pontos, ou seja, reflete queda da produção na comparação com o mês anterior. Por outro lado, a utilização da capacidade instalada é a maior desde 2013.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O ministro dos conflitos exteriores

'Alívio' era a palavra que se ouvia ontem na Flocruz pela notícia de que a Índia embarcará hoje para o Brasil o lote de dois milhões de doses. Também nesta sexta-feira a Anvisa deve liberar as 4,8 milhões de doses a mais da CoronaVac. Isso não apaga os erros do ministro Ernesto Araújo, que nos levou a uma situação surreal em que a diplomacia bloqueia os canais, apesar de ela existir para limpar os caminhos. As agressões à China foram muitas, azedou o diálogo, e o preço a pagar por esse erro é em vidas humanas.

Até o ex-presidente Michel Temer se mobilizou ontem para falar com autoridades chinesas. O ministro da Saúde falou com o embaixador e depois disse que não havia problemas diplomáticos. Segundo ele, é a burocracia que explica a demora do envio do FA. Ora, o embaixador não iria admitir que os problemas não "diplomáticos". O pretexto é sempre outro. Evidentemente os expedientes burocráticos podem ser mais rápidos ou mais lentos dependendo do contexto.

O fato em si de estarem tantas autoridades tentando fazer diplomacia - Michel Temer, Hamilton Mourão, Tereza Cristina, Rodrigo Maia - é o atestado do

colapso da diplomacia de Ernesto Araújo. Neste caso, a demissão dele seria até um passo óbvio. Se o ministro, em vez de fazer seu trabalho, cria impasses e conflitos que outros têm que resolver, não deveria ficar no cargo até por uma razão prática.

O Brasil está na seguinte situação: paga o custo de manter os salários de pessoas altamente qualificadas, e elas não podem exercer as habilidades para as quais foram treinadas no serviço público. Nenhum país perde à noite para o dia um ativo desses, que é ter um corpo de diplomatas eficientes, reconhecidos no mundo inteiro. E por que os bons diplomatas, e eles são inúmeros, não conseguem fazer seu trabalho? A gestão caótica e delirante de Ernesto Araújo não os

deixa. Um embaixador, por exemplo, aguarda instruções para agir. Ernesto Araújo ou não dá instruções ou elas não têm lógica, nem ganho palpável para o Brasil. Porque o ministro vive emula contra inimigos imaginários, como o "globalismo" e o "comunismo" que estariam ameaçando, como escreveu outro dia, os valores dos Estados Unidos.

O trabalho diplomático tem vários códigos. Uma embaixada não deixa uma autoridade ligar diretamente para o seu correspondente em outro país para ouvir um não. Para evitar constrangimentos, ela faz uma ação antecipada para sentir o terreno e desatar os nós antes que eles apareçam. O ministro Eduardo Pazuello ligou na primeira sema-

na do ano para o ministro da Saúde da Índia pedindo o envio das doses compradas pela Flocruz, e o indiano, que é diplomata de carreira, teve que avisar, delicadamente, que o Brasil precisava pagar antes, dado que o Serum é uma empresa privada. Depois veio o vexame de anunciar a ida do avião já adesivado sem combinar com os indianos. O amadorismo está em cada iniciativa, simplesmente porque existem regras do jogo diplomático que não são seguidas. Ernesto virou o ministro dos conflitos exteriores. E paralisa o corpo de funcionários do Itamaraty. Ontem finalmente anunciou-se a vinda.

A boa política externa antecipa-se aos problemas, como um xadrez bem jogado. E desde o

começo desta pandemia estava claro que o Brasil precisaria se posicionar estrategicamente no mercado de compras de vacinas. Ernesto Araújo preferiu falar com os outros países para pregar a luta contra o "globalismo da Organização Mundial da Saúde", como contam as fontes diplomáticas de Brasília.

Quando Araújo escreveu uma sucessão de tweets sobre o ataque ao Capitólio, praticamente endossando o movimento extremista, rasgando todo o manual da boa diplomacia e do bom senso, houve uma reação da Associação dos Diplomatas. Nas mensagens coletivas que trocaram por um aplicativo, um integrante da carreira escreveu que a defesa da Casa não pode ficar apenas sobre os ombros dos aposentados.

A chegada dos dois milhões de doses da vacina importadas pela Flocruz da AstraZeneca da Índia é excelente, a liberação pela Anvisa do uso dos 4,8 milhões de doses do Butantan é outra boa notícia. O país terá a partir deste fim de semana mais 6,8 milhões de doses. Mas o fundamental agora é fabricar aqui nos dois institutos, com os IFAs que virão da China. Quanto mais cedo, melhor.

ECONOMIA



Safra de café pode ser afetada pela falta de chuva e bialidade

Pesquisa da Conab indica queda na produção nacional de café em 2021

AGRONEGÓCIO A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima que a produção total de café neste ano deve ficar entre 43,8 milhões e 49,5 milhões de sacas, uma redução entre 30,5% e 21,4%, em comparação à safra passada. As razões são a falta de chuva e o efeito da bialidade negativa, conforme consta no 1º Levantamento da Safra 2021 de Café, divulgado ontem pelo órgão. Estudo inclui va-

riedades conilon e arábica. O superintendente de Informações da Agropecuária da Conab, Cleverton Santana, explica que o efeito se dá quando a planta tem produtividade alta em uma safra e na próxima, devido a recomposição do vegetal, a produção cai. A bialidade tem mais influência no café arábica. A Conab, no entanto, calcula uma produção recorde para a espécie conilon: 16,6 milhões de sacas.

Entenda o que muda nas regras para pedir sua aposentadoria

PREVIDÊNCIA As regras de transição da Reforma da Previdência, que completou um ano em 2019, sofreram mudanças para quem vai pedir aposentadoria ou pensão ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) agora em 2021. Uma portaria divulgada pelo governo federal no final do ano passado aumentou as faixas etárias de beneficiários que recebem pensão por morte, por exemplo. As regras de transição servem para adequar a situação daqueles contribuintes que já pagavam ao INSS antes da reforma ocorrer, mas que ainda não tinham tempo suficiente para requerer o benefício. O objetivo das regras de transição, segundo especialistas, também é permitir que os atuais trabalhadores, caso assim desejem e se encaixem nos critérios, se aposentem antes da idade mínima estabelecida na reforma — de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres —. De acordo com as regras, por exemplo, se o segurado

já cumpria os requisitos para se aposentar antes de 13 de novembro de 2019 e ainda não pediu o benefício, ou pediu em data posterior, terá o direito respeitado no momento em que o INSS conceder a sua aposentadoria e ficar valendo as regras de antes da reforma. No final do ano passado, o governo estabeleceu a nova regra para a pensão por morte, que acrescenta um ano em cada faixa etária para o recebimento do benefício por cônjuges e companheiros de pessoas falecidas. A regra vale para óbitos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2021. Já para as mortes ocorridas até 31 de dezembro de 2020, continuam valendo as regras anteriores, mesmo que o pedido da pensão por morte seja feito neste ano. Outra mudança esse ano é no sistema de pontos que é soma da idade da aposentaria com o tempo de contribuição. Em 2021, o número passa para 88 pontos (mulheres) e 98 para os homens.

OUTRAS MUDANÇAS:

- **Soma do tempo de contribuição e idade mínima** Em 2021, as mulheres precisarão ter 57 anos e os homens, 62 anos, com o mínimo de 35 anos de contribuição para os homens e 30 para as mulheres;
- **Transição por idade** Para os homens, a idade mínima continua 65 anos. Para as mulheres começa em 60. Mas, desde 2020, a idade mínima da mulher é acrescida de seis meses a cada ano, até chegar a 62 anos em 2023. O tempo mínimo de contribuição exigido é de 15 anos para ambos. Portanto, a mudança nessa regra é só para as mulheres, que terão que completar 61 anos em 2021. A remuneração será calculada a partir da média dos salários de contribuição, com aplicação da regra de 60% do benefício integral por 15/20 anos de contribuição, crescendo 2% a cada ano a mais.

ATIVIDADE ECONÔMICA TEM ALTA DE 1,1% EM NOVEMBRO, DIZ FGV

MONITOR DO PIB A atividade econômica brasileira teve uma alta de 1,1% em novembro, em relação a outubro. É o que mostra o Monitor do PIB-FGV, divulgado ontem, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). No trimestre móvel que terminou em novembro, se comparado ao trimestre móvel concluído em agosto, o avanço ficou em 4,4%. Já na comparação interanual, o movimento foi diferente e a economia apresentou queda de 0,6% em novembro. Apesar de ainda estar em retração, esse percentual significou a menor queda desde o início da pandemia, na comparação com o mesmo mês de 2019. No trimestre móvel encerrado em novembro a queda foi de 1,7%. No acumulado do ano até novembro, o PIB (Produto Interno Bruto — a soma de todas as riquezas produzidas no país) em valores correntes ficou em aproximadamente R\$ 6 trilhões 766 bilhões 288 milhões.

Expansão na agropecuária, indústria e serviços refletiu no crescimento da economia

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAICI
PREÇO PRESENCIAL. PPI Nº 01/2021. Pregão Presencial de Itaipava para aquisição de Peças para substituição Pregão Presencial SPP Nº 01/2021 - Realização de pregão de preços, na modalidade PREÇO PRESENCIAL, visando a futura e eventual contratação de peças para o fornecimento de consultório para manutenção dos veículos e máquinas de frota municipal no endereço: Itaipava, Informações na Prefeitura - Praça Gilberto Gil, s/n, Centro, Itaipava-BA através do e-mail: licitacoes@pref.itaici.ba.br e tel. 77 3415-2116. Abertura dia 03 de fevereiro de 2021 às 09:00hs. Local: Itaipava, 20 de janeiro de 2021. Assessor: Gerson Brito - Pregão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
PREF. MUN. MATA DE SÃO JOÃO/BA Nº 11/2021. CHAMADA PÚBLICA Nº 11/2021. Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e de Empreendedor Familiar Rural do Sudoeste da Bahia para atender as demandas de alimentação escolar da rede pública municipal do ensino de Mata de São João/BA e da Escola Rural Rolf Weiberg, durante o ano letivo de 2021, a ser realizada com recurso do PNAE/ME e Recursos Próprios. Abertura: 15/02/21 às 09h.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUCA
ANÚNCIO DE LICITAÇÃO. Junta de Licitação Pregão Eletrônico 001/2021. Objeto: contratação de seguro para veículos em 03/02/2021 às 10h. Poder de Brasília por menor preço por lote. Edital disponível através do Portal: <http://www.licitacoes.ba.gov.br/licitacoes> ou na sede da Prefeitura Municipal - Centro Administrativo Ruy Barbosa, Rua 36, S/N, Bairro: Esplanada Augusto Gomes do segundo à sexta das 8h:30 as 13:00 horas. Urucuca - BA, 21 de janeiro de 2021. Bruno Luis Nascimento Souza - Pregão Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUÍPO
ANÚNCIO DE ADJUDICATO. O Município de Caruipe/BA convoca para interessados que por meio de declaração de plântia à sessão de PE 001/2021, para aquisição de medicamentos, material genético, material odontológico e material de laboratório para manutenção do Hospital Municipal São João de Caruipe/BA e Departamento de Assistência Médica, no exercício de 2021. Sua abertura e sessão para a data de 04/02/2021 às 09:00hrs, no portal: www.licitacoes.com.br, Leitor Felipe Garcia Campos - Presidente da CPL, 21-01-2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA
CNPJ Nº: 14.215.826/001-82
ANÚNCIO DE LICITAÇÃO - PP Nº 01/2021
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA, PP Nº 01/2021. OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL. DATA E HORA: 26/01/2021, às 09:00h - Setor de Licitações do município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIROS DE NOBRA SANCHONA
ANÚNCIO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2021. PREÇO PRESENCIAL Nº 04/2021. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e substituição de peças para atender as necessidades das Secretarias e Setores da Administração Municipal. Abertura: 04/02/2021, às 09:00 horas. Edital disponível no portal da Prefeitura, no endereço: www.laranjeirosba.com.br ou no endereço eletrônico: www.licitacoes.com.br. Informações: José Antonio de Jesus Silva Albuquerque - Pregão Oficial.

REPUBLICAÇÃO - PREÇO PRESENCIAL - SPP Nº 006/2021. Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados prestados na confecção da proposta definitiva, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Abertura: 04/02/2021, às 14h:00. Edital disponível no endereço da Prefeitura. Ass: 09/12/20 no endereço eletrônico: www.laranjeirosba.com.br. Assessor: José Manoel de Jesus Silva Albuquerque - Pregão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JITAUNA
CNPJ Nº: 14.285.889/001-41
REPUBLICAÇÃO - PREÇO PRESENCIAL - SPP Nº 001/2021
O Pregão será realizado em 04/02/2021 às 10:00h (horário de Brasília). Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E DE MANUTENÇÃO PARA A GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JITAUNA. Informações: Tel: (73) 3325-2285. Divulgação dos autos pelo Diário Oficial - site: www.jitauna.ba.gov.br. Jitauna - BA, 20/01/2021. Jeferson Apolinário da S. Junior - Pregão.

REPUBLICAÇÃO - PREÇO PRESENCIAL - SPP Nº 002/2021
O Pregão será realizado em 04/02/2021 às 09:00h (horário de Brasília). Objeto: Registro de Preço para aquisição e contratação de empresa do ramo para o fornecimento parcelado de material de construção destinado às Secretarias Municipais. Informações: Tel: (73) 3325-2285. Divulgação dos autos pelo Diário Oficial - site: www.jitauna.ba.gov.br. Jitauna - BA, 20/01/2021. Jefferson Apolinário da S. Junior - Pregão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA
ANÚNCIO DE LICITAÇÃO
OBJETO: Implantação de rede de coleta de lixo, fornecimento de materiais de limpeza, contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos, materiais de limpeza, etc. Informações: (73) 3325-2285. Barra - BA, 20 de janeiro de 2021. Presidente do Conselho Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS
ANÚNCIO DE LICITAÇÃO Nº 04/2021. O Pregão do Município de Maracás - BA, realizado em 04/02/2021 - Modalidade PREÇO ELETRÔNICO Nº 04/2021, no dia 03/02/2021 às 09:30h, para aquisição de gêneros alimentícios e material de consumo, distribuído a uso da Fiscalia do Anexo de Defesa, Serviços de Mata e Alta Complexidade, CAPS, SAMU, Atendimento Básico e Secundário de Saúde, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência, parte integrante do Edital. Edital disponível em: www.maracas.ba.gov.br e no endereço eletrônico: www.licitacoes.com.br. Maracás, 21/01/2021. ANTONIO LUIZ NUNES SOARES - Pregão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BICOANA
CNPJ Nº: 13.922.889/001-82
ANÚNCIO DE LICITAÇÃO - PREÇO ELETRÔNICO Nº 001/2021
O Pregão de Bicoana realizará a Pregão Eletrônico nº 001/2021 - 03/02 - licitação de software para atender a demanda dos Secretários e Departamentos, no dia 03 de fevereiro de 2021, pelo site: www.licitacoes.com.br. Abertura das 08:00 às 12:00, pelo site: (77) 3415-2116 ou pelo e-mail: licitacoes@pref.bicoana.ba.br. Bicoana, 20 de janeiro de 2021. Rosany Pires Silva - Pregão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JISSARI - CNPJ Nº: 13.857.837/001-85
ANÚNCIO DE LICITAÇÃO PREÇO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021
PREÇO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021. Objeto: AQUISIÇÃO DE REFINO DE ÓLEO VEGETAL BRANCO, DANTELONIS (TOMAR) E ÓLEO DE TINTURA E RECALORADO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. A abertura e sessão das propostas e documentação será no dia 02 de FEVEREIRO de 2021 às 08:30h, na sede do Centro Administrativo, localizado no Av. Aguiar de Saes, Bairro, 01, Centro, Juazeiro-Bahia. O Edital encontra-se à disposição dos interessados pelo e-mail: licitacoes@pref.juazeiro.ba.br. Todos os interessados deverão acessar o endereço: www.juazeiro.ba.gov.br/licitacoes. 21/01/2021. Raul Aragão de Oliveira de Jesus Pregão Oficial.

CÂMARA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
CNPJ Nº: 13.251.839/001-84
ANÚNCIO DE LICITAÇÃO PREÇO ELETRÔNICO Nº 003/2021
A CMMS-BA torna pública o PE nº 003/2021. Objeto: Contratação empresa especializada no fornecimento de aparelho celular no regime de comodato, já devidamente habilitada com legendas telefônicas e acesso de dados. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 02/02/2021. DATA LIMITE DE AQUISIÇÃO DAS PROPOSTAS: ATÉ 02 DE FEVEREIRO DE 2021, ÀS 08H/00MIN. INÍCIO DA SESSÃO: 03/02/2021. LOCAL: A Sessão Pública de licitação será realizada na sede da Prefeitura Municipal de Mata de São João, localizada no endereço: Rua Administrativa nº 113/2021. ENDEREÇO DE SANTANA RODRIGUES - Presidente. CÓDIGO DE LICITAÇÃO Nº 003/2021. Licitação nº 2020396.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAQUIARA
CNPJ Nº: 13.918.211/001-43
ANÚNCIO DE LICITAÇÃO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS
A Prefeitura do Município de Jaguaquara, torna pública para conhecimento dos interessados que o ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS do Pregão Eletrônico nº 008/2021, cujo objeto é a contratação de serviços médicos para vacinas (leve, psaltos, maquiagem e demais componentes de frota do Prefeitura Municipal de Jaguaquara/BA, no endereço de pregão, foi aditado para o dia 21.01.2021 às 13h30min. Jaguaquara, 21 de janeiro de 2021. Luana Gomes Durães - Pregão.

ANÚNCIO DE LICITAÇÃO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS
A Prefeitura do Município de Jaguaquara, torna pública para conhecimento dos interessados que o ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS do Pregão Eletrônico nº 010/2021, cujo objeto é a aquisição de peças de reposição para veículos leves, psaltos, maquiagem e demais componentes de frota do Prefeitura Municipal de Jaguaquara/BA, no endereço de pregão, foi aditado para o dia 21.01.2021 às 13h30min. Jaguaquara, 21 de janeiro de 2021. Luana Gomes Durães - Pregão.

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



 @donaldsongomes

RETOMADA

A tal da recuperação econômica em V, quando a atividade sofre um baque e em seguida apresenta uma retomada acentuada, pode não ter sido a realidade para o conjunto da economia brasileira, mas há casos assim. O presidente da Kordsa Brasil, João Augusto Santos, conta que a fabricante de tecidos para pneus experimentou alguns meses de dificuldade no ano passado, mas desde agosto passou a registrar um ritmo de produção superior aos registrados antes da pandemia. “Tivemos um aumento significativo de demanda que reverteu os resultados do ano em termos de produção”, conta, acrescentando que a fábrica operou nos últimos cinco meses do ano com 100% de sua capacidade. Segundo ele a perspectiva para 2021 é de mercado aquecido. “Hoje existe fila de espera para comprar um caminhão”, diz.

DESAFIOS

Por incrível que pareça, um fator de preocupação neste início de 2021 é o acelerado ritmo de recuperação da economia chinesa. Segundo João Augusto, os contêineres para a movimentação de produtos e matérias-primas no país asiático estão escassos. Ele lembra que antes da pandemia, o frete de contêiner da China para o Brasil custava US\$ 2 mil. Hoje sai por US\$ 9 mil.

●● Tivemos um aumento significativo de demanda que reverteu os resultados do ano em termos de produção
João Augusto Santos

Presidente da Kordsa Brasil

Proteção extra

Uma parceria entre a Braskem e AlpFilm deu origem ao PVC AlpFilm Protect, um plástico filme transparente de PVC com micropartículas de prata e sílica capaz de inativar 79,9% do novo coronavírus em três minutos e 99,99% em 15 minutos. O produto já está disponível ao mercado e normalmente utilizado para embalar alimentos como carnes, frutas e frios e agora ganha mais possibilidades de aplicação, como a proteção de superfícies. A equipe de Engenharia de Aplicação de Vinílicos da Braskem apoiou a AlpFilm, maximizando o potencial de proteção contra fungos e bactérias, e alcançando a função virucida – ou seja, capaz de eliminar vírus.

Liderança

A Concessionária Bravo Caminhões e ônibus encerrou 2020 comemorando o 18º ano consecutivo de liderança no segmento de caminhões na Bahia. Mesmo em um ambiente competitivo desafiador, a empresa conseguiu se manter no topo com cerca de 70 veículos comercializados a mais que a segunda no ranking. A Bravo, que pertence ao Grupo LM, é a representante da montadora Volkswagen (MAN Latin America), na Bahia e na Zona da Mata mineira.

NO HORIZONTE

- **ABF Nordeste.** *Cândido Espinheira, fundador e presidente da Yes! Cosmetics, é o novo diretor regional da ABF no Nordeste.*
- **20 anos.** *A GOL Linhas Aéreas está comemorando 20 anos de atividade agora em janeiro. Neste período realizou 509 milhões de viagens, sendo, 46.751.971 delas no aeroporto internacional de Salvador.*

70

caminhões a mais que o segundo colocado foram vendidos pela Bravo

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Pacheco defende volta de auxílio emergencial

PROPOSTA Candidato à presidência do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) afirmou ontem que o teto de gastos não pode ficar “intocado”. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, ele defendeu ainda uma discussão sobre a retomada do auxílio emergencial ou um aumento do Bolsa Família a partir de fevereiro.

“Temos um compromisso absoluto com o teto de gastos e o ajuste fiscal. Não é possível gastar o que não tem. Todavia, há um estado de necessidade em função da pandemia. Precisamos, enquanto estado, encontrar uma solução para remediar o problema dessas pessoas mais vulneráveis, seja com auxílio emergencial renovado seja com incremento do Bolsa Família ou de algo assemelhado”, afirmou.

De acordo com o candidato do DEM, os senadores precisarão negociar com o Ministério da Economia uma saída para o fim do auxílio a partir de fevereiro “buscando, quanto mais possível, compatibilizar a observância da rigidez fiscal com a necessidade de auxílio para as pessoas mais carentes”. Segundo ele, a maneira de o governo viabilizar o benefício ainda

precisa ser encontrada. Uma das opções é abrir um novo crédito extraordinário, despesa que fica fora do teto. “Se é com crédito extra, se é com rompimento do teto, isso tudo nós precisamos encontrar o caminho.”

O senador defendeu uma discussão “à luz da técnica e da sensibilidade humana” para decidir o destino da regra daqui para frente. “Matematicamente, seria difícil. Isso exigiria muito boa vontade e sacrifício do governo federal e do país.” Pacheco admitiu a discussão de um novo imposto nos moldes da extinta CPMF, mas condicionou a proposta a outras medidas compensatórias, como a desoneração da folha salarial.

Rodrigo Pacheco é apoiado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e pelo presidente Bolsonaro. Fechou uma aliança com nove partidos, entre os quais o PT, que reúnem 41 senadores, sem contar dissidências. Na disputa, terá como principal adversária a senadora Simone Tebet (MDB-MS), que até agora conquistou a adesão de quatro legendas.

Senador Rodrigo Pacheco promete responsabilidade fiscal, mas defende discussão de auxílio

Mais*

CORRIDA POR VACINAÇÃO GERA PRESSÃO DO ESTADO EM FARMACÊUTICA PARA CONSEGUIR IMUNIZANTES

Carolina Cerqueira*

REPORTAGEM

carolina.cerqueira@redesbahi.com.br

Na manhã de ontem, o secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, publicou no seu perfil em uma rede social a declaração de que a farmacêutica Pfizer, mesmo tendo feito testes com voluntários no estado para o desenvolvimento da sua vacina, estaria agora se recusando a vender doses para a Bahia.

Em entrevista ao CORREIO, Vilas-Boas falou sobre o contato estabelecido entre o governo estadual e a representante da Pfizer no Brasil, ainda em 2020. "Nós tivemos uma reunião com o presidente da Pfizer no Brasil, Carlos Murillo, e com toda a diretoria deles no dia 23 de setembro. Eles ofereceram a vacina para nós comprarmos, mas eles queriam que nós pagássemos antecipado. Nós explicamos que não era possível pagar antecipado porque a vacina não tinha nem registro na época no Brasil", conta.

Segundo o secretário, a vacina foi colocada à disposição do estado da Bahia mas, agora, não poderá ser adquirida porque as doses produzidas já foram alocadas para outros países que assinaram acordos com a Pfizer ainda no ano passado. "É uma questão de cunho moral, compromisso, porque a empresa não pode simplesmente se servir de um povo e depois, na hora que o benefício está disponível, virar as costas e vender para outro. Isso eu considero algo de uma infração ética e moral da Pfizer", acusa Vilas-Boas.

De julho a novembro, cerca de 2,9 mil brasileiros participaram como voluntários do estudo da BNT162b2, vacina contra covid-19 desenvolvida pela Pfizer e BioNTech. Na Bahia, foram 1.549 voluntários durante a Fase 3 do estudo clínico, que foi conduzido pelo Cepic - Centro Paulista de Investigação Clínica, em São Paulo, e pelas Obras Sociais Irmã Dulce (Osíd), em Salvador. De acordo com o secretário de Saúde, a Bahia investiu tempo e dinheiro, tanto para contribuir com os testes, quanto para receber as doses da vacina.

Foram cerca de R\$ 1,5 milhão investido na Osíd e na aquisição de 30 ultracongeladores com capacidade de chegar a até 80 graus negativos, temperatura em que deve ser mantida a BNT162b2. "Nós, balanos, nos oferecemos como voluntários para a pesquisa deles. Nós fizemos o apoio financeiro ao centro de pesquisas de Irmã Dulce para ajudá-los a desenvolver essa pesquisa. [...] Em função disso, ainda que não tenha sido

Pfizer recusou pedido de compra do governo do estado para o imunizante da empresa



‘É uma questão de cunho moral’

Covid-19 Secretário de saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas critica Pfizer por, depois de realizar testes, se recusar a vender vacina ao estado



feito um contrato com pagamento antecipado, que era uma coisa ilegal, que não poderíamos fazer, ainda assim nós preparamos o estado para receber a vacina e estamos aptos", pontua o secretário.

Ainda segundo Vilas-Boas, a representação da Pfizer no Brasil afirmou que novas negociações com os estados brasileiros só poderão ser feitas após tratativas da farmacêutica com o governo federal.

PFIZER RESPONDE

Procurada pelo CORREIO, a Pfizer respondeu, em nota, que a condução dos estudos para elaboração da vacina não esteve atrelado a aspectos comerciais e confirmou que

mantém conversas com o governo federal para um possível fornecimento da vacina.

"Em setembro de 2020, a Pfizer teve reunião com o governo da Bahia para entender o interesse do estado sobre uma possível compra antecipada de doses. Participaram do encontro o governador do Estado da Bahia e o Secretário de Saúde Fábio Vilas-Boas, entre outras pessoas, e naquele momento, a proposta foi declinada. O cenário de disponibilidade da vacina tem mudado significativamente, priorizando os países que fizeram uma aquisição antecipada ainda no ano passado", diz a nota.

*COM ORIENTAÇÃO DA SURCHEFE DE REPORTAGEM MONIQUE LÓBO

●● É uma questão de cunho moral, compromisso, porque a empresa não pode simplesmente se servir de um povo e depois na hora que o benefício está disponível virar as costas e vender para outro. Isso eu considero algo de uma infração ética e moral da Pfizer Fábio Vilas-Boas

Secretário de Saúde Bahia

Empresa começa a vacinar na segunda quem tomou placebo

A Pfizer anunciou que começará a imunizar, neste mês, os voluntários que receberam placebo durante os testes no Brasil da vacina contra covid-19 desenvolvida pelo laboratório em parceria com a BioNTech. Em comunicado, a companhia informou que participantes do estudo em São Paulo e Salvador vão receber gratuitamente duas doses do imunizante.

Apesar da vacina não ter sido avaliada para uso no Brasil pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o laboratório disse em nota que "o procedimento está de acordo com as tratativas definidas" junto aos órgãos reguladores brasileiros e "faz parte do termo de consentimento assinado pelos participantes no início da pesquisa".

O Centro de Pesquisa Clínica da Osid informou ao CORREIO que já está entrando em contato com os voluntários do grupo placebo para agendar o dia da vacinação. A meta é falar com todos até domingo. Já a aplicação da vacina irá ocorrer na próxima semana, a partir de segunda-feira. Dos 1.549 voluntários balanços, metade recebeu a vacina e metade o placebo.

O comunicado da Pfizer diz, também, que os resultados da pesquisa, ainda em an-

damento, demonstraram que o imunizante tem 95% de eficácia contra o novo coronavírus e que todos os participantes seguirão em acompanhamento no estudo, conforme estabelecido em protocolo.

"Países como Estados Unidos, Japão, Israel, Canadá, Reino Unido, Austrália, México, Equador, Chile, Costa Rica, Colômbia e Panamá, assim como a União Europeia

e outros tantos, já garantiram um quantitativo de doses da vacina desenvolvida pela Pfizer e BioNTech para dar início à imunização de suas populações. No Brasil, a empresa segue com o processo regulatório de submissão contínua de sua vacina junto à Anvisa", finaliza o texto.

A promessa da Pfizer, porém, era de que em dezembro quem tivesse tomado o

placebo recebesse a vacina. O CORREIO publicou uma reportagem antecedente relatando que os voluntários balanços que participaram dos estudos clínicos com as vacinas contra a covid-19 da Pfizer e de Oxford/AstraZeneca estavam sem informação se haviam recebido a dose do agente ativo ou o placebo. A demora para fornecer respostas provocou irritação. "Acho que é uma demonstração de falta de compromisso com as pessoas que serviram como voluntários para eles", critica o secretário Fábio Vilas-Boas.

Voluntária no estudo da Pfizer, a empresária Bárbara Martins, de 31 anos, concorda. Ela ainda não foi informada se tomou a vacina ou o placebo. "Soube pelo jornal do início da vacinação de quem tomou placebo. E um alívio, porque partimos de uma perspectiva de 'talvez nunca' para um 'talvez na semana que vem'. Só fico chateada porque o mundo já está se vacinando com a Pfizer e, para que essas pessoas se vacinassem, precisou que eu, aqui no Brasil, fosse voluntária. Eu, que tornei possível que a Pfizer vendesse a vacina para o mundo inteiro, nem sei se fui vacinada ou não", desabafou.



Osid começou a entrar em contato com voluntários para iniciar vacinação

Reunião na Anvisa termina sem pedido de uso emergencial

Depois que o Superior Tribunal Federal (STF) deu 72 horas para a Anvisa responder sobre o uso emergencial da Sputnik V, ontem, a agência se reuniu com o laboratório União Química, responsável pela vacina no Brasil. No entanto, o encontro terminou sem pedido de uso emergencial da vacina, segundo informações do jornal O Globo.

Na reunião, representantes da União Química disseram que vão cumprir todas as etapas exigidas pela Anvisa, mas não apresentaram documentos novos para a autorização de pesquisa no Brasil.

O governo balanço entrou com uma ação no STF pedindo permissão para comprar os imunizantes russos. A Bahia tem um acordo de cooperação firmado com o fundo responsável pela distribuição da vacina, prevenido o fornecimento de até 50 milhões de doses.

Agora, a Anvisa tem até hoje para confirmar ao STF se recebeu o pedido de auto-

rização temporária para uso emergencial da Sputnik V formalizado pelo Governo da Bahia. A entidade também deverá informar o estágio de análise do requerimento e eventuais pendências para a aprovação do imunizante.

Enquanto isso, a Hungria se tornou o primeiro país da União Europeia a aprovar o uso emergencial da vacina russa. O anúncio foi feito

ontem pelo fundo soberano da Rússia (RDIF), que financia o imunizante.

Anteontem, o RDIF pediu à Agência Europeia de Medicamentos (EMA) autorização para uso emergencial da Sputnik V na União Europeia. Caso a EMA aprove o pedido, uma lei brasileira, de maio de 2020, pode levar a Anvisa a aprovar também. É que a Lei 14.006 obriga o órgão a avaliar em até 72 horas, ou três dias corridos "quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área da saúde sujeitos à vigilância sanitária" que tenham sido aprovados por quatro agências estrangeiras de referência, entre elas, a EMA.

A regra vai além e estabelece que, caso a Anvisa não analise o pedido no prazo, a autorização será "concedida automaticamente".

O diretor do RDIF, Kirill Dmitriev, afirmou que a União Química já começou a fabricar o imunizante no Brasil.

O cenário é de corrida contra o tempo, já que a União Química, que já tem 10 milhões de doses disponíveis para serem encaminhadas ao Brasil, não deve aguardar por muito tempo. Na previsão da farmacêutica, as doses produzidas em solo brasileiro podem ser destinadas a países vizinhos como Argentina e Bolívia.

Para o secretário de Saúde do estado, Fábio Vilas-Boas, a situação do fornecimento de vacinas no país é caótica.

"Nós estamos na iminência de ter um apagão de vacinas, de termos recebido essa primeira quantidade e passarmos alguns meses sem qualquer vacina para o povo brasileiro, não só para a Bahia", lamenta.

Vilas-Boas ainda acrescenta que a Bahia não vai ficar aguardando o governo federal. "Nós estamos ativamente nos mexendo. Demos entrada no STF, estamos pressionando a Pfizer, estamos buscando diretamente a aquisição na China", afirma.

Em setembro de 2020, a Pfizer teve reunião com o governo da Bahia para entender o interesse do estado sobre uma possível compra antecipada de doses. (...) Naquele momento, a proposta foi declinada. O cenário de disponibilidade da vacina tem mudado significativamente, priorizando os países que fizeram uma aquisição antecipada ainda no passado Pfizer

Em nota oficial

LOWEN STAPLES/APP



A proposta da Fiocruz é entregar 100,4 milhões de doses da vacina Oxford-AstraZeneca até o final do primeiro semestre de 2021

Vacina da Índia chega hoje ao Brasil

País irá receber dois milhões de doses do imunizante da Oxford-AstraZeneca

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@reddebahia.com.br

O Brasil irá receber no fim da tarde de hoje 2 milhões de doses da vacina contra a covid-19 fabricada pelo Instituto Serum da Índia — o maior produtor mundial de vacinas. A carga vem a bordo de um voo comercial da companhia aérea Emirates e chegará ao Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Depois dos trâmites alfândegários, um avião da Azul vai transportar as vacinas para o aeroporto internacional Tom Jobim, no Rio de Janeiro.

Essa vacina é a Covishield, desenvolvida pela universidade inglesa de Oxford e pela farmacêutica AstraZeneca, que aqui no país tem parceria com a Fiocruz. E para este lote, que vem da Índia, que a Anvisa autorizou, no último domingo, o uso emergencial.

O secretário das Relações Exteriores da Índia, Harsh Vardhan Shringla, disse que o fornecimento comercial da vacina começará hoje, de acordo com o compromisso do primeiro-ministro Narendra Modi de que a capacidade de produção da Índia seria usada para toda a humanidade para

combater a pandemia.

"Seguindo essa visão, respondemos positivamente aos pedidos de fornecimento de vacinas manufaturadas indianas de países de todo o mundo, começando pelos nossos vizinhos", disse ele, referindo-se ao fornecimento gratuito nesta semana para Butão, Maldivas, Bangladesh e Nepal. "O fornecimento das quantidades comercialmente contratadas também começará a partir de amanhã (hoje), começando por Brasil e Marrocos, seguidos pela África do Sul e Arábia Saudita", acrescentou.

EFICÁCIA

A vacina de Oxford, em parceria com a Fiocruz, já na primeira dose, tem 70% de eficácia e a proteção contra a covid acontece cerca de 21 dias após a aplicação da primeira dose. A fábrica de vacinas da Fiocruz, no Rio de Janeiro, aguarda apenas a chegada do ingrediente farmacêutico ativo, o IFA, para começar a produzir as doses. O principal insumo da vacina virá da China.

A proposta da Fiocruz é entregar 100,4 milhões de doses da vacina até o final do primeiro semestre de 2021. No segundo semestre do ano, a produção passará a ser 100% nacional na Fundação e mais 110 mi-

lhões de doses serão entregues ao Ministério da Saúde, totalizando cerca de 210 milhões de doses durante todo o ano.

Sobre possíveis reações adversas, os estudos clínicos apontaram que a vacina é segura para todas as faixas etárias, incluindo os idosos. As reações mais comuns à aplicação da substância foram dor no local da vacinação, febre e dor de cabeça, todas de intensidade leve ou moderada. Não foi registrada nenhuma reação grave relacionada à imunização.

A vacina de Oxford era a principal aposta do governo Bolsonaro para o início da vacinação no Brasil. A administração federal vinha, no entanto, enfrentando dificuldades diplomáticas para viabilizar a chegada do imunizante. A vacinação, então, começou com a Coronovac, desenvolvida pelo Instituto Butantan em parceria com a empresa chinesa Sinovac.

O governo chegou a adotar o avião da companhia Azul que buscava as vacinas na Índia em 14 de janeiro. Na data, no entanto, o Ministério da Saúde afirmou que a partida da aeronave "foi reprogramada em algumas horas por questões logísticas internacionais".

Com poucas doses, estados restringem público-alvo

Com poucas doses e muita gente na fila para vacinar, alguns estados têm restringido o público que deve receber as primeiras doses da Coronovac, o único imunizante contra covid-19 disponível no país até o momento. Em algumas cidades, as autoridades de saúde estão definindo as "prioridades dentro das prioridades".

Entre 26 estados e o Distrito Federal, seis reduziram os critérios de grupos em relação aos propostos pelo Ministério da Saúde e dois ampliaram. Maranhão incluiu sem-teto e quilombolas, e São Paulo, os quilombolas. Mas não informaram se têm doses suficientes para imunizar esses grupos.

O ministério diz que estados e municípios têm autonomia para distribuição das vacinas, mas recomenda seguir o Plano Nacional de Imunização (PNI), porque foi elaborado seguindo estudos populacionais.

No momento, o país tem apenas 6 milhões de doses de vacina, o que permitiria imunizar cerca de 2,8 milhões de pessoas — número abaixo do total dos públicos-alvo.

6 milhões é o total de doses da vacina Coronovac disponível hoje no país, o que permitiria imunizar cerca de 2,8 milhões de pessoas

5,9 milhões é o total de profissionais da área de saúde que deverão ser vacinados nessa 1ª fase da campanha, o que exigiria quase 12 milhões de doses

China promove esforço 'máximo' para enviar insumos

A Embaixada da China em Brasília informou, ontem, que está se esforçando para ajudar o governo brasileiro a trazer para o país insumos destinados à fabricação de vacinas contra a covid-19. A manifestação da embaixada ocorre um dia após uma reunião entre o embaixador chinês, Yang Wanming, e os ministros da Agricultura e das Comunicações, Tereza Cristina e Fábio Faria.

"Em relação à exportação ao Brasil de insumos de vacinas, a Embaixada da China no Brasil tem mantido contatos com a parte brasileira e fará máximos esforços para conseguir avanços sob a premissa de garantir a saúde e segurança", destacou a embaixada em um comunicado divulgado ontem.

Desde que surgiram as primeiras dificuldades para que o Instituto Butantan possa produzir a vacina Coronovac com insumos chineses, esta é a primeira vez que o embaixador do país asiático se posiciona a respeito do tema.

Também ontem foi o primeiro encontro entre o embaixador Yang Wanming e representantes do governo brasileiro para tratar do assunto.

O Instituto Butantan afirmou ontem que praticamente esgotou a quantidade de insumos para fabricar a Coronovac no Brasil

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, negou ontem atraso de insumos da China e diz que material chegará até 31 de janeiro



●● É praticamente unanimidade que nós precisamos de uma reforma administrativa que reduza o tamanho do estado

●● A única coisa que avança no Brasil são os aumentos de impostos

●● Qual é o caminho que nós temos? Uma reforma de verdade, que ajude a enxugar o tamanho do estado

●● Existe uma interdependência direta entre nossa capacidade de fazer um programa eficaz de vacinação com a resposta que a economia brasileira vai dar Carlos Falcão

Empresário, líder do grupo Business Bahia

REPORTAGEM

Governo está priorizando a reforma errada, diz Falcão

Política & Economia Líder do grupo Business Bahia defende necessidade de enxugar os gastos públicos

Redação
REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

O Brasil deveria priorizar mais uma reforma administrativa, capaz de enxugar gastos públicos, e investir numa política efetiva de privatizações, antes de uma reforma tributária, acredita o empresário Carlos Falcão. Líder do grupo Business Bahia. Ele conta que a classe empre-

sarial está bastante preocupada com os efeitos da nova tributação proposta pelo governo federal sobre o setor de serviços. "Pode mais do que dobrar o que se paga hoje", diz.

Em relação às expectativas para este ano de 2021, Falcão diz que o clima é um misto de otimismo com preocupação no Business Bahia — que reúne 250 empresários e executivos de algumas das principais empresas com atuação na Bahia. Carlos Falcão foi o convidado do jornalista Donaldson Gomes no programa Política & Economia, no Instagram do CORREIO (@correio24horas).

"É praticamente unanimidade que nós precisamos de uma reforma administrativa que reduza o tamanho do estado e a virarmos diver-

O jornalista Donaldson Gomes (acima) entrevistou o empresário Carlos Falcão, líder do grupo Business Bahia, sobre o ambiente de negócios no Brasil atualmente

sas medidas. O que foi proposto pelo Ministério da Economia é uma proposta tímida para o tamanho do nosso problema e mesmo assim ela não está sendo discutida pelo Congresso", lamenta.

O empresário lamenta que no caso dos aumentos da carga tributária o ritmo seja outro. Ele cita como exemplo o caso da Reforma Tributária, com a proposta da criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). "A CBS vai representar um aumento brutal para as empresas prestadoras de serviços", diz.

Segundo ele, o Business Bahia fez um estudo com base em balanços de empresas de dez setores diferentes e os resultados foram altas na carga de cobrança entre 80% e 150% para as prestadoras de serviços. "Qual é o caminho que nós temos? Uma reforma de verdade, que ajude a enxugar o tamanho do estado. Precisamos fazer valer o teto constitucional, que estabelece o salário do presidente da República como o maior", ressalta. Para Carlos Falcão, além disso o Brasil precisa implementar um programa efetivo de privatizações.

SAÍDA DE EMPRESAS

O empresário Carlos Falcão afirmou que não acredita que o governo estadual tenha culpa em episódios recentes de

saídas de grandes empresas do estado. Ele lembrou o recente anúncio da montadora Ford, da Bosch, da Vale, entre outras. Para ele, havia pouco a ser feito pelo poder público nos casos específicos. Mas ainda assim o líder empresarial acredita que a gestão estadual deveria modernizar a sua estrutura para a atração e a manutenção das empresas que operam na Bahia.

Ele lembra que existe uma série de custos operacionais para as empresas que são mais altos no Brasil. "Você tem custos com tributos, mas tem também com logística, custos trabalhistas, ações trabalhistas, que melhorou muito após a Reforma Trabalhista, que ainda tem um custo muito alto", diz.

Para Carlos Falcão, o governo baiano precisa modernizar a estrutura para a atração de novas empresas e de estímulo à atividade econômica. "Foi aprovado no Confaz (conselho que reúne as secretarias estaduais da Fazenda) um convênio da crise para as empresas que sofreram na pandemia. Muitos estados aderiram, mas a Bahia não", lamentou. "O estado da Bahia tem um processo de arrecadação eficaz, um governador que se esforça para fazer uma gestão eficiente, mas estamos falhando muito na atração de investimentos", acredita.

"Nossa política de atração ainda se baseia no Desenvol-ve e no PróBahia, que já tem 20 anos", lamenta.

SAÚDE X ECONOMIA

Ele lembra que os rumos da economia baiana dependem bastante do que acontece no cenário nacional. O empresário acredita que o desempenho econômico neste ano estará associado à questão da vacinação da população. Quanto mais eficiente for o processo, melhor para o setor produtivo. "Queimamos a largada, mas temos estrutura, capacidade logística e experiência em grandes campanhas de vacinação para ajustar os pontos, deixando ideologias de lado, focar no científico, vacinar nosso povo e retomar a economia".

Ele lembra que quase 70% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado depende do setor de serviço e essas atividades estão comprometidas pelas limitações para a ocupação dos espaços sociais. "O turismo é uma fatia muito importante de nossa economia. Hotéis, restaurantes, toda uma cadeia que se relaciona com viagens, dependem muito da possibilidade de deslocamento", sinaliza.

Além da vacina, ele ressalta que a suspensão do auxílio emergencial é outro fator de preocupação. "Se por um lado nós sabemos que o país, com este déficit fiscal, não aguenta mais o auxílio, é um fato, mas sabemos que uma das razões para a retomada que vivenciamos nos últimos seis meses foi o pagamento deste benefício", pondera.

●● Um dos indutores do crescimento do PIB é o consumo. Não resiste durante muito tempo, mas para iniciar o processo é muito eficiente Carlos Falcão Empresário

Tribuna

PONTO DE VISTA

Cândido Sá

A Ford e a sua Responsabilidade Civil perante as empresas prestadoras de serviço

O Brasil foi surpreendido na semana passada com o anúncio da Ford de que fecharia suas fábricas no país. Essa saída vai gerar um grande prejuízo. Nos locais onde suas fábricas funcionavam, Camaçari (BA), Taubaté (SP) e Horizonte (CE), serão milhares de demitidos diretos, sem contar com as empresas e toda a indústria de autopeças que existiam em virtude da fábrica que vão encerrar seus trabalhos.

A saída abrupta da Ford foi uma completa irresponsabilidade na rela-

ção com as empresas que prestavam serviço a ela, além de causar um enorme prejuízo. Os donos dos veículos estão preocupados com a desvalorização de seus automóveis, já que muitos, como o Ka e o Ecosport, vão sair de linha, além da possibilidade de faltar peças.

Mas também há toda uma cadeia produtiva que vende peças e acessórios, que faziam parte do Complexo Ford, e terão que fechar as portas, como a indústria de plástico, a que fornece os bancos para os carros e a fabricante de pneus. São

cerca de 30 empresas da região que fornecem produtos e serviços para a montadora. Esse prejuízo é passível de ressarcimento, via ação indenizatória de perdas e danos.

Já as concessionárias são protegidas pela lei 6.729/79, conhecida como Lei Ferrari devido ao nome do seu relator, o advogado Renato Ferrari. A lei define a relação entre os fabricantes e as concessionárias.

Em seu artigo 22, determina que resolução do contrato entre o fabricante e a concessionária só se dará: por acordo das partes ou força maior; pela expiração do prazo determinado, estabelecido no início da concessão, salvo se prorrogado, por iniciativa da parte inocente, em virtude de infração a dispositivo desta Lei, das convenções ou do próprio contrato, considerada infração também a cessação das atividades do contraente.

Caso a fabricante não prorrogue o contrato, ficará obrigado perante o concessionário a: comprar o estoque de veículos e componentes novos, estes em sua embalagem original, pelo preço de venda à rede de distribuição, vigente na data de aquisição; comprar equipamentos, máquinas, ferramental e instalações à concessão, pelo preço de mercado correspondente ao estado em que se encontram, excluídos desta obrigação os imóveis do concessionário.

É preciso que nesse momento de apreensão, sem saber de forma concreta quais os rumos da montadora, as indústrias recorram a um advogado para analisar seus contratos em buscas de cláusulas que cubram transtornos passíveis de indenizações.

Cândido Sá é advogado.

Tribuna

Trabalhadores da Ford fazem nova manifestação

Assembleia foi realizada na manhã de ontem (21), em frente à fábrica da empresa em Camaçari

FILIPE OLIVEIRA
ESTAGIÁRIO

Em protesto contra o desemprego causado pelo fim da produção de veículos com o fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, trabalhadores da empresa com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Camaçari (STIM), se reuniram na manhã de ontem (21). O ato foi realizado em frente ao parque industrial da Ford no próprio município e reuniu mais de seis mil pessoas, segundo

informações do presidente do STIM, Júlio Bonfim.

O presidente do Sindicato disse à Tribuna da Bahia que o objetivo da assembleia de ontem foi unificar e levar informações aos trabalhadores sobre a reunião com embaixadas da Coreia do Sul, Japão e Índia, realizada na última terça-feira (19), em Brasília, com o governador da Bahia, Rui Costa, e órgãos do estado. "As reuniões foram muito importantes para que a gente possa atrair interes-

sados em se instalar e investir em Camaçari, recuperando os milhares de empregos deixados pelo Complexo Ford. Temos estrutura e trabalhadores com toda a experiência e o conhecimento da indústria automotiva", explica Júlio Bonfim.

Outra discussão levantada pelo Sindicato foi sobre uma audiência realizada no Ministério Público do Trabalho (MPT). "Estamos exigindo a questão dos pagamentos salariais. O pleito da gente é a reativação da fá-

brica, para que pelo menos, seja respeitado [pela Ford] o período de estabilidade de 37 meses dos trabalhadores, assinado entre as partes. Nós fizemos esse acordo coletivo e estamos nessa briga para tentar reverter esse problema sério que vai afetar todo o estado. Era a única montadora na Bahia, a maior da América do Sul", comenta o presidente do STIM. Bonfim também que o Sindicato tem colhido informações sobre documentações, pesquisas e levanta-

tamento de demissões de trabalhadores em diversos setores, ligados direto ou indiretamente à empresa, para serem apresentados à Ford em reunião na segunda-feira (25).

Ainda ontem, foram realizadas também manifestações em frente às concessionárias revendedoras de automóveis da Ford. Algumas empresas decidiram pelo não expediente para vendas por conta das manifestações dos trabalhadores. Empresários do setor têm

enfrentado problemas e prejuízos com a venda de veículos em todo o Brasil. Segundo informações da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave-Ba), clientes dessas empresas têm cancelado compras e estão com receio de haver falta de assistência para os automóveis, o que já foi esclarecido em nota emitida pela Ford. A fabricante anunciou que não está saindo do Brasil e que nada muda na relação com os seus consumidores.

Veículo: Bocão News	
Data: 21/01/2021	



ECONOMIA E MERCADO

Com Orçamento apertado, governo vai pagar R\$ 500 mi em progressões de servidores em 2021



22 de Janeiro de 2021 às 06:06

Por: Agência Brasil Por: Folhapress

Enquanto busca recursos para bancar programas sociais e o enfrentamento à pandemia, o governo já reservou uma conta adicional de R\$ 500 milhões em 2021 para o pagamento de progressões de carreira de servidores públicos.

A maior parte tem caráter automático e é concedida sem qualquer avaliação de desempenho ou mérito.

Neste ano, serão aproximadamente 170 mil beneficiados. Isso significa que 1 a cada 4 servidores do Executivo federal receberá algum tipo de promoção ou progressão de carreira.

O número mostra apenas uma fatia do custo total aos cofres públicos, já que as progressões também são comuns nos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como nos estados e nos municípios.

O custo, portanto, é mais elevado se forem considerados o avanço na carreira para os demais Poderes e entes da federação.

O Ministério da Economia tenta impedir esses aumentos salariais quase que automáticos para novos servidores. Porém, a proposta que trata do assunto não deu sinal de avanço no Congresso.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma administrativa foi enviada pelo governo à Câmara em setembro do ano passado, mas segue sem previsão de análise.

O texto proíbe progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço. A norma valerá apenas para novos servidores, preservando todos aqueles que estiverem na ativa no momento da aprovação da medida.

Além disso, na segunda fase da reforma, o governo pretende regulamentar a avaliação de desempenho. O objetivo é estabelecer regras e critérios de análise de mérito para que os servidores sejam promovidos.

Desde o início da gestão Jair Bolsonaro (sem partido), o ministro Paulo Guedes (Economia) adotou uma política de enxugamento da máquina pública.

Mesmo sem aprovação de reforma, o governo derrubou as taxas de reposição de servidores que se aposentam. Ou seja, são convocados menos servidores do que aqueles que entram em inatividade.

Em 2020, para cada 100 pessoas que deixaram a ativa no serviço público federal, o governo contratou apenas 26. O índice é o menor dos últimos anos.

Com o enxugamento, o quadro de servidores federais retraiu para o menor patamar em anos. Pela primeira vez desde 2012, o número de profissionais ativos ficou abaixo de 600 mil —está agora em 599,8 mil.

Em uma vitória de Guedes, o governo também conseguiu congelar o salário de servidores da União, estados e municípios até o fim deste ano. A medida foi incluída no pacote de ajuda aos estados durante a pandemia.

Diante da crise causada pela pandemia da Covid-19, que reduziu a renda de milhões de trabalhadores da iniciativa privada —e deixou cerca de 5 milhões desempregados entre abril e outubro, segundo o IBGE— Guedes propôs ao Congresso que os salários dos servidores públicos federais, estaduais e municipais fossem congelados, assim como as progressões e promoções nas carreiras.

Por pressão política, o Congresso deixou a brecha para que a ascensão nas carreiras ainda fosse permitida. O lobby do funcionalismo é um dos mais fortes entre deputados e senadores.

Apesar dos salários congelados, as progressões automáticas continuam a ser concedidas normalmente. O Ministério da Economia argumenta que os benefícios estão previstos em leis específicas e não podem ser eliminados.

O presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, afirma que nem todo servidor progride na carreira automaticamente. Segundo ele, a categoria está aberta a discutir aprimoramentos nos sistemas de avaliação.

"O grosso do serviço público tem progressões por tempo de serviço, mas tem progressão por mérito, os servidores são submetidos a avaliações. Não somos contra o aprimoramento dessas regras, queremos discuti-las", disse.

A alta de despesas como as de progressões pressionam o teto de gastos, que já apresenta risco de rompimento. A regra limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação.

O gasto com pessoal para 2021 deve ficar próximo de R\$ 320 bilhões, segundo dados do projeto de Orçamento. A proposta ainda não foi aprovada pelo Congresso.

Apesar de proporcionalmente baixo, o aumento da despesa por causa das progressões e promoções de servidores acaba tendo impacto nos cofres públicos.

Para se ter uma ideia, a equipe de Guedes busca uma forma de cortar ou revisar despesas ainda neste ano em uma faixa entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões.

A medida é necessária para que o governo não descumpra o teto de gastos —principal âncora fiscal do país, na avaliação de Guedes.

Desde o ano passado, a equipe econômica e congressistas buscam uma fonte de recursos para ampliar o Bolsa Família, criando um novo programa social. Divergências entre o governo e o Congresso travaram as discussões.

O time de Guedes defende a fusão de programas existentes para criar o novo benefício. A ideia já foi alvo de veto de Bolsonaro.

Após críticas, também foi engavetada a ideia de financiar o programa após uma limitação dos pagamentos de precatórios —dívidas do governo reconhecidas na Justiça.

Enquanto isso, a falta de articulação política do governo impediu o avanço de medidas para economizar recursos e abrir espaço no Orçamento, como a reforma administrativa e a PEC Emergencial, que prevê o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal em momentos de aperto financeiro.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 21/01/2021	



Política

Consórcio Nordeste pede prorrogação do estado de calamidade no país por mais 180 dias

Gestores estaduais justificam o pedido pelo fato de não haver previsão da imunização de toda a população contra o coronavírus, além do aumento do número de casos



Por **Luciana Freire** no dia 21 de Janeiro de 2021 · 19:30

O presidente do Consórcio Nordeste e também membro do Fórum dos Governadores, Wellington Dias (PT), solicitou, ao presidente Jair Bolsonaro,

prorrogação do estado de calamidade pública no Brasil por mais 180 dias. O ofício foi assinado em nome dos dois colegiados.

“Essa iniciativa asseguraria a continuidade de ações de proteção àqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social e que necessitam de auxílios correspondentes”, declararam os governadores no ofício.

Os gestores estaduais também justificam o pedido pelo fato de não haver previsão da imunização de toda a população, além do aumento do número de casos confirmados, da ocupação de leitos e elevação na taxa de transmissibilidade do coronavírus.

O Senado aprovou, em março de 2020, o projeto de decreto legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no país em razão da pandemia de coronavírus. Ele ficou em vigor até o dia 31 de dezembro de 2020.

Veículo: Política Livre	
Data: 22.01.2021	Caderno: Economia



22 de janeiro de 2021 | 09:36

Governo da Bahia publica tabela de pagamento do funcionalismo estadual em 2021

BAHIA

A tabela de pagamento em 2021 dos servidores ativos, aposentados e pensionistas das administrações Direta e Indireta, fixando as datas de desembolso dos vencimentos mês a mês, será publicada na edição deste final de semana (dias 23 e 24/01) do Diário Oficial do Estado (DOE). A tabela é uma das principais evidências de equilíbrio fiscal do governo baiano: em 2020, mesmo no contexto da pandemia de covid-19, a Bahia pagou os salários do funcionalismo rigorosamente em dia, assim como nos anos anteriores, além de ter honrado os compromissos com os fornecedores.

A tabela pode ser consultada no Portal do Servidor (www.portaldoservidor.ba.gov.br). Os funcionários baianos irão receber seus vencimentos geralmente no último dia de cada mês, exceto quando este dia cair em um final de semana. Nestes casos, o valor será depositado na sexta-feira anterior. A primeira parcela do 13º salário será quitada ao longo do ano, já que a maior parte dos servidores estaduais opta por receber este adiantamento no mês de aniversário ou junto com as férias. Já a segunda parcela será paga no dia 20 de dezembro.

O Governo desembolsa, por mês, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), o valor de R\$ 1,57 bilhão com o pagamento da folha. São 276 mil pessoas, entre ativos, aposentados e pensionistas, informa a Secretaria da Administração (Saeb), que coordena a operação mensal de processamento dos dados da folha, realizada por todas as unidades administrativas do Estado.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que, com o processo de pandemia ainda em curso e um longo período de falta de crescimento econômico, é importante que o Estado continue com as contas equilibradas. “A manutenção dos pagamentos em dia depende também da atuação dos servidores públicos, tanto os da Fazenda, no contexto da arrecadação, como os das demais secretarias e órgãos estaduais, com a prática da economia e do zelo com o gasto público”, alerta Vitório.

O secretário da Administração, Edelvino Góes, reforça a importância do equilíbrio fiscal para o Estado. “Uma boa gestão administrativa financeira é essencial para que a Bahia mantenha o patamar alcançado nos últimos anos para com a responsabilidade fiscal do Governo do Estado e consiga, neste período de pandemia, publicar uma tabela com as datas de pagamento dos vencimentos dos servidores ativos e dos benefícios, para os inativos e pensionistas”, pontua.

Servidor vai receber R\$ 500 milhões em progressões em 2021

Maior parte tem caráter automático e é concedida sem nenhuma avaliação de desempenho ou mérito

Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA Enquanto busca recursos para bancar programas sociais e o enfrentamento à pandemia, o governo federal já reservou uma conta adicional de R\$ 500 milhões em 2021 para o pagamento de progressões de carreira de servidores públicos.

A maior parte tem caráter automático e é concedida sem nenhuma avaliação de desempenho ou mérito.

Neste ano, serão aproximadamente 170 mil beneficiados. Isso significa que um a cada quatro servidores do Executivo federal receberá algum tipo de promoção ou progressão de carreira.

O número mostra apenas uma fatia do custo total aos cofres públicos, já que as progressões também são comuns nos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como nos estados e nos municípios.

O custo, portanto, é mais elevado se forem considerados o avanço na carreira para os demais Poderes e entes da Federação.

O Ministério da Economia tenta impedir esses aumentos salariais quase que auto-

máticos para novos servidores. Porém, a proposta que trata do assunto não deu sinal de avanço no Congresso.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma administrativa foi enviada pelo governo à Câmara em setembro do ano passado, mas segue sem previsão de análise.

O texto proíbe progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de

serviço. Anorma valerá apenas para novos servidores, preservando todos aqueles que estiverem na ativa no momento da aprovação da medida.

Além disso, na segunda fase da reforma, o governo pretende regulamentar a avaliação de desempenho. O objetivo é estabelecer regras e critérios de análise de mérito para que os servidores sejam promovidos.

Desde o início da gestão Jair Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes (Economia) adotou uma política de enxugamento da máquina pública.

Mesmo sem aprovação de reforma, o governo derrubou as taxas de reposição de servidores que se aposentam. Ou seja, são convocados menos servidores do que aqueles que entram em inatividade.

Em 2020, para cada 100 pessoas que deixaram a ativa no serviço público federal, o governo contratou apenas 26. O índice é o menor dos últimos anos.

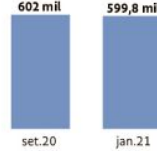
Com o enxugamento, o quadro de servidores federais retraiu para o menor patamar em anos. Pela primeira vez, desde 2012, o número de profissionais ativos ficou abaixo de 600 mil

Equipe econômica consegue reduzir números de servidores, mas gastos ainda pressionam teto

Despesas com pessoal do Executivo federal até novembro, em R\$ bi



Número de funcionários públicos ativos



Projeções do Orçamento de 2021

- R\$ 338,4 bi**
Gasto com pessoal
- 170 mil**
promoções e progressões de servidores
- R\$ 500 mi**
é a despesa estimada com o avanço de servidores na carreira
- R\$ 20 bi**
é o corte estimado em despesas do Orçamento para cumprir o teto de gastos

Fonte: Ministério da Economia

—está agora em 599,8 mil.

Em uma vitória de Guedes, o governo também conseguiu congelar o salário de servidores da União, estados e municípios até o fim deste ano. A medida foi incluída no pacote de ajuda aos estados durante a pandemia.

Diante da crise causada pela pandemia da Covid-19, que reduziu a renda de milhões de trabalhadores da iniciativa privada e deixou cerca de 5 milhões desempregados entre abril e outubro, Guedes propôs ao Congresso que os salários dos servidores públicos federais, estaduais e municipais fossem congelados, assim como as progressões e promoções nas carreiras.

Por pressão política, o Congresso deixou a brecha para que a ascensão nas carreiras ainda fosse permitida. O lobby do funcionalismo é um dos mais fortes entre deputados e senadores.

Apesar dos salários congelados, as progressões automáticas continuam a ser concedidas normalmente. O Ministério da Economia argumenta que os benefícios estão previstos em leis específicas e não podem ser eliminados.

O presidente do Fomacate (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, afirma que nem todo servidor progride na carreira automaticamente. Segundo ele, a categoria está aberta a discutir aprimoramentos nos sistemas de avaliação.

“O grosso do serviço público tem progressões por tempo de serviço, mas tem progressão por mérito, os servidores são submetidos a avaliações. Não somos contra o aprimoramento dessas regras, queremos discutí-las”, disse. A alta de despesas como as de progressões pressiona o

teto de gastos, que já apresenta risco de rompimento. A regra limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação.

O gasto com pessoal para 2021 deve ficar próximo de R\$ 320 bilhões, segundo dados do projeto de Orçamento. A proposta ainda não foi aprovada pelo Congresso.

Apesar de proporcionalmente baixo, o aumento da despesa por causa das progressões e promoções de servidores acaba tendo impacto nos cofres públicos.

Para ter uma ideia, a equipe de Guedes busca uma forma de cortar ou revisar despesas ainda neste ano em uma faixa entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões.

A medida é necessária para que o governo não descumpra o teto de gastos —principal âncora fiscal do país, na avaliação de Guedes.

Desde o ano passado, a equipe econômica e congressistas buscam uma fonte de recursos para ampliar o Bolsa Família, criando um novo programa social. Divergências entre o governo e o Congresso travaram as discussões.

O time de Guedes defende a fusão de programas existentes para criar o novo benefício. A ideia já foi alvo de veto de Bolsonaro.

Após críticas, também foi engavetada a ideia de financiar o programa após uma limitação dos pagamentos de precatórios —dívidas do governo reconhecidas na Justiça.

Enquanto isso, a falta de articulação política do governo impediu o avanço de medidas para economizar recursos e abrir espaço no Orçamento, como a reforma administrativa e a PEC Emergencial, que prevê o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal em momentos de aperto financeiro.

seminários **folha**

folha.com/meiosdepagamento

26 de janeiro
15h às 18h

Evento gratuito

Assista ao vivo em folha.com/meiosdepagamento e participe enviando perguntas para o **WhatsApp** 11 99648-3478

webinar Tendências em meios de pagamento

As inovações nos jeitos de pagar e por que você precisa estar por dentro delas

DEBATE 1 15h às 16h **NOVOS MEIOS DE PAGAMENTO**

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO
diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução do Banco Central

JOÃO PEDRO PARO
presidente da Mastercard Brasil e Cone Sul

NATHALIA ARCURI
CEO da Me Poupe! e especialista em planejamento financeiro

DEBATE 2 16h às 17h **NOVOS PLAYERS NO ECOSISTEMA**

BRUNO DINIZ
autor de "O Fenômeno Fintech" e cofundador da Spiralem

GERALDO RODRIGUES
diretor de negócios digitais do Santander Brasil

RAUL MOREIRA
coordenador do comitê de inovação do Banco Original

ROBSON DANTAS
diretor de fintech do Magazine Luiza

DEBATE 3 17h às 18h **CIBERSEGURANÇA**

HENRIQUE LIAN
diretor da Proteste - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

PIERO FORMICA
data protection officer da Tim

ROGÉRIA LEONI
diretora jurídica da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein

RONALDO LEMOS
colunista da Folha e representante do MIT Lab no Brasil

#Siga**folha** ♦ Cobertura especial do evento.
♦ Vídeos e reportagens no site da Folha.

Patrocinado:

mastercard

Realização:

FOLHA100

Veículo: G1	Economia
Data: 22/01/2021	



Inflação e pandemia cortam ganho real dos trabalhadores em 2020, aponta Salariômetro

Enquanto o reajuste salarial mediano dos profissionais foi de 3,5% no ano passado, o INPC médio no período foi o mesmo (também de 3,5%), mostrou estudo da Fipe.

Por Patrícia Basilio, G1

22/01/2021 00h00 Atualizado há 4 horas

Em 2020, não houve ganho real nos salários negociados entre patrões e empregados, segundo dados do Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Enquanto o reajuste salarial mediano dos profissionais foi de 3,5% em 2020, o **INPC médio** no ano foi o mesmo (também de 3,5%). Ou seja, na prática, não houve aumento algum.

Vale lembrar que o índice inflacionário (usado para reajustar o salário mínimo) **acumulou alta de 5,45%** em 2020.

"O resultado se deve a dois fatores: à inflação menor em 2020, apesar de ter subido muito no final do ano, e à Covid-19. A pandemia atrapalhou muito o ganho dos trabalhadores", explicou Hélio Zylberstajn, coordenador do estudo e professor da FEA/USP.

Em 2019, o reajuste salarial mediano foi de 4% e o INPC médio no ano, de 3,7% — **resultando em um ganho real de apenas 0,3%**.

De 2019 a 2020, o piso salarial (mediano) passou de R\$ 1.218 a R\$ 1.269, o que representa um aumento de 4,2%. O salário mínimo, por sua vez, foi de R\$ 998 a R\$ 1.045, uma alta de 4,7%.

No mesmo período, o número de negociações coletivas sobre reajuste salarial realizadas no país passou de 37.413 para 24.592 — uma queda de 34,3%. O percentual de presença, no entanto, aumentou 10,5%.

De acordo com Zylberstajn, as reuniões se tornaram mais espaçadas, "porém mais focadas em temas relevantes aos trabalhadores". Por este motivo, há uma participação maior de pessoas, na contramão da quantidade de eventos.

Por conta do distanciamento social, a quantidade de negociações coletivas sobre teletrabalho quase que quadruplicaram de 2019 para 2020: de 1.122 para 4.042.

"Só no primeiro trimestre de 2020 [3.176], houve quase três vezes mais negociações que 2019 todo. A pandemia apressou a transformação das empresas para o teletrabalho", analisou o professor.

Resultado de dezembro

No mês de dezembro, o reajuste salarial ficou abaixo da inflação (-0,9%) pela única vez em 2020, por conta da alta do Índice de Preços ao Consumidor (INPC) — índice inflacionário utilizado para correção do salário mínimo. Ou seja, não houve aumento real (*veja gráfico acima*).

No mês, 70,2% dos reajustes salariais registrados foram abaixo do índice inflacionário. Apenas 10,6%, foram acima do INPC. No ano, o percentual caiu para 25,7%.

Segundo a Fipe, aumentos reais serão raros em 2021 porque as projeções para o INPC este ano "continuam altas", acima de 5%.

Veículo: Estadão	
Data: 22.12.2020	Caderno: Economia



Arrecadação federal sobe 7,31% em novembro, a R\$140,101

O dado foi o quarto positivo consecutivo, mas veio abaixo da cifra de 150,068 bilhões de reais esperada pela mediana do mercado, conforme boletim Prisma, produzido pelo Ministério da Economia.

Apesar disso, a Secretaria de Política Econômica disse, em nota, que “o que se verifica objetivamente é que a arrecadação reflete outros indicadores que apontam para uma recuperação do nível de atividade econômica”.

De um lado, as compensações tributárias em novembro quase dobraram sobre um ano antes, a 18,631 bilhões de reais. Em vários meses deste ano as empresas lançaram mão de compensações tributárias para preservarem seu fluxo de caixa antevedendo as dificuldades à frente por conta da pandemia de Covid-19.

Também houve no período um impacto negativo de 2,35 bilhões de reais pela renúncia do IOF crédito, medida tomada no âmbito do enfrentamento ao surto de coronavírus.

Mas a arrecadação com diferimentos de tributos foi de 14,770 bilhões de reais em novembro –fenômeno que não ocorreu no mesmo mês de 2019.

Também houve ajuda adicional da arrecadação considerada atípica pela Receita com Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas/Contribuição Social Sobre Lucro Líquido, no valor de 1,2 bilhão de reais.

Juntos, estes dois fatores mais do que compensaram aqueles que puxaram a arrecadação para baixo, levando ao resultado no azul de novembro –o segundo crescimento mais alto do ano, atrás apenas da expansão de 9,56% verificada em outubro.

De janeiro a novembro, entretanto, a arrecadação segue em território negativo, com queda real de 7,95%, a 1,320 trilhão de reais.

Veículo: Estadão	
Data: 22.12.2020	Caderno: Economia



O custo do labirinto tributário

Empresas brasileiras gastam 2 mil horas, em média, para cumprir obrigações tributárias

Entre janeiro e setembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou 37 recursos em matéria de direito tributário, dos quais 31 foram decididos em favor da Fazenda Nacional. O número de causas tributárias julgadas nesses nove meses foi maior do que o da soma dos três últimos anos. Com as 31 decisões favoráveis à União, a Corte evitou uma saída estimada em R\$ 500 bilhões do Tesouro Nacional, num período de escassez de recursos fiscais.

Esses julgamentos têm duas facetas. Se por um lado as decisões favoráveis à Fazenda são importantes para o controle das contas públicas, em tempos de pandemia, por outro dão a dimensão do grau de incerteza jurídica em que vivem os contribuintes, dado o cipoal normativo no campo do direito tributário. Segundo relatório do Tribunal de Contas da União sobre a burocracia para o cumprimento de obrigações tributárias, atualmente há mais de 26 mil normas em vigor nesse campo do direito.

O relatório também mostra que, desde a promulgação da Constituição, há 32 anos, as matérias tributárias foram objeto de 15% das emendas constitucionais, de 19% das leis ordinárias e complementares e de 27% das medidas provisórias. Além disso, só em 2017 a Receita Federal publicou 3 mil atos normativos, entre portarias, instruções e pareceres. A situação não é diferente nos Estados, onde a legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) já foi alterada mais de 500 vezes, entre 2013 e 2017.

Outros levantamentos revelam que, da data de promulgação da Constituição aos dias de hoje, o governo federal editou 20 normas por dia útil, em média, das quais 4 são da área tributária. Nos meios jurídicos, estima-se que, para conhecer a legislação tributária brasileira, um advogado tem de ler 327 mil artigos com 763 mil parágrafos, 2,4 milhões de incisos e 321 mil alíneas. Diante dessa enxurrada de dispositivos, para evitar autuações as empresas têm de contratar mais tributaristas e de usar softwares específicos, o que as obriga a transferir recursos da atividade-fim para custear atividades-meio. Segundo o relatório *Doing Business*, do Banco Mundial, as empresas brasileiras gastam anualmente 2 mil horas, em média, para cumprir obrigações tributárias. Na América Latina, a média é de 317 horas. O custo anual das empresas brasileiras com pessoal técnico e robôs para acompanhar as modificações da legislação é de R\$ 162 bilhões.

A insegurança causada pelo labirinto tributário brasileiro é um dos fatores responsáveis pela enxurrada de ações não apenas nos órgãos administrativos, como o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, vinculado ao Ministério da Economia, mas também no Poder

Judiciário. Essas ações envolvem litígios que totalizam cerca de R\$ 800 bilhões – o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

O mais grave é que esse quadro de insegurança jurídica pode aumentar ainda mais. Em vez de reformar um sistema tributário confuso e pouco funcional, dado o número excessivo de regras, o Ministério da Economia está mais preocupado em criar e aumentar impostos, a pretexto de promover uma reforma tributária. Ao mesmo tempo que defende a criação de tributos ineficientes, como uma CPMF travestida de imposto sobre operações digitais, ele é omissivo no que se refere à desburocratização do sistema tributário. Também não vai além do discurso quando tem de lidar com o problema das concessões de excepcionalidades tributárias a certos setores econômicos. Essas concessões podem até ser justificadas como forma de incentivo, mas aumentam a complexidade do sistema tributário, tornando-o ainda mais ineficiente.

Por isso, a vitória da Fazenda Nacional em 31 dos 37 recursos em matéria tributária que foram julgados entre janeiro e setembro pelo Supremo não deve ser vista apenas pela economia que propiciou ao Tesouro. Também tem de ser encarada como reflexo de um sistema tributário cuja anacrônica operacionalidade custa um alto preço pago não só pelas empresas, mas por toda a sociedade.

A reforma administrativa, para além das despesas

Foco deveria ser a organização e funcionamento da administração pública

Por Marlon Cecilio de Souza

22/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

— Foto: Andy Beales/Unsplash

A eminência de uma reforma administrativa, que dentro do contexto brasileiro se faz cada vez mais necessária, vem aquecendo bastante o debate sobre o tema. Nesta perspectiva, a maior parte dos especialistas aponta como cerne da questão a redução das despesas, entretanto, o foco deste debate deveria ser como promover uma melhor organização e funcionamento da administração pública como um todo.

A emergencial necessidade de reduzir despesas com pessoal parece ter sido atenuada após a divulgação do relatório elaborado por uma equipe do Banco Mundial em outubro de 2019, onde foram apresentadas, de forma explícita, algumas distorções do funcionalismo público brasileiro. O estudo aponta que, em termos comparativos, o gasto do setor público brasileiro com folha de pagamentos é alto para os padrões internacionais e, a partir de uma análise comparativa da massa salarial como percentual do PIB, observa-se que estes gastos continuam altos quando comparados com diferentes grupos de países.

A desorganização da máquina pública impacta em cheio o problema da baixa mobilidade social

O documento ainda salienta que existe uma alta dispersão salarial entre os servidores, acentuando a desigualdade entre as carreiras, principalmente porque os reajustes não são iguais entre as distintas categorias.

Vale ressaltar que o equilíbrio fiscal é de suma importância para que se tenha um ambiente macroeconômico propício a um crescimento sustentável, entretanto, a economia financeira - que seria muito bem-vinda - deveria ser “apenas” uma das consequências da reforma e não o objetivo central. O corte de despesas pode ser

uma condição necessária, mas não o suficiente para promover os ganhos substanciais de produtividade que o setor público precisa.

Uma melhor organização do Estado está diretamente associada com algumas questões que vêm sendo pautadas com bastante ênfase pela sociedade. Quando se conversa com um usuário constante dos serviços públicos, sobretudo serviços que são considerados prioritários, o descontentamento é grande, assim como a dependência dos brasileiros de tais serviços.

Pesquisas recentes do IBGE evidenciam a necessidade dos brasileiros dos serviços prioritários. Na saúde, os estudos mostram que 70% da população depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS). Na educação, as escolas públicas atendem mais de 80% do total de alunos do ensino fundamental e médio.

Outro serviço de extrema importância que tem deixado bastante a desejar e levado a questionamentos sobre o modo de operar é a segurança pública, que demonstra cada vez menos atender às necessidades da população frente à violência e outras questões de segurança pública, como também se mostra ineficiente dado o elevado padrão de gasto público com a pasta, seja em gasto com policiamento ou Justiça, e os elevados índices de criminalidade que o país apresenta.

Sendo assim, aparenta ser cada vez menos sustentável, tanto do ponto de vista do orçamento quanto do social, uma vez que os direcionamentos são no sentido de confronto e guerra, colocando a população e os próprios agentes de segurança em risco.

Até mesmo as políticas públicas mais bem desenhadas possuem graves falhas de gestão ao serem postas em prática. O grande exemplo disso é o SUS, uma política tida como exemplar e que coloca o Brasil na posição de tomador de decisão no cenário internacional quando o assunto é política de saúde, mas que internamente, apesar de muito importante, tem suas nítidas ineficiências testemunhadas por quem mais depende desse serviço, o que ressalta ainda mais a necessidade de reforma.

A desorganização da máquina pública impacta em cheio o problema da baixa mobilidade social, a qual o economista Paulo Tafner defende ser freio ao crescimento. Segundo Tafner, a baixa mobilidade prejudica não apenas os indivíduos que nascem pobres, mas trava o potencial de crescimento e desenvolvimento da sociedade como um todo.

A PEC 32/2020, que “unifica” os principais pontos da reforma administrativa, está em posse do Congresso Nacional. A Constituição diz que uma proposta de emenda deve ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos e só pode ser aprovada se obtiver em ambos três quintos dos votos de senadores e deputados. Depois de aprovada, uma emenda constitucional não se submete à sanção do presidente da República. Ela é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado, passando a integrar definitivamente o texto da Constituição.

Possivelmente, a PEC só deve voltar a ter foco nas casas legislativas após as eleições marcadas para o próximo dia 1 de fevereiro, que definirão os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado pelos próximos dois anos. Enquanto isso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defende sua importância através da ênfase na ótica das despesas, afirmando que a PEC pode garantir, em 10 anos, uma economia entre R\$ 300 bilhões e R\$ 450 bilhões aos cofres públicos.

O debate sobre a necessidade da reforma tem que ir além e discutir também o que deveria ser a principal razão da reestruturação do Estado: a melhoria da qualidade dos serviços públicos, que permita uma vida mais produtiva à sua população atual e às futuras gerações. Como ressalta Edmund Burke em seu famoso trecho: “O Estado é uma associação de toda ciência, de toda arte, de toda virtude e de toda perfeição [...] uma associação não apenas entre os vivos, mas também entre os mortos e os que irão nascer”.

1. As ideias e opiniões expressas no artigo são de exclusiva responsabilidade do autor, não refletindo, necessariamente, as opiniões das instituições das quais ele faz parte.

Marlon Cecilio de Souza é economista pela UERJ e pós-graduando em política e sociedade pelo IESP-UERJ. Atualmente trabalha como analista de crédito no Bank of New York Mellon.

Auxílio chegou a 56 milhões em dezembro

Última parcela do benefício foi recebida por 1,5 milhão de pessoas a menos do que a de novembro

Por **Fabio Graner** — De Brasília

22/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A última parcela do auxílio emergencial, paga em dezembro, beneficiou 56,4 milhões de pessoas, informou o Ministério da Cidadania ao **Valor**. O total de beneficiários foi menor do que em novembro, quando atingiu 57,9 milhões. Segundo a pasta, a queda ocorreu devido a reavaliações mensais realizadas para garantir o cumprimento dos critérios de elegibilidade para o benefício.

Em seu auge, ainda com o valor de R\$ 600, o auxílio chegou a ser pago a 68 milhões de pessoas. Depois que ele foi reduzido para R\$ 300, o governo também apertou os critérios de acesso, reduzindo o universo dele.

“É importante lembrar que a segurança da operação foi uma premissa desde o início da operacionalização do pagamento do benefício... Dessa forma, ao todo, 15 grandes bancos de dados foram utilizados para aferir a elegibilidade de cada requerimento”, explicou a pasta ao **Valor**. “Com a edição da Medida Provisória 1.000/2020, os critérios de elegibilidade também ficaram mais rígidos. Ela, por exemplo, excluiu dependentes de pessoas que tenham declarado Imposto de Renda ou quem conseguiu emprego formal depois de ter recebido o auxílio. Também foram instituídas reavaliações mensais sobre critérios relativos à existência de vínculo formal, ao recebimento de benefícios previdenciários ou assistenciais e ao óbito do beneficiário.”

A partir de janeiro deste ano, o auxílio foi encerrado, exceto para algumas pessoas que estavam contestando o fato de não terem sido contempladas no ano passado. O governo tem sido crescentemente pressionado a voltar a conceder esse benefício. A área econômica, porém, resiste à ideia, por entender que não faz sentido, com a volta das pessoas às suas atividades, pagar esse benefício cujo objetivo original era garantir a subsistência em meio às medidas de quarentena e isolamento.

Além disso, fontes destacam que o auxílio seria fiscalmente caro e tem repercussões não só nas contas públicas diretamente, mas também em outras áreas, como a inflação, que subiu bastante nos últimos meses do ano, especialmente para os mais pobres. Mesmo uma renovação mais focalizada, dificilmente custaria menos de R\$ 10 bilhões mensais, volume difícil de ser pago por muito tempo dentro das regras fiscais.

De qualquer forma, o governo segue monitorando a situação de distanciamento social, que no agregado tem tido pouca alteração e segue abaixo de 40%. Este é um dos elementos considerados como fator de decisão para se avaliar a necessidade de auxílio.

Índices mais próximos da faixa de 50%, como verificado entre março e abril do ano passado, acenderiam o alerta.

Nesse contexto, não passa despercebido o fato de que em alguns lugares, como Amazonas, o indicador na última semana já superou os 50%, apesar da relativa estabilidade em termos nacionais. Ainda assim, a visão é que não é possível fazer um benefício regionalizado e que o problema em Manaus estaria mais ligado à infraestrutura de atendimento e à falta de equipamentos, como oxigênio, do que à necessidade de um programa de transferência de renda.

Nesse contexto, uma renovação do auxílio não pode ser descartada, ainda mais com a crescente pressão política. Porém, se o quadro ficar insustentável, a equipe econômica indica que gostaria de manter isso dentro dos limites das regras fiscais, em especial no teto de gastos, embora também na regra de resultado primário, que deixou de ser flexível.

Segundo dados da Instituição Fiscal Independente (IFI), em novembro foram pagos R\$ 17,8 bilhões em auxílio, mais cerca de R\$ 2,5 bilhões dos cadastrados no Bolsa Família e que receberam complementação para chegar ao valor de R\$ 300 por pessoa.

Para dezembro, a IFI estimou o gasto com o auxílio emergencial em R\$ 17,4 bilhões, mais os R\$ 2,5 bilhões regulares do bolsa família. No seu período de maior valor e maior número de pessoas, entre junho e agosto, o auxílio consumiu cerca de R\$ 45,9 bilhões por mês. Em todo o ano passado, segundo os dados do Tesouro, essa despesa foi de R\$ 293 bilhões, abaixo dos R\$ 322 bilhões previstos para o período todo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sucesso na Europa entre profissionais, a Super Lupa já pode ser sua também

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Smartphone Motorola Moto G8 Dual Chip Desbloqueado Android Tela 6,4" 64GB 4G Câmera Traseira 16MP + 8MP + 2MP Foco à Laser Filmadora 4K Qualcomm Snapdragon 665 - Branco Prisma

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Promoção para Salvador ! Relógio repelente por apenas R\$119,90

RELÓGIO REPELENTE MOSKITO BLOCKER

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

por taboola

Conteúdo Publicitário

Equipe econômica prepara “bloqueio” para restringir gasto

Ideia é evitar corte linear como nos anos anteriores

Por Ribamar Oliveira, Fábio Graner e Edna Simão — De Brasília

22/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A equipe econômica prepara um decreto de programação orçamentária e financeira que deve prever um “bloqueio preventivo” mais restritivo nos pagamentos de despesas deste ano. A ideia é que o “bloqueio” não seja linear, como feito em anos anteriores.

Pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no caso do Orçamento do ano em curso não ter sido aprovado no exercício anterior, a liberação de pagamentos de despesas correntes consideradas inadiáveis, mas sujeitas ao contingenciamento, é de 1/12 do montante previsto na proposta orçamentária enviada pelo Executivo. No entanto, o decreto de programação orçamentária e financeira, que está sendo analisado, deverá fixar, para algumas despesas, o limite de 1/18. Segundo fontes da área econômica, o assunto está em análise mas ainda não há uma decisão tomada.

De acordo com as discussões técnicas, as chamadas despesas correntes não incluídas no Anexo III da LDO, que relaciona os gastos que não podem sofrer contingenciamento, teria um limite de pagamentos de 1/18. Já no caso despesas obrigatórias de controle de fluxo, será de 1/12, segundo a alternativa em análise.

Essas despesas com controle de fluxo são aquelas que, apesar de decorrerem de determinação legal ou constitucional, possuem características que permitem um controle na liberação de pagamentos, conforme o comportamento das receitas,

esse é o caso de despesa como do Ministério da Saúde e benefícios ao Servidor. Para despesas classificadas como obrigatórias, como pagamento de aposentadorias e pensões, não haverá limite para a liberação de recursos.

O “bloqueio preventivo” mais restritivo decorre, de acordo com fontes ouvidas pelo **Valor**, de as despesas com benefícios previdenciários e assistenciais neste ano serão bem maiores do que as programadas na proposta orçamentária de 2021, enviada pelo governo ao Congresso em agosto do ano passado.

Na proposta orçamentária, o governo estimou uma inflação no ano passado, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de apenas 2,09%. Esse foi o percentual utilizado para corrigir o salário mínimo, que é o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais, bem como os benefícios de valor acima do mínimo. O problema é que o INPC ficou em 5,45%.

O governo está, agora, refazendo suas contas, levando em consideração o INPC de 5,45%. As avaliações preliminares da área técnica indicam que o impacto do INPC, somado ao gasto adicional com a prorrogação da desoneração da folha de salários para 37 setores da economia, elevará as despesas obrigatórias em cerca de R\$ 20 bilhões.

Com isso, o governo será obrigado a realizar um contingenciamento mais drásticos nas despesas discricionárias, principalmente nos investimentos. O corte mais profundo nos investimentos e no custeio da máquina terá que ser feito para que o governo possa cumprir o teto de gastos da União neste ano. Os técnicos admitem que existe o risco de paralisia de alguns serviços públicos, o chamado shutdown.

No passado, o governo foi dispensado do cumprimento da meta de resultado primário e da “regra de ouro” (que impede emissão de dívida para financiar despesas correntes) devido à aprovação pelo Congresso Nacional de decreto que estabeleceu estado de calamidade pública no país por causa da pandemia de covid-19. Em 2021, no entanto, as regras fiscais foram retomadas e o governo vai perseguir um déficit primário do setor público de R\$ 250,89 bilhões, sendo que R\$ 247,12 bilhões virão do governo central.

Nos últimos anos, o bloqueio preventivo tem sido usado como forma de limitar as despesas dos ministérios antes que houvesse no início do ano um alto montante de empenhos (uma das etapas da despesa pública).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sucesso na Europa entre profissionais, a Super Lupa já pode ser sua também

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Smartphone Motorola Moto G8 Dual Chip Desbloqueado Android Tela 6,4" 64GB 4G Câmera Traseira 16MP + 8MP + 2MP Foco à Laser Filmadora 4K Qualcomm Snapdragon 665 - Branco Prisma

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Promoção para Salvador ! Relógio repelente por apenas R\$119,90

RELÓGIO REPELENTE MOSKITO BLOCKER

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Em recado a Doria, Bolsonaro diz que vacina é do Brasil, não de um governador

VALOR INVESTE

Ibovespa afunda em semana marcada por mortes em Manaus

VALOR INVESTE

Fisco ganha superpoder com entrada em vigor da nova Lei de Falências

Fazendas poderão pedir quebra de empresa que descumprir parcelamento ou acordo

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

22/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Juliana Bumachar: há um risco muito grande se a empresa em recuperação aderir ao parcelamento fiscal previsto na lei
— Foto: Leo Pinheiro/Valor

O Fisco ganha um superpoder com a entrada em vigor da nova Lei de Falências (nº 14.112, de 2020) neste fim de semana. Poderá pedir a falência da empresa em recuperação judicial caso haja descumprimento de parcelamento fiscal ou acordo. A medida também valerá para casos de esvaziamento patrimonial - estratégia adotada para se evitar ou postergar o pagamento de dívida tributária.

O superpoder dado às esferas federal, estadual e municipal chamou mais a atenção dos contribuintes depois de o presidente Jair Bolsonaro vetar as contrapartidas negociadas para as empresas em recuperação. Eram benefícios fiscais aceitos pelo Ministério da Economia.

O volume de recursos em jogo é grande. Segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o estoque da dívida das empresas em recuperação judicial está em R\$ 109,6 bilhões. Desse total, R\$ 96,2 bilhões estão em situação irregular - o contribuinte não ofereceu qualquer solução de pagamento ou garantia à dívida.

Em 2020, foram apresentados, em todo o país, 1.179 pedidos de recuperação. No ano anterior, haviam sido 1.387. Um dos motivos para a queda, de acordo com a Serasa Experian, foi a opção de muitos empresários por esperar a nova lei. Havia expectativa do mercado.

As novas regras entram em vigor amanhã. A possibilidade de a Fazenda Nacional poder pedir a falência se constatar esvaziamento patrimonial é um dos pontos que mais preocupa os especialistas. “Esse trecho da lei é muito subjetivo. Não existe um critério balizador. Preocupa e muito a forma como o Fisco vai se utilizar disso”, diz Ana Carolina Monteiro, do escritório Kincaid Mendes Vianna.

Advogados destacam ainda outro ponto que envolve o patrimônio das empresas. O juiz perdeu poder. Atualmente, a jurisprudência permite a ele impedir a constrição de bens essenciais para o funcionamento de uma companhia. A nova lei, porém, diz que o magistrado tem competência para apenas determinar a substituição do bem que foi bloqueado para pagamento de dívida tributária.

Essas questões fiscais ficaram mais pesadas para as empresas depois da sanção da lei, no dia 24 de dezembro. O projeto de lei que foi aprovado pelo Congresso previa, por exemplo, a inclusão do artigo 50-A na Lei de Recuperação Judicial e Falências (nº 11.101, de 2005). Esse dispositivo aliviaria a tributação sobre o perdão da dívida de credores particulares.

As empresas em recuperação, nas negociações com os seus credores, geralmente obtêm descontos generosos. Nesses casos, se a dívida original era de R\$ 1 milhão e, com o desconto, ficou em R\$ 600 mil, por exemplo, a companhia é obrigada a tributar a diferença, de R\$ 400 mil. Isso ocorre porque o valor referente ao perdão da dívida tem de ser contabilizado como receita.

O texto aprovado, nessas situações, liberava as empresas do pagamento de PIS e Cofins e permitia o uso de prejuízo fiscal para pagar o Imposto de Renda (IR) e a CSLL. Hoje, as empresas até podem utilizar o prejuízo fiscal, mas só até 30% do valor do débito.

Um outro artigo, o 6-B, também permitia o uso de prejuízo fiscal - sem qualquer limitação de valores - para pagar a tributação que incide sobre os ganhos que as empresas em recuperação têm com a venda de bens e direitos. Com o veto do presidente, as companhias, pela regra atual, continuarão tendo que respeitar o limite de 30% ao usar o prejuízo fiscal.

“Essas medidas aliviariam muito. As empresas nessa situação, que são deficitárias, acabam acumulando um caminhão de prejuízo fiscal. O saldo é muito relevante. Por isso, os vetos a esses dispositivos acabaram provocando uma frustração geral”, diz Luis Henrique Costa, sócio da área tributária do BMA Advogados.

A Presidência da República, ao justificar os vetos, afirmou que as medidas acarretariam renúncia de receita, sem o cancelamento equivalente de outra despesa

obrigatória e sem que estivesse acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Essa situação, informou em nota direcionada ao Congresso, violaria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O mercado enxergou os vetos como uma traição do Ministério da Economia. Advogados que auxiliaram no projeto afirmam que o texto foi costurado junto com a equipe econômica do governo. “Tudo foi negociado e todos achavam que havia um consenso. Cada parte cedeu de um lado. Só que com o veto vimos que, no fim das contas, o governo não cedeu nada”, afirma um dos profissionais.

O advogado Ivo Waisberg, sócio do escritório TWK, participou de algumas das reuniões que foram realizadas com a equipe econômica. Ele diz que o direito de a Fazenda Nacional pedir a falência das empresas em recuperação era justificado, pelo próprio governo, em razão das melhorias oferecidas - isenção de tributos e uso do prejuízo fiscal.

“Uma boa parte dos problemas, para as empresas, seria resolvida dessa forma e elas poderiam pagar o restante da dívida de forma parcelada. O governo, com os vetos, acabou ficando com o que recebeu e tirando o que ofereceu. Deixou o sistema desequilibrado”, afirma.

Esses vetos ainda podem ser revertidos pelo Congresso Nacional. Grupos de advogados já estão se mobilizando para tentar manter na lei os benefícios fiscais negociados.

Mattheus Montenegro, sócio do Bichara Advogados, diz que não há renúncia de receita por parte da União em nenhuma das hipóteses que foram vetadas. A eliminação da trava de 30% no uso do prejuízo fiscal, afirma, permite simplesmente que o contribuinte utilize o seu crédito de forma integral. “Trata-se de limite temporal. Esse crédito já pertence ao contribuinte e será utilizado mais cedo ou mais tarde.”

Sobre PIS e Cofins, que, pelo projeto de lei, deixariam de ser cobrados sobre o perdão da dívida, o advogado afirma que é preciso separar as coisas. “Receita contábil se distingue de receita tributável. O Supremo Tribunal Federal já decidiu sobre isso”, afirma Mattheus Montenegro.

O advogado diz que “receita tributável”, sob o prisma constitucional, representa o ingresso financeiro que se integra ao patrimônio na condição de elemento novo e positivo, sem reservas ou condições - o que não ocorre com a dívida perdoada. Sem que se verifique essa receita tributável, complementa, não cabe cogitar eventual renúncia por parte da União.

Ficou mantido na lei, no entanto, um novo parcelamento de dívidas federais para as empresas em recuperação. A companhia poderá escolher entre duas modalidades: pagar os seus débitos em até 120 vezes ou usar prejuízo fiscal para cobrir 30% da dívida e parcelar o restante em 84 meses.

“O problema desse parcelamento é que há um risco muito grande. Se a empresa aderir e não conseguir pagar, o Fisco vai pedir a falência dela”, pondera Juliana Bumachar, sócia do Bumachar Advogados Associados.

Advogados que atuam para as empresas em recuperação judicial afirmam, além disso, que existe um projeto de lei (PL nº 2.735) prevendo um programa de regularização tributária em condições muito melhores do que o parcelamento da nova Lei de Falências.

Se aprovado, as empresas poderão obter descontos de 90% em juros, multas e encargos legais. Não haveria, além disso, um número limite de parcelas. As prestações seriam calculadas com base em um percentual da receita bruta. Esse PL teve regime de urgência aprovado no mês de dezembro pela Câmara dos Deputados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sucesso na Europa entre profissionais, a Super Lupa já pode ser sua também

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Jurisprudência pode ser alterada com norma

Novo parcelamento pode derrubar argumentação contra a apresentação de certidão fiscal

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

22/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O parcelamento de dívidas fiscais previsto na nova Lei de Recuperação Judicial e Falências poderá servir como reforço para uma mudança na jurisprudência. As empresas, desde 2005, são obrigadas a apresentar certidão de regularidade fiscal para terem os seus processos de recuperação aceitos. Mas os juízes sempre flexibilizaram o cumprimento dessa norma por entender que o governo federal não oferecia um programa adequado.

Com a nova lei, que entra em vigor amanhã, as empresas poderão optar entre duas modalidades: parcelar as suas dívidas em até 120 meses ou utilizar prejuízo fiscal para cobrir 30% do débito e parcelar o restante em até 84 meses.

Existe uma terceira hipótese de regularização, além disso, que permite ao contribuinte negociar o pagamento diretamente com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Trata-se da chamada transação tributária. Esse mecanismo já existe, mas, na nova lei, amplia a possibilidade de descontos para as empresas em recuperação judicial - serão até 70% em juros, multas e encargos legais.

“É indubitável que, com a nova disciplina legal, restam definitivamente superadas as circunstâncias que embasaram os julgados que flexibilizavam a apresentação de certidão de regularidade fiscal por parte das recuperandas”, afirmou ao **Valor**, em nota, a PGFN.

Até 2014 não existia nenhum tipo de parcelamento para as empresas em recuperação. Naquele ano foi editada a Lei nº 13.043, que passou a permitir o pagamento em até 84 vezes. Mas esse parcelamento foi considerado insuficiente, pior do que qualquer Refis oferecido na época, e não pegou no mercado.

Tribunais estaduais e mesmo o Superior Tribunal de Justiça (STJ) continuaram, então, permitindo que as empresas tivessem as suas recuperações concedidas sem a necessidade de apresentar a Certidão Negativa de Débitos (CND).

As decisões levam em conta o artigo 47 da Lei nº 11.101, de 2005. Consta que o processo de recuperação judicial tem como finalidade viabilizar a preservação da empresa e a sua função social - mantendo empregos e, com o pagamento dos credores, fazendo a economia girar. Esse artigo, se aplicado o princípio da proporcionalidade, se sobrepõe ao 57, que trata da obrigação de regularidade fiscal.

A PGFN vem fazendo um trabalho forte para tentar reverter essa jurisprudência. Os procuradores afirmam que, do jeito que está, a União não consegue receber os valores aos quais têm direito.

No ano passado, a Fazenda Nacional chegou a conseguir uma decisão favorável do ministro Luiz Fux, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Mas tratava-se de uma liminar, que, poucos meses depois, foi revogada pelo ministro Dias Toffoli. Ele entende que essa discussão é infraconstitucional e que cabe, portanto, ao Superior Tribunal de Justiça decidir sobre o tema.

Se a PGFN conseguir reverter essa jurisprudência, as empresas passarão a ser obrigadas a bater na porta do Fisco. Pelo artigo 57 da Lei de Recuperação Judicial e Falências, o documento de regularidade fiscal precisa ser apresentado no momento em que é juntado nos autos o plano de pagamento aprovado pelos credores que estão sujeitos ao processo de recuperação.

Significa que, após entrar com o pedido de recuperação, a companhia terá que trilhar dois caminhos: a negociação com os credores particulares e com o Fisco. Só assim ela conseguirá, no momento de validação do plano, estar em dia com as obrigações tributárias e não ter empecilho para seguir com o processo.

Pacheco quer novo auxílio emergencial

Favorito à presidência do Senado disse que pretende procurar a equipe econômica em fevereiro

Por **Renan Truffi e Fernando Exman** — De Brasília

22/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Pacheco: “é preciso encontrar um caminho para socorrer essa camada social muito atingida pela pandemia” — Foto: Ailton de Freitas/Valor

Considerado favorito na disputa pela presidência do Senado, o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendeu ontem a implementação de um novo auxílio emergencial. Na avaliação dele, o teto de gastos deve ser observado nessa discussão, mas o Congresso não poderá ignorar “a excepcionalidade do momento”. O senador mineiro afirmou que pretende procurar a equipe econômica logo na primeira semana de fevereiro. O desafio, segundo o parlamentar, é “compatibilizar” a necessidade de assegurar uma assistência aos mais pobres com a “rigidez fiscal”.

“É preciso encontrar um caminho para se socorrer essa camada social muito atingida pela pandemia.. Obviamente que temos que observar ajuste fiscal, teto de gastos públicos, mas, por outro lado, há um estado de necessidade muito grave de pessoas que precisam de amparo do Estado. Há uma excepcionalidade do momento em que não se pode deixar pessoas realmente vulneráveis”, complementou em entrevista ao **Valor**. “O mercado não precisa ficar preocupado com o meu senso de responsabilidade fiscal porque eu tenho e muito”, acrescentou ele, depois de perguntado sobre votos que deu no passado contrariando a orientação da equipe econômica.

Apoiado pelo atual presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o senador mineiro também conta com a simpatia do Palácio do Planalto para superar Simone Tebet (MDB-MS). Segundo ele, uma de suas primeiras iniciativas em fevereiro, caso eleito, será discutir a questão do auxílio emergencial com o Ministério da Economia. Reconheceu, no entanto, que dificilmente a União conseguirá pagar parcelas de R\$ 600, como foi feito na primeira etapa do programa.

“Será difícil manter os mesmos patamares de auxílio emergencial de 2020. A grande solução estará no crescimento econômico. Coloquei isso no documento de anúncio da candidatura. Esta é uma atuação parlamentar imediata no trinômio: saúde pública, desenvolvimento social e crescimento econômico”, listou.

Questionado se esse novo auxílio emergencial ficaria fora do teto de gastos, o candidato defendeu que essa concepção terá de ser negociada com a gestão Bolsonaro. “[Vamos] olhar os números, o normativo, a forma jurídica de se fazer. Isso será feito nos primeiros dias até porque isso não espera, as pessoas estão sem auxílio, tem que ser feito agora”, defendeu.

Pacheco também deu indicativos do que pensa em relação às privatizações que estão sendo discutidas no Legislativo e no âmbito do Executivo. Ele afirmou ser simpático aos "institutos" das privatizações, concessões públicas e parcerias público-privadas (PPPs), mas ponderou que a agenda do governo neste campo não será atendida por completo.

“Temos que entender o momento que vivemos”, disse o parlamentar, citando a fragilidade do mercado de trabalho e as muitas dificuldades vividas pela população. “As privatizações precisam ter critérios.” Segundo ele, não se deve desvalorizar esses ativos, até para não haver perdas no momento oportuno em que eles poderão ser vendidos. “Não será tudo que o governo pretende, mas também não será feito nada. Vamos encontrar um equilíbrio.”

Sobre este assunto, o senador do DEM se debruçou sobre o caso específico da Eletrobras, cujo processo de privatização não andou, em parte, por conta da resistência do atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que é padrinho de sua candidatura na Casa. Pacheco negou que o tema continuaria sendo um tabu na sua eventual gestão, mas também demonstrou discordância com o projeto em tramitação atualmente. “Não estou convencido de que este modelo de privatização da Eletrobras seja o melhor para o Brasil neste momento”, respondeu. Em relação aos Correios, ele sinalizou de forma parecida. “Vamos precisar fazer um processo de amadurecimento para saber sobre a pertinência ou não da privatização.”

Por outro lado, o senador falou com otimismo sobre as propostas de emenda à Constituição (PECs) do Pacto Federativo e dos Fundos Públicos, ambas pendentes de aprovação no Senado. Defendeu ainda a aprovação da reforma tributária em 2021, mesmo que para isso seja necessária a criação de um novo imposto de transações financeiras, nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Na sua avaliação, a única condição é que haja a redução da carga em outra ponta como compensação.

“Não sou contra, a princípio, a nenhuma dessas formas de arrecadação [CPMF, imposto sobre grandes fortunas, lucros e dividendos, imposto digital]. Só que elas têm que estar inseridas num contexto sistêmico que não gere mais obrigações para o contribuinte. Não rechaço nenhuma dessas alternativas. Só não pode ser mais um

imposto dentro do sistema atual. Cria um imposto, mas desonera ou extingue outro”, sugeriu. Já o Orçamento de 2021, disse ele, deve ser aprovado até o mês de março.

O senador comentou ainda as discussões sobre uma responsabilização de autoridades do governo federal por supostos erros no combate à pandemia. De acordo com ele, pedidos de impeachment ou requerimentos de criação de CPIs motivados pela atuação do presidente Jair Bolsonaro devem ser analisados caso a caso. Ele ponderou, por outro lado, que é necessário um ambiente de pacificação institucional no país.

“Temos que diminuir os atritos, reconhecer os erros que foram praticados por todos neste enfrentamento da pandemia e buscar soluções daqui para frente dentro desse processo de pacificação”, afirmou. Para o senador, erros e acertos também foram cometidos pelo Congresso, por governadores e prefeitos. “Não há um país que tenha só acertado no enfrentamento da pandemia”, argumentou.

Pacheco assegurou que, se sair vitorioso da disputa marcada para início de fevereiro, seguirá a trilha de Alcolumbre na busca pela interlocução com demais Poderes. Na sua visão, a disputa política vivida pelo Brasil recentemente não prejudicou o funcionamento das instituições. “Nada disso [disputa política] descambou para ameaças concretas às instituições democráticas. As nossas instituições funcionam bem, estão preservadas”, sublinhou o senador, que discordou da ideia dada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, de se adotar o estado de defesa. “Acho que é prematuro pensar em estado de defesa, temos instrumentos melhores para fazer o enfrentamento à pandemia.”

O senador do DEM também rejeitou qualquer acordo em torno da blindagem de filhos ou aliados do presidente. Anteriormente, seu nome era visto com desconfiança pelo senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), acusado de operar um suposto esquema de “rachadinha” quando era deputado estadual. “[A conversa com o Flavio] foi normal, sem nenhum compromisso que não seja em torno das pautas de desenvolvimento. Não há blindagem de quem quer seja”, respondeu, antes de fazer um adendo. “Obviamente que tenho como base a defesa da prerrogativa dos senadores.”

Para o historiador Niall Ferguson, não é hora de ampliar os auxílios fiscais e monetários

Autor de 'A Ascensão do Dinheiro' acha que não é hora de ampliar os auxílios fiscais

Por **Giuliano Guandalini** — Para o Valor, de São Paulo

22/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Para Ferguson, o país poderá adotar política de boa vizinhança com a China e os EUA: 'O Brasil não será jogado contra a parede' — Foto: Silvia Costanti/Valor

A estagnação secular é como a hipótese do fim da história, uma ideia “brilhante” apresentada originalmente por Francis Fukuyama em 1989, mas que, com o tempo, revelou-se equivocada, diz o historiador escocês Niall Ferguson, autor do best-seller “A Ascensão do Dinheiro: A História Financeira do Mundo”, cuja nova edição ampliada acaba de ser lançada no Brasil. “A tese de estagnação secular de Larry Summers equivale ao fim da história econômica”, afirma Ferguson, em entrevista ao **Valor**. “Mas a história não termina. Ela tem pausas. Já houve outros períodos deflacionários. Imagino que, em dois anos, a hipótese da estagnação secular deixará de ser um modelo persuasivo.”

A primeira edição de “A Ascensão do Dinheiro” foi lançada em 2008, pouco antes da quebra do banco Lehman Brothers. Ferguson já antevia que o excesso de endividamento e a alavancagem no sistema financeiro levariam a uma crise, como de fato ocorreu. Dez anos depois, em 2018, o historiador lançou uma versão atualizada, com dois novos capítulos, nos quais analisa a crise internacional e trata de questões como a emergência da China e o bitcoin. É essa edição que chega agora ao país pelo selo Crítica, da Planeta (512 páginas, R\$ 84,90, versão impressa, e R\$ 74,90 o e-book).

“Trump não pode se reeleger por causa de sua incompetência básica. Quando uma crise de verdade surgiu, ele se deu muito mal.”

Ferguson concluiu recentemente um novo livro, “Doom: The Politics of Catastrophe”, com lançamento previsto para maio nos Estados Unidos. Como não poderia deixar de ser, o tema é a pandemia de covid-19. “Com ‘A Ascensão do Dinheiro’, procurei colocar em perspectiva histórica um desastre financeiro que eu imaginava que estava prestes a acontecer”, afirma Ferguson. “Nas últimas linhas da nova edição, eu digo que a próxima crise não viria dos Estados Unidos. Ela viria da China, e foi o que aconteceu de fato, embora eu não tivesse imaginado que seria esse tipo de crise que estamos vivendo hoje.”

O historiador se mostra otimista em relação ao controle da pandemia na metade do ano com o avanço da vacinação. Por isso, avalia que não é o caso de ampliar os estímulos fiscais e monetários. Em sua opinião, foi correto conceder auxílios nos primeiros meses da crise, mas ampliar os incentivos ainda mais contribuiria apenas para inflar os ativos financeiros e criar pressões inflacionárias, o que beneficiaria a parcela mais rica da população nos Estados Unidos e agravaria a desigualdade.

Radicado nos Estados Unidos, Ferguson, de 56 anos, é “senior fellow” da Hoover Institution, na Universidade Stanford, e do Belfer Center for Science and International Affairs, na Universidade Harvard, além de ser professor visitante da Universidade Tsinghua, em Pequim. Já publicou 15 livros, entre eles “O Horror da Guerra” e “Império”. Além do trabalho acadêmico, é fundador da consultoria Greenmantle, dedicada à elaboração de cenários macroeconômicos e políticos. Diz que, na função de consultor, precisa fazer análises realistas e desapaixonadas, porque os gestores dos fundos de investimentos vão se lembrar se a previsão estiver errada.

“Não sou dos que imaginam que a China vai dominar o mundo, porque acredito que o sistema seja inerentemente falho.”

O historiador passa a quarentena com a mulher e os filhos menores em uma cabana de madeira nas montanhas do Estado de Montana, no Estados Unidos. Foi de lá que conversou com o **Valor** pelo Zoom.

Valor: *Deveria haver mais incentivos para sustentar o consumo?*

Niall Ferguson: Voltaremos em breve à normalidade, acredito que dentro de seis meses. Pandemias são eventos relativamente breves. Estímulos adicionais muito provavelmente apenas gerariam mais pressão inflacionária.

Valor: *Mas, anteriormente, em 2010, o senhor alinhou-se ao grupo de economistas que previam uma alta na inflação, e isso acabou não ocorrendo. Por que não ocorreu antes?*

Ferguson: Uma série de fatores conteve o ritmo da retomada na economia e a alta da inflação. Em primeiro lugar, as famílias estavam muito endividadas. A alavancagem precisou ser revertida. A situação nos bancos era ainda pior. Foi um ajuste e tanto, e, ao mesmo tempo, foram tomadas medidas de austeridade fiscal, particularmente na Europa, mas também nos Estados Unidos. Agora, entretanto, a situação das famílias americanas é confortável. As pessoas estão quitando dívidas e recebendo o auxílio do governo. Os ricos ficaram ainda mais ricos. Não vejo nenhuma necessidade de desalavancagem, pelo contrário, as pessoas acumularam poder de compra. Portanto, presumindo que haverá uma vacinação ampla, e que as vacinas nos protejam de novas variantes do vírus, haverá um boom. Os bancos foram recapitalizados. Para os governos, austeridade soa como palavrão, então eles continuarão acumulando déficits. Com o controle dos democratas no Congresso, teremos ainda mais impulso fiscal, mesmo que não haja necessidade. É uma combinação inflacionária, uma situação bem diferente daquela de dez anos atrás. Minha avaliação é que o argumento de estagnação secular de Larry Summers estava correto, mas não creio que continuará válido a partir da segunda metade de 2021. É um equívoco confundir uma pandemia com uma crise financeira e considerar que são essencialmente a mesma coisa. Não são.

Valor: *O senhor fez menção à austeridade. Qual o papel que ela teve no avanço dos políticos populistas de direita?*

Ferguson: Não acredito que o populismo de direita tenha sido uma consequência das políticas de austeridade. A direita do Partido Republicano organizou o Tea Party, em 2010, como oposição às políticas fiscais de Obama e à reforma do sistema de saúde. A direita não era contrária à consolidação fiscal, que acabou ficando conhecida como austeridade. Foi a esquerda que se opôs à austeridade, liderada por políticos como Bernie Sanders nos Estados Unidos e Jeremy Corbyn no Reino Unido, bem como os líderes de esquerda no Sul da Europa. A esquerda fracassou nos Estados Unidos, no Reino Unido e em praticamente todos os países, com exceção da Grécia.

O populismo de direita teve muito mais a ver com a crise financeira em si, porque nutriu-se da antipatia contra a elite. Não apenas por causa da crise financeira, mas também como resultado da globalização e do desconforto com a competição crescente da China, algo que precedeu a crise de 2008. O populismo de direita é uma força mais potente do que o populismo de esquerda. Para a esquerda, a austeridade é terrível e os banqueiros deveriam ir para a cadeia. Mas a direita tinha uma mensagem bem mais atraente, ao colocar a culpa nos estrangeiros e nas elites, e essa mensagem ganhou as eleições em 2016. Foi uma receita clássica, que vimos acontecer no final do século XIX. Era previsível que os populistas de direita saberiam tirar proveito da crise financeira.

Valor: *A derrota de Trump indica o refluxo na onda populista de direita?*

Ferguson: Como eu disse em 2016, o populismo tem uma meia-vida breve, porque é muito difícil entregar aos seus apoiadores aquilo que foi prometido. Trump dizia que o crescimento seria de 4%, algo que nunca esteve perto de acontecer. No final, ele não pôde se reeleger por causa de sua incompetência básica. Quando uma crise de verdade surgiu, ele se deu muito mal. Ele teve o instinto correto de ficar contra quarentenas, porque imaginou que seriam ruins para a economia. Mas as quarentenas foram feitas, e então ele tentou se colocar na dianteira da resposta à crise, embora não tivesse a menor pista do que estava falando. No final, mesmo o mais tolerante dos eleitores não perdoaria um governante que se mostrasse incapaz durante uma pandemia, ainda mais no meio de uma recessão. Bolsonaro poderá ter mais sorte. Boris Johnson teve a sorte de ter sido reeleito pouco antes da crise. O azar de Trump foi que tudo aconteceu bem no ano das eleições, senão ele teria sido reeleito.

Valor: *O aumento dos gastos sociais não pode mitigar a desigualdade?*

Ferguson: Fazer distribuição de renda por meio de política fiscal, enquanto, ao mesmo tempo, você faz relaxamento quantitativo e joga o preço dos ativos financeiros nas alturas? Provavelmente a desigualdade será ainda maior, por causa da valorização dos ativos. Acredito que seja importante compreender que, desde que a política monetária passou a ser resposta dominante para enfrentar crises, criamos uma inflação no preço dos ativos que essencialmente beneficia a elite mais rica, então não vejo como surpreendente o fato de as pessoas sem ativos financeiros, sem aplicações, sem casa, terem se sentido abandonadas. Os auxílios emergenciais são relativamente modestos comparados ao grande aumento de riqueza que os 10% mais ricos tiveram, e ainda mais o 1% no topo. Foi correto conceder auxílio no início da pandemia e assegurar alguma renda às pessoas, porque senão haveria o risco de uma depressão. Mas não acredito que é algo a ser mantido uma vez que a pandemia chegue ao fim.

Valor: *Como o senhor avalia a hipótese da estagnação secular?*

Ferguson: Não podemos esquecer que a montanha de dívida acumulada nos Estados Unidos, como proporção do PIB, será maior do que foi ao final da Segunda Guerra (1939-1945). Em algum momento, será necessário cortar despesas e elevar os impostos, porque mesmo os Estados Unidos possuem limites de endividamento. Uma pequena elevação nos juros, com esse nível de dívida pública, poderá trazer grandes consequências fiscais. A ideia de que isso nunca irá acontecer, de que teremos juros em níveis baixos para sempre, é como o fim da história - um ensaio brilhante de Francis Fukuyama, de 1989, mas cuja conclusão de que a batalha teria acabado, com a vitória do capitalismo e a democracia liberal, estava errada. A tese de estagnação secular de Larry Summers equivale ao fim da história econômica. Mas a história não termina. Ela tem pausas. Já houve outros períodos deflacionários. Imagino que, em dois anos, a hipótese da estagnação secular deixará de ser um modelo persuasivo. Será que as regras fiscais e monetárias foram alteradas permanentemente e os déficits passaram a ser irrelevantes, como propõem os defensores da moderna teoria monetária? Não posso acreditar que esse seja o caso. Visto aqui o meu chapéu de historiador. Posso afirmar que não chegamos ao fim da história fiscal e monetária, e a estagnação secular não é algo definitivo. Suspeito que começaremos a ver todo tipo de pressão inflacionária brotando a partir da segunda

metade do próximo ano. Veremos também problemas fiscais, se as taxas de juros tiverem uma alta, ainda que modesta. Isso é algo que não deveria ser surpresa para os brasileiros. Mas existem muitas pessoas no hemisfério Norte que vivem na negação dessa realidade histórica, e essa realidade dará as caras novamente.

Valor: *Houve diversas bolhas financeiras ao longo dos séculos. Por que o senhor não acredita que o bitcoin seja uma delas?*

Ferguson: Certamente não é uma bolha. Como argumento em um dos novos capítulos de meu livro, se cada milionário do planeta tivesse apenas 0,2% de seu portfólio alocado em bitcoin, o valor da moeda seria US\$ 15 mil. Se o percentual fosse de 1%, o preço seria de US\$ 75 mil. Disse isso há dois anos. A valorização, desde então, confirmou minhas estimativas. O bitcoin tem um apelo único, que é a escassez, enquanto o mundo digital é o da abundância infinita. O bitcoin é programado para ser uma moeda escassa, e sua valorização no último ano superou a alta do ouro, que é o tradicional investimento de reserva de valor e de proteção contra desastres. Isso não quer dizer que não haverá recuos na ascensão do bitcoin, e imagino que a regulação tornará a vida mais difícil para aqueles que negociam a criptomoeda. Mas acredito no bitcoin, que deverá ter um futuro como uma espécie de ouro digital, com benefícios talvez superiores aos do ouro.

Valor: *No livro, o senhor afirma que as fintechs da China estão liderando as transformações da tecnologia financeira. Isso significa que a China ultrapassará os Estados Unidos como a maior potência mundial, uma vez que, como o senhor também diz no livro, as maiores potências são sempre as líderes nas finanças?*

Ferguson: Quando escrevi isso, há dois anos, a China estava claramente na dianteira em pagamentos digitais. Eu estava pensando, basicamente, em dinheiro digital. Nos Estados Unidos, praticamente nada estava acontecendo nesse campo. As inovações das fintechs no Brasil eram superiores às que ocorriam nos Estados Unidos. Era razoável concluir que os Estados Unidos estavam perdendo liderança na tecnologia financeira. Acredito que isso ainda seja o caso. O que houve de novidade nesses últimos dois anos foi a deterioração na relação entre o Partido Comunista e as grandes empresas de tecnologia na China. A maior evidência desse atrito foi o cancelamento do IPO do Ant Financial Group e o desaparecimento de Jack Ma. Além

do mais, a China não possui uma estratégia unificada para se aproveitar de sua liderança. São estratégias competindo umas com as outras, que surgiram a partir da Alibaba e da Tencent. Os Estados Unidos apresentaram algumas ideias, como a libra, e há inovações também em criptomoedas. Mas as criptomoedas são algo relativamente pequeno em relação ao tamanho dos mercados financeiros e dos sistemas de pagamento, então acredito ser razoável concluir que os Estados Unidos estejam ficando para trás. Ainda existe um grande conflito entre inovadores e reguladores. Onde tudo isso nos levará? A resposta dependerá do sucesso dos chineses em exportar a sua tecnologia financeira, porque se eles conseguirem internacionalizar a sua tecnologia de pagamentos e criar uma estrutura alternativa ao Swift [Sociedade de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais, o sistema internacional de transferências bancárias], então a dominância do dólar estará de fato ameaçada. Porque o Swift é um sistema antigo que os Estados Unidos usam para aplicar as suas sanções econômicas, e boa parte do mundo gostaria de se ver livre dele, ou ao menos ter uma alternativa. Portanto, a questão central será observar se a China conseguirá internacionalizar o seu sistema de pagamentos. Aí o poder do dólar estará sob ameaça.

Valor: *O senhor escreveu no livro “A Guerra do Mundo” que a única indústria produtiva na União Soviética era a indústria de armamentos, porque era exposta à concorrência internacional. A China ganhou produtividade ao exportar e se expor à competição. Os chineses terão que ampliar a abertura se quiserem continuar aumentando a sua produtividade e evitar um destino similar ao dos soviéticos?*

Ferguson: Não sou uma dessas pessoas que imaginam que a China vai dominar o mundo. Porque acredito que o sistema seja inerentemente falho, como era o soviético. Xi Jinping o está tornando ainda pior, com o retorno ao antigo centralismo autoritário de Stálin e Mao. Não vejo como será capaz de produzir o tipo de inovação que torne o país capaz de competir com os Estados Unidos. Apesar de seu discurso, Xi Jinping está aprofundando o modelo de desenvolvimento liderado pelo Estado. Dessa maneira, a China dificilmente vai superar o seu atraso em semicondutores em relação a Taiwan, aos Estados Unidos e à Europa, porque os chineses gastam muito em seus programas de desenvolvimento, mas são esforços liderados pelo governo, e essa estratégia raramente produz inovação de ponta. Os chineses são bons em copiar. Uma das grandes fragilidades da China é a sua necessidade de importar semicondutores mais avançados. Imagino que terão

dificuldades para alcançar a tecnologia da taiwanesa TSMC. As maiores inovações chinesas vieram de atividades menos reguladas, como alguns setores da tecnologia, enquanto os setores liderados pelo governo tiveram um crescimento de produtividade bem modesto. Portanto, vejo um futuro de crescimento em queda para a China, em parte por causa dessas questões, em parte por causa da demografia e em parte por causa da enorme montanha de dívidas acumulada pelo setor privado.

Os Estados Unidos, enquanto isso, têm algo que a China não tem, que é a capacidade de importar talentos. Se o país continuar recebendo imigrantes, estará aberto às pessoas mais empreendedoras do mundo. Elon Musk não nasceu nos Estados Unidos, e eu poderia dar vários outros exemplos. Isso é crucial. As pessoas dotadas geneticamente de um talento especial são distribuídas aleatoriamente pelo mundo. Se você é um ímã para esses talentos, terá vantagem sobre a China, que não consegue importar talentos. Quem quer ser cidadão chinês?

Valor: *Qual deverá ser a política de Joe Biden com relação à China?*

Ferguson: Joe Biden deverá tentar uma détente, no estilo dos anos 1970, mas a guerra fria com a China não terminou, e Biden não possui os meios de dar um fim a ela. Porque não foram os Estados Unidos que deram início a essa disputa, são os chineses que a têm empreendido. Tudo que Biden poderá fazer é ser mais gentil do que Trump e esperar que dessa gentileza surja algo de positivo. Mas, se Xi Jinping não mudar de rota, o que deverá ser o caso, não vejo o que possa resultar dessa détente. Haverá discursos sobre mudança, claro, mas não vejo nenhuma alteração substancial. A guerra tecnológica não vai sair de cena.

Valor: *O acordo comercial da União Europeia com a China indica uma via diplomática para equilibrar os interesses em jogo?*

Ferguson: Esse acordo foi um equívoco. Os europeus perceberão que terão de se alinhar aos americanos, porque não há como se esquivarem da realidade imposta pela segunda Guerra Fria, a qual procuraram refutar nos anos Trump. No fim, não há escolha. Não vão querer fazer parte do império da vigilância dominado pela China. Com Trump fora, acredito que os europeus voltarão a orbitar ao redor dos

Estados Unidos. Com Biden, a reaproximação será tranquila. E teremos discursos bonitos em Davos, celebrando a retomada da aliança transatlântica. Não é uma escolha particularmente complicada, a menos que o presidente americano seja alguém com atestado de idiota e tendências criminais, como foi a situação dos últimos anos. O flerte da indústria alemã com a China vai arrefecer. Será difícil persuadir os eleitores de que eles devem apoiar o acordo com um regime totalitário que pratica genocídio.

Valor: *A China deverá expandir a sua influência nos países emergentes?*

Ferguson: É algo inevitável. Como na Guerra Fria original, há muitas oportunidades de negócios nos países em desenvolvimento. A China vê na África, na América do Sul e em partes da Ásia regiões onde poderá ampliar a sua influência. Mas os chineses terão problemas nessa estratégia. Emprestaram muito dinheiro. Quando esses empréstimos virarem dívida de má qualidade, como ocorreu na Venezuela, a China perceberá que essa política internacional é mais difícil do que parece à primeira vista.

Valor: *O Brasil deveria se alinhar a alguma das potências?*

Ferguson: Do ponto de vista brasileiro, será possível adotar uma política de boa vizinhança tanto em relação à China como em relação aos Estados Unidos. O Brasil não será jogado contra a parede, como foi o caso com a Austrália. O Brasil parece estar numa posição confortável. Em meio à guerra fria, os brasileiros poderão ter o melhor dos dois mundos, sem desafiar Pequim. Mas é um equilíbrio delicado. Por sorte, o Brasil é grande e por isso fica mais difícil para os chineses fazer “bullying” contra o país. Há uma boa chance de o Brasil se manter como uma nação não alinhada, embora não seja esse o instinto do presidente Bolsonaro.

Valor: *O Brasil é alvo de críticas internacionais por causa dos desmatamentos. Os critérios ESG, de preocupações ambientais, sociais e de governança, são a cada dia mais relevantes na decisão dos investidores. Como isso ameaça o potencial do país em um dos setores mais importantes para a economia brasileira?*

Ferguson: O ESG é sem dúvida uma realidade na Europa e ganhará relevância com Biden nos Estados Unidos. Os investidores vão se afastar dos combustíveis fósseis e

buscar alternativas renováveis, o que pode ser uma grande oportunidade para o Brasil. Certamente eu prefiro ser o Brasil à Arábia Saudita nesse novo mundo. Vejo ótimas notícias também para o Chile, porque haverá muita demanda por cobre em razão dos carros elétricos.

O setor agropecuário brasileiro encontra-se numa situação privilegiada, mas possui um problema de publicidade negativa. Em parte, isso se deve à maneira como a imprensa do hemisfério Norte vê a Amazônia, e a cobertura é centrada nisso, em vez de mostrar aquilo de positivo que foi feito pelo Brasil. Não será fácil consertar o estrago causado por Bolsonaro, até porque ele pouco se importa com isso. Mas o Brasil está longe de ser um vilão na questão das emissões, quando comparado à China ou à Índia, países cujas emissões, somadas, correspondem a 70% do aumento nas emissões ocorrido desde o Acordo de Paris. O Brasil pode passar para o lado vencedor, mas terá que mudar a sua política de relações públicas, porque, hoje, é um prato cheio para os repórteres do “The New York Times”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sucesso na Europa entre profissionais, a Super Lupa já pode ser sua também

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Como se destacar no mercado de trabalho em 2021

PUC-SP

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO



Por Naercio Menezes Filho

É professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper e prof... ver mais

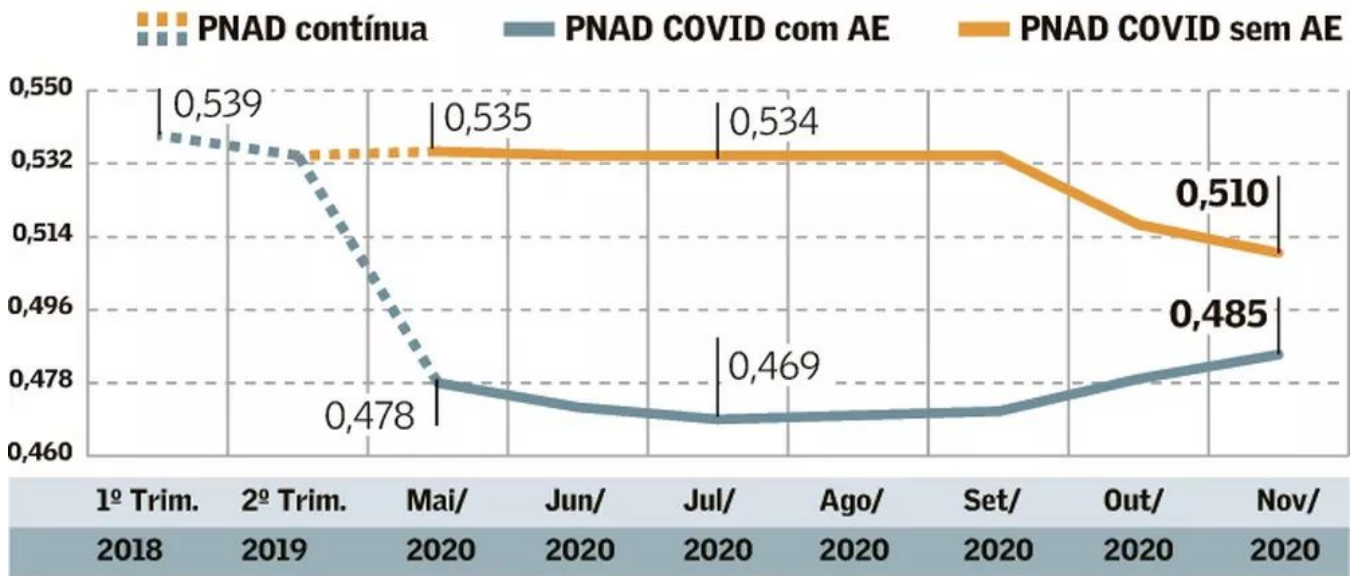
Perspectivas para 2021

A incapacidade do governo federal de agir de modo sensato é o principal responsável pela situação dramática que vivemos

22/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Pobres e ricos igualmente afetados

A desigualdade antes e depois da pandemia



Fonte: Pnad/Ibge

O ano de 2020 passou, o auxílio emergencial acabou, as escolas continuam fechadas, os óbitos por covid-19 estão aumentando novamente e a vacinação

começou. O que podemos esperar para 2021?

O isolamento social ainda está mais elevado do que antes da pandemia. Dados do Estado de São Paulo mostram que antes da pandemia, 30% das pessoas permaneciam o dia todo perto das suas casas numa 6ª feira típica. No início de abril, com o recrudescimento da pandemia, essa parcela disparou para 54%. Desde então, o isolamento vem caindo paulatinamente, mas ainda está em 40%, dez pontos percentuais acima de antes da pandemia. E deverá crescer novamente com o aumento do número de mortes pela covid-19, reflexo do comportamento dos brasileiros nas festividades do final de ano.

O fim do auxílio emergencial e a volta do vírus deverão reduzir o crescimento previsto para este ano

No ano passado, só foi possível evitar uma queda maior da atividade porque quase metade das famílias brasileiras receberam o auxílio emergencial. Apesar da renda média dos brasileiros não ter aumentado, houve uma grande melhoria da distribuição de renda, pois a maior parte dos beneficiários do programa, apesar de não serem pobres, ganhava até R\$ 3.200 por mês. Muitos deles aproveitaram os recursos adicionais para comprar pela internet alimentos, roupas e eletrodomésticos que não possuíam, o que gerou forte efeito multiplicador. Assim, a taxa de atividade econômica começou a se recuperar a partir de maio, logo após o início dos pagamentos do auxílio. Com o fim das transferências, haverá retração desse consumo.

Muitos brasileiros de classe média que receberam o auxílio aumentaram sua poupança, assim como os mais ricos, que não puderam mais viajar nem frequentar restaurantes. Essa poupança acumulada só será gasta com o fim das medidas de distanciamento e dos óbitos. Como o processo de vacinação da população provavelmente vai se estender até o início do ano que vem, não há perspectivas de aumento de consumo por essa via. Assim, o crescimento econômico em 2021 provavelmente será menor do que o esperado.

Além disso, a classe média alta também foi bastante afetada pela pandemia. A figura mostra o comportamento da desigualdade da renda familiar per capita antes e depois da pandemia, incluindo os rendimentos do auxílio emergencial (linha de

baixo) e excluindo-os (linha de cima). Podemos verificar que em 2018 e em 2019 o índice de Gini observado permaneceu em torno de 0,53 (quanto mais alto mais desigual). Mas, com o início da pandemia, a desigualdade declinou até atingir 0,47 em setembro. A partir de outubro, com a redução do valor do auxílio emergencial, ela começou a aumentar novamente, como esperado.

Mas o comportamento da linha de cima é ainda mais interessante. Ela mostra que, se não levarmos em conta o auxílio emergencial, a desigualdade teria se mantido constante durante todo o ano passado. Isso significa que, abstraindo mudanças de comportamento decorrentes do auxílio, tanto os mais pobres como os mais ricos teriam sido igualmente afetados pela pandemia. Com efeito, a renda familiar per capita entre as pessoas com ensino superior desabou na pandemia, tendo passado de R\$ 4.500 no início de 2019 para R\$ 3.000 em novembro de 2020, uma queda de 33% puxada pela queda nos seus rendimentos do trabalho.

A partir de outubro, a desigualdade sem auxílio começou a se reduzir, indicando uma retomada do emprego e do salário maior entre os mais pobres do que entre os mais ricos. Obviamente, uma parcela significativa dos mais pobres não está conseguindo encontrar trabalho, o que está aumentando a pobreza no Brasil. Mas tudo indica que quando as duas linhas se encontrarem (quando o auxílio terminar de vez) a desigualdade de renda terá diminuído com a pandemia.

O que pode ter causado essa grande queda no rendimento efetivo das famílias mais escolarizadas? Muitos fatores podem estar atuando simultaneamente. Em primeiro lugar, muitas pessoas formadas perderam o emprego durante a crise, mesmo as que estavam no setor formal da economia. Nesses casos, o fim do período do seguro desemprego provocou a diminuição da renda. Além disso, pode ter havido uma redução voluntária do número de pessoas trabalhando, pois um dos cônjuges pode ter optado por ficar em casa para ajudar com o ensino das crianças. Outra possibilidade é que muitas pessoas com ensino superior tinham um negócio que foi à falência por falta de demanda.

Por fim, um dos principais efeitos da pandemia está ocorrendo na educação. Com o atraso na vacinação, a maior parte das escolas permanecerão fechadas por mais um semestre, ou funcionando a meia-boca, com consequências desastrosas para as crianças, principalmente as mais pobres. É difícil acreditar que os gestores

educacionais dos municípios conseguirão estabelecer os protocolos necessários para uma volta segura às aulas sem ajuda do governo federal. E o governo, se já está tendo enormes dificuldades para realizar o Enem, uma das provas mais importantes da vida para os estudantes, não vai conseguir coordenar um processo organizado de volta às aulas em todos os municípios.

Em suma, as perspectivas para 2021 são muito ruins. O fim do auxílio emergencial e a volta do vírus deverão reduzir o crescimento previsto para esse ano. Além disso, o processo de vacinação será lento e enfrentará resistências, o que prolongará o tempo necessário para atingirmos a imunidade de rebanho. Ficaremos mais tempo em casa com medo do contágio, o que afetará ainda mais a saúde mental de todos e diminuirá bastante o desenvolvimento infantil e o aprendizado das crianças.

A incapacidade do governo federal de agir de modo sensato é um dos principais responsáveis por essa situação dramática pela qual estamos passando.

Naercio Menezes Filho é professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP e membro da Academia Brasileira de Ciências, escreve mensalmente às sextas-feiras. E-mail: naercioamf@insper.edu.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sucesso na Europa entre profissionais, a Super Lupa já pode ser sua também

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Promoção para Salvador ! Relógio repelente por apenas R\$119,90

RELÓGIO REPELENTE MOSKITO BLOCKER

Sem ajuda, varejo teria caído 9%, diz MB

Para consultoria, auxílio emergencial evitou perda de cerca de 7,4 pontos percentuais no setor em 2020

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

22/01/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Sérgio Vale, da MB: dúvidas sobre ritmo forte do varejo neste ano, após aceleração do setor no fim de 2020 — Foto: Claudio Belli/Valor

Setor mais impulsionado pelo auxílio emergencial e um dos responsáveis pela retomada forte da atividade no terceiro trimestre, o varejo teria mostrado queda de

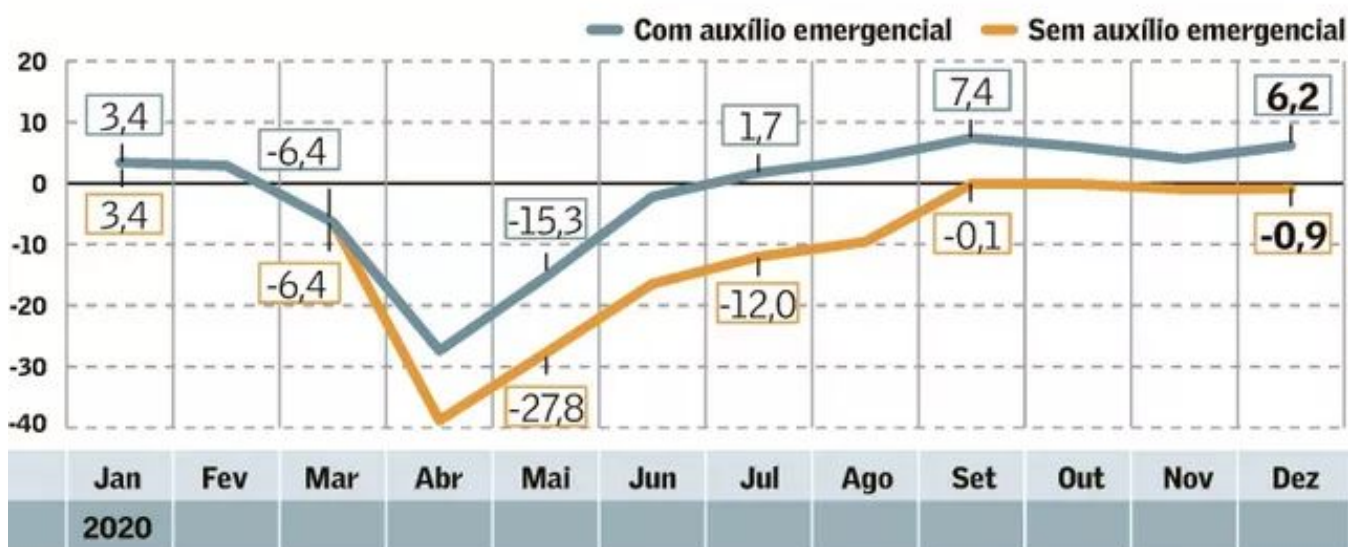
quase 9% em 2020 sem a renda extra proporcionada pelo benefício. A estimativa é da MB Associados, que projeta recuo de 1,4% para o volume de vendas do varejo ampliado (inclui automóveis e material de construção) no ano passado. De janeiro até novembro, a retração acumulada em relação a igual período de 2019 foi de 1,9%.

Em comentário quinzenal enviado a clientes, Sérgio Vale, economista-chefe da consultoria, calcula que, excluindo o auxílio, o segmento teria registrado perda bem maior de janeiro a dezembro, de 8,8%. O exercício foi feito para mensurar o que o benefício representou para o varejo no ano passado e qual deve ser o “efeito rebote” em 2021 com o fim dele, diz Vale.

Concedido a trabalhadores informais a partir de abril, o “coronavoucher” foi reduzido de R\$ 600 para R\$ 300 em setembro e teve seu último pagamento em dezembro. Considerando a projeção da MB para o último mês do ano, foi pago aos beneficiários um total de R\$ 296 bilhões, observa o economista.

Impulso relevante

Desempenho das vendas do varejo ampliado com X sem auxílio (%)*



Fonte: IBGE, MB Associados *Variação em relação a igual mês do ano anterior. Dado de dezembro é a projeção da MB para o período

Ele cita, também, pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de dezembro que apontou que, em média, 49% desses recursos foram gastos na

compra de bens, o que significa cerca de R\$ 145 bilhões. Para estimar o impacto desses recursos nas vendas, Vale usou os dados de receita operacional líquida do setor contidos na Pesquisa Anual do Varejo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A consultoria transformou o indicador anual em dados mensais, com base no peso de cada mês no dado anual. A partir daí, foi construída uma série histórica para esse índice do varejo usando também a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE, que calcula a trajetória do volume de vendas mês a mês.

Em 2019, por exemplo, menciona Vale, a expansão de 3,9% do volume de vendas do comércio ampliado significou aumento de R\$ 72,7 bilhões na receita líquida desse ramo de atividade. “Considerando os valores mensais do auxílio pagos pelo Tesouro Nacional, conseguimos identificar o gasto mensal médio com o varejo que a população teve e seu impacto mensal no indicador”, explicou o economista.

Assim, em seus cálculos, sem o “coronavoucher”, o volume de vendas ampliadas teria diminuído 8,8% em 2020, em vez do 1,4% esperado pela consultoria. “Ou seja, o auxílio emergencial conseguiu evitar uma perda de cerca de 7,4 pontos percentuais no varejo ano passado. Certamente essa queda teria sido ainda maior pelos efeitos dinâmicos decorrentes das quedas em outros setores”, destacou o economista.

Em abril, mês que marcou o auge do impacto da pandemia na economia brasileira, ressalta Vale, a contração no varejo ampliado teria sido de 39%, em vez de 27,4%, frente a igual mês do ano anterior. Ao longo do ano, devido ao “colchão” de renda proporcionado pelo auxílio, o varejo teve apenas quatro meses de queda na comparação anual: março, abril, maio e junho.

Segundo Vale, a retomada em “V” do comércio, com crescimento acelerado nos últimos meses de 2020, coloca em dúvida a capacidade de sustentação do setor em 2021, quando o consumo deve ser mais destinado a serviços do que bens. “Não apenas o auxílio não estará mais disponível, mas também o mercado de trabalho continuará em recuperação muito lenta, com a taxa de desemprego chegando a 15% no primeiro semestre”, alerta ele.

No cenário da consultoria, o varejo ampliado deve crescer 3,6% na média deste ano, em grande parte influenciada pelo carregamento estatístico deixado por 2020, que seria, de acordo com Vale, de quase 11%. Isso significa que, se o setor ficasse estável neste ano, mesmo assim terminaria 2021 com alta de 11%. “Com o mercado de trabalho ainda enfraquecido, é provável que o resultado final do varejo ampliado fique próximo do nível mínimo”, avalia Vale.

Com a retirada do benefício e a piora da pandemia, é natural que a discussão sobre a extensão do auxílio volte, afirma o economista. Em sua visão, mesmo se houver alguma decisão do governo nesse sentido, é provável que o “coronavoucher” seja pago em apenas parte do ano e com valores menores do que os do ano passado, “com o agravante de não se pensar em um benefício permanente com incentivos para a saída futura do programa”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sucesso na Europa entre profissionais, a Super Lupa já pode ser sua também

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Volte e aproveite nossa promoção de frete grátis.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

Promoção para Salvador ! Relógio repelente por apenas R\$119,90

RELÓGIO REPELENTE MOSKITO BLOCKER



Por Claudia Safatle

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

Um país à deriva

Como se fosse uma sina, aqui faz-se de tudo para dar errado

22/01/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Desânimo econômico

PIB brasileiro em nível



Fonte: Ibre/FGV. * Projeção

Há fortes indicações de que a recuperação em V foi curta, durou dois trimestres (terceiro e quarto trimestres de 2020) e perdeu fôlego. Um voo de galinha já bem

conhecido dos brasileiros, animado pelo vigoroso programa de auxílio emergencial que beneficiou mais de 70 milhões de pessoas e que se encerrou em dezembro.

Segundo os prognósticos da economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre/FGV, o cenário desenhado para este novo ano é ruim para o primeiro semestre, quando a atividade ainda estará em contração, mas melhora no segundo, de maneira que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) encerraria o exercício em 3,5% - percentual insuficiente para repor a recessão estimada de 4,5% no ano passado. Como o carregamento estatístico responde por cerca de 2,5%, o efetivo crescimento este ano, segundo as previsões do Ibre, deverá ser de apenas 1%.

Recuperação da economia em “V” teve curta duração

Tudo vai depender, porém, do sucesso (ou fracasso?) da vacinação contra a covid-19. Quanto mais incerta e demorada for, maior será a perda de PIB (Produto Interno Bruto). Os dados acima foram calculados com base em um processo de vacinação que envolveria grande parte da população no primeiro semestre. A partir do meio do ano, a situação seria de normalidade. As informações de atraso na obtenção do insumo necessário para a preparação das vacinas coloca mais dúvidas sobre o que poderá acontecer com o nível de atividade.

Há, ainda, uma grande heterogeneidade na performance dos diversos setores da economia, sobretudo o de serviços. Os serviços prestados às famílias e os serviços públicos, com o peso de educação e saúde - que respondem por quase um quarto do PIB -, com a pandemia estão contraindo muito em relação a 2019. No último trimestre de 2020, houve uma queda da atividade de 2,8%, segundo as previsões da economista, sobre igual período do ano anterior, com indústria crescendo, mas serviços caindo. Estes estão 25% menores do que eram antes da propagação da covid-19.

“Falta perspectiva de superação da pandemia. Eu esperava uma normalização no segundo semestre, com vacinação em massa, mas agora não sei”, disse ela.

Com o repique da pandemia e a possibilidade de voltarem algumas restrições ao funcionamento das cidades, o mercado de trabalho, que já está péssimo, pode piorar. Empresas que aderiram aos programas de manutenção do emprego podem,

agora, optar por demitir caso não vejam perspectivas de recomposição e expansão da demanda.

A confiança de consumidores e empresários está em queda. “Já esperávamos um crescimento muito baixo no início do ano, com o fim do auxílio emergencial e com o mercado de trabalho fraco”, contou ela. A intensificação da doença deixa a economia sujeita a um novo perigo, de o “V” se transformar em um “W”, com o temível duplo mergulho da atividade.

“A vacina é o melhor investimento para a atividade econômica”, ressaltou Silvia. Pena que o presidente Jair Bolsonaro parece ter imensa dificuldade de compreender essa simples correlação.

A triste constatação, diante do bate-cabeças que está o governo, é de que o país não se preparou para um prolongamento da pandemia. Gastou o que tinha e não há mais, no Orçamento, recursos para prover renda para os trabalhadores informais e para os desvalidos; e destratou a China, que é o principal fornecedor do insumo da vacina, o Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA).

Silvia acredita que o mercado até compraria um aumento do gasto social se o governo entregar alguma reforma que reduza a despesa obrigatória. Para fazer isso, porém, seria preciso que o país tivesse uma liderança forte, um programa tecnicamente bem feito de renda mínima e um programa de governo apoiado pelas forças políticas do Congresso Nacional.

“Ficar à deriva e com ausência total de liderança em um momento em que o país está em situação frágil é muito difícil. É trágico!”, lamentou.

Um dos sinais de que estamos fazendo escolhas erradas é que os preços das commodities sobem, mas a taxa de câmbio não se valoriza. Isso traz o perigo de desancoragem da inflação e de elevação da taxa de juros.

É curioso que estejamos em situação difícil em um momento em que as condições externas são boas: há enorme liquidez disponível no mundo, as taxas de juros são

negativas e os preços das commodities agrícolas e minerais que o Brasil exporta aumentam. Mas, como se fosse uma sina, aqui faz-se de tudo para dar errado.

Claudia Safatle é jornalista da equipe fundadora do Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sucesso na Europa entre profissionais, a Super Lupa já pode ser sua também

INTERNET REVIEW STORE

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Smartphone Motorola Moto G8 Dual Chip Desbloqueado Android Tela 6,4" 64GB 4G Câmera Traseira 16MP + 8MP + 2MP Foco à Laser Filmadora 4K Qualcomm Snapdragon 665 - Branco Prisma

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Promoção para Salvador ! Relógio repelente por apenas R\$119,90

RELÓGIO REPELENTE MOSKITO BLOCKER

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Ibovespa afunda em semana marcada por mortes em Manaus

VALOR INVESTE

Auxílio emergencial: um país 'mais arrumado' não retiraria o benefício de uma vez, diz Arminio Fraga

Para o ex-presidente do BC, a falta de espaço fiscal no Brasil cria um constrangimento para que o estado de calamidade volte em 2021

João Sorima Neto

21/01/2021 - 16:31 / Atualizado em 22/01/2021 - 08:38



Arminio Fraga, fundador da Gávea Investimentos Foto: Reprodução

| Newsletters

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

SÃO PAULO — Um país "mais arrumado" do ponto de vista fiscal não retiraria o auxílio emergencial de uma vez.

A avaliação é de Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central e fundador da Gávea Investimentos, que participou de evento virtual da agência de classificação de risco Fitch nesta quarta-feira, para discutir a perspectiva econômica do Brasil e de outros países da América Latina.

Para Arminio, a falta de espaço fiscal e de credibilidade do Brasil cria um constrangimento para que seja reintroduzido o estado de calamidade (que permitiu ao governo aumentar gastos em 2020 para combater os efeitos da pandemia) em 2021.

Volta do auxílio: “Vamos ter que sacrificar premissas econômicas para manter socorro aos mais pobres”, diz candidato à presidência do Senado.

— É como se fosse uma cortisona. Deu uma dose enorme, talvez até exagerada. Eu vejo o mundo político sensível a isso, como não podia deixar de ser. Por outro lado, vejo os economistas, analistas e o próprio mercado dando sinal na direção oposta. Minha expectativa é que o governo vai ser reativo. Se os problemas se mostrarem mais graves, talvez até aprove alguma coisa — disse Arminio.

Quando avalia que o governo será reativo, ele explica que se refere à ideia de que 'só agirá por medo'. Ele observa que governo se conectou aos partidos do centrão, que é exigente do ponto de vista de recursos, na sua visão.

Nesta quinta-feira, [a Bolsa operou em queda](#) e o dólar subiu refletindo preocupação dos investidores sobre a defesa de retomada do auxílio emergencial ou outro tipo de benefício para os mais pobres este ano, o que acarretaria em aumento das despesas públicas.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Em 2021, voltou a vigorar o teto de gastos, que limita o crescimento das contas públicas num ano em que a previsão já é de déficit alto.

Economista prevê 'ano difícil', com baixa confiança

O economista vê um quadro de vitória da ciência contra o vírus da Covid-19, caso o Brasil consiga se organizar para a vacinação, mas observa que, do ponto de vista da economia, o quadro é de incerteza.

Para ele, a falta de entusiasmo das autoridades com relação ao que precisa ser feito em termos de reformas estruturais no Congresso é um fator que nos prejudica.

De saída: [Ford chama trabalhadores de volta para produzir peças de reposição, após anunciar demissão](#)

— Num passado recente, existiam expectativas, ainda que modestas, como a aprovação da PEC Emergencial, que desse um pouco de apoio e ancorasse o lado fiscal. Mas não aconteceu. Entramos em 2021 pensando nas eleições do Congresso. O quadro fiscal é frágil e, a meu ver, muito prejudicial para a confiança de investimento. Vejo um ano difícil, não consigo ter uma visão positiva - afirmou Arminio.

O economista acrescentou que as ameaças à construção de 'algo mais robusto' para o país são constantes. Sobre o endividamento público, Arminio disse que a correção da trajetória de alta não parece das mais positivas.

Ele lembrou que a dívida tende a se encurtar e isso traz um risco elevado para um país exposto a esse cenário.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Frustração com independência do BC e reformas

Arminio Fraga acreditava que a independência do Banco Central poderia avançar, mas isso já foi desmentido pela realidade, disse.

Ele também vê pouco espaço para uma reforma administrativa, porque a proposta não tem 'apoio do topo'.

Em relação à reforma tributária, Arminio acredita que se dê um passo na criação de um IVA federal, com a fusão dos impostos PIS e Cofins proposta

pelo governo. E cobrou políticas de combate à pobreza e crescente desigualdade:

— Infelizmente não sobra muito o que fazer. Além das reformas que não andam, vejo o reforço fiscal muito prejudicado. A criação de oportunidades no país, a chamada mobilidade social, uma agenda que é necessária num país com tanta desigualdade, parece ter sido abandonada. E o auxílio emergencial não pode ser enxergado como uma resposta a esse desafio. Ele foi uma resposta à crise. Falta uma agenda de mobilidade social mais completa.

Viver em Portugal: [Confira os incentivos para trabalhar e empreender no interior do país](#)

Saída da Ford é para o governo 'acordar'

O ex-presidente do BC avaliou que a saída da Ford do país foi uma espécie de chamado para o governo "acordar".

Mas ele observa que o Brasil entrou 'torto' na história das montadoras. Ele lembra que esta foi uma indústria que surgiu nos anos 50 com o viés desenvolvimentista, de substituição das importações, uso das melhores tecnologias. Mas não deu certo.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Depois, vieram os subsídios massivos, que não deram em nada.

— A saída da Ford é um sinal ruim, mas vem de muito tempo — acrescentou.

Benefício: Para ajudar caminhoneiros, governo zera imposto de importação de pneus

Trump inspirava 'maluquices'

Sobre a posse de Joe Biden nos EUA, Arminio vê com bons olhos a troca de comando na Casa Branca, já que o ex-presidente americano Donald Trump estava, na sua visão, levando a maior economia do mundo a um caminho complicado:

— O mundo precisa dos EUA engajado com as causas globais, multilaterais. E ele (Trump) era inspiração para muitas maluquices mundo afora. A saída de Trump ajuda a conjuntura internacional.

SAIBA MAIS



presidente da República, Jair Bolsonaro
Foto: SERGIO LIMA / AFP/20-7-2020

ECONOMIA

O Brasil está mesmo quebrado? Veja o que dizem economistas sobre declaração de Bolsonaro



Ana Abrunhosa, ministra da Coesão Territorial de Portugal
Foto: Divulgaçãp

ECONOMIA

'Há qualidade de vida no interior de Portugal, faltam pessoas. É o momento de os brasileiros virem', diz ministra do país

ECONOMIA

Saída de Ford mostra risco de país perder o banco no comércio global

Sem ajustes, despesas com pessoal da prefeitura podem chegar a quase 60% das receitas em 2021, diz secretário

Prefeitura do Rio começa a renegociar dívida com BNDES a partir de sexta-feira, dia 22

Luiz Ernesto Magalhães

21/01/2021 - 13:36 / Atualizado em 21/01/2021 - 16:39



O secretário municipal de Fazenda do Rio, Pedro Paulo Foto: Tarso Ghelli / Divulgação

| Newsletters

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

RIO — Em meio a um cenário de crise financeira, a Prefeitura do Rio terá que promover um ajuste fiscal severo em suas contas para evitar que as despesas com pessoal cheguem a quase 60% das suas receitas próprias com impostos. A projeção foi apresentada nesta quinta-feira, dia 21, pelo secretário municipal de Fazenda e Planejamento, Pedro Paulo Carvalho Teixeira, em audiência pública na Câmara dos Vereadores do Rio da Comissão de Representação para o Desenvolvimento Econômico e Tributário.

IPTU do Rio: [Mudanças geram dúvidas: entenda as regras e por que numeração é diferente entre boletos físico e virtual](#)

Além de propor um pacote fiscal que ainda está sendo desenvolvido na prefeitura, a ser enviado à Câmara, o município começa na sexta-feira, dia 22, a tentar renegociar suas dívidas com instituições. Na mesma data, Pedro Paulo terá uma reunião com técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), hoje um dos principais credores da prefeitura.

— As despesas com pessoal estão descontroladas. Há um exagero no pagamento de remunerações extrateto. Precisamos dar uma racionalidade às despesas. Cerca de 7% dos gastos são discricionários (como encargos e gratificações). A intenção não é retirar direitos dos servidores. Mas algumas coisas têm que ser feitas de forma mais racional — disse Pedro Paulo.

"Impossível neste momento": [Paes descarta carnaval no meio do ano](#)

Em relação às renegociações com credores, ao todo, a dívida total da prefeitura chega a R\$ 14,8 bilhões dos quais cerca de R\$ 2 bilhões vencem ainda em 2021. Deste total, cerca da metade se refere a compromissos arcados com o BNDES apenas este ano. As dívidas se referem a uma série de empréstimos que o prefeito Eduardo Paes contraiu em administrações passadas para viabilizar obras de infraestrutura urbana, como parte dos preparativos da Olimpíada, como BRT Transbrasil (ainda em obras) e a Transolímpica.

— Além de alongar o prazo de pagamento por cinco anos, vamos propor trocar o índice de amortização usado para calcular a dívida. Hoje, usamos um indicador conhecido como Sistema de Amortização Constante (SAC). Queremos trocar pela Tabela Price. Isso representaria reduzirmos o serviço da dívida com o BNDES em R\$ 600 milhões apenas este ano (R\$ 1,5 bilhão até 2025) — disse Pedro Paulo. — Essa proposta de trocar os indicadores chegou a ser discutida pelo ex-prefeito Marcelo Crivella, mas não fechou acordo — acrescentou o secretário.

Contas: Prefeitura vai buscar acordo para que Rio possa suspender por um ano pagamento de sua dívida externa

Os dois indicadores têm índices diferentes de cálculo de parcelas da dívida. No modelo Price, as parcelas têm valores decrescentes e as últimas parcelas têm valores mais baixos, por exemplo. No SAC, o devedor paga parcelas fixas e as prestações iniciais são mais baratas. Por outro lado, por essa opção, o devedor paga juros mais altos nas últimas prestações.

O secretário voltou a dizer que vai tentar um acordo com a União ou, pelo Congresso, derrubar um veto do presidente Jair Bolsonaro, a um artigo da Lei Complementar 178 que impede administrações de suspender por um ano o pagamento do serviço (juros e amortizações) da sua dívida externa. No caso do Rio, isso representaria uma redução de despesas de R\$ 500 milhões este ano com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid) e o Banco Mundial.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

No caso das despesas com pessoal, o limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) corresponde a 54% das receitas próprias com tributos (Receita Corrente Líquida). Acima desse percentual, a prefeitura tem que cortar despesas com cargos comissionados e servidores, não pode receber recursos voluntários da União ou promover concursos públicos — exceto se for em verbas para Saúde e Educação bem como repor pessoal nessas duas áreas. Segundo a exposição de Pedro Paulo, Crivella fechou 2020 com 54,88% do caixa comprometido (pelo segundo ano do teto ultrapassado). Compromissos assumidos pela gestão passada indicam que a despesa este ano pode chegar a 59,25% da receita corrente líquida, de acordo com o secretário.

Documentos: [Primeiro vencimento do IPVA 2021 é nesta quinta-feira; saiba como deixar o veículo em dia](#)

Pedro Paulo ainda não deu prazo para apresentação ao Legislativo de uma proposta para aumentar a alíquota de desconto dos servidores de 11% para 14% para a previdência. Segundo ele, a proposta ainda está em análise e o envio ou não do projeto caberá a Eduardo Paes. Outra proposta deverá ser, por meio de projetos de lei, a extinção das seguintes estatais: Rio Secutirização, Riozoom, Riocentro, Riocoop e Fomenta Rio. A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (Cdurp) — criada para incentivar o desenvolvimento da região do Porto Maravilha — pode ser fundida com outra estatal para criar uma empresa exclusiva para gestão da carteira imobiliária da prefeitura e outros ativos.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

O secretário ainda não deu datas para a apresentação de um projeto de reforma tributária — com revisão da política de incentivos fiscais, apresentada ainda durante o período de transição.

— O modelo da reforma da Previdência ainda está em análise. O Executivo apresentará uma proposta para a análise do Executivo — diz Pedro Paulo. — Mas mesmo assim, o déficit não vai acabar de uma hora. A gente vai tentar ao menos estabilizar esse déficit. Será uma vitória. Não estamos na mesma situação, mas se não fizermos mudanças podemos chegar a situação de insolvência do Rio Previdência do Estado — disse o secretário de Fazenda.

Entenda: [Prefeitura do Rio criará grupo anticorrupção com auxílio de inteligência artificial e 'teste de integridade'](#)

Ele acrescentou que, entre as questões em estudo no pacote, está uma revisão nos planos de remuneração das carreiras dos servidores — com uma possível revisão dos tempos e prazos para que os servidores alcancem o teto salarial das carreiras.

Pedro Paulo também apresentou projeções feitas pela equipe da Fazenda indicando que a prefeitura não conseguirá alcançar os R\$ 31,2 bilhões aprovados para o Orçamento de 2021. Foram apresentados três cenários sobre a frustração das receitas com impostos e

outras fontes. No melhor dos cenários, a receita não captada seria de R\$ 112 milhões. Mas pode chegar a R\$ 565 milhões (cenário médio) ou R\$ 1 bilhão (quadro mais pessimista nos indicadores). Isso em um cenário de despesas feitas na gestão passada sem cobertura contratual. Em uma nova estimativa, a prefeitura teria de R\$ 2,5 bilhões a R\$ 3 bilhões de Despesas de Exercícios Anteriores (Dea) com fornecedores.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Vacina: [Secretário aguarda Butantan e Ministério da Saúde para saber se pode usar já todas as doses](#)

O secretário acrescentou que, diante deste cenário, ainda não pode garantir que o saldo do 13º do funcionalismo de 2020 seja quitado ainda em fevereiro, conforme técnicos do governo passado chegaram a prever em dezembro, por conta de questões de caixa. Até o momento, só receberam os funcionários celetistas e aqueles que ganham até R\$ 4 mil. Promessa de campanha, a ideia de retomar o Acordo de Resultados com o funcionalismo (que concede uma espécie de 14º ao servidor com base na produtividade) não acontecerá este ano. Na transição, Pedro Paulo chegou a afirmar que poderia retomar a gratificação para algumas categorias ainda este ano.

— Vamos apresentar até o início de fevereiro um calendário para quitar o 13º. Mas precisamos dimensionar o pagamento a um fluxo financeiro adequado para honrarmos o prazo. Nunca em gestões anteriores da prefeitura um prefeito terá que pagar 15 folhas em um ano. Equacionar isso não é algo trivial — disse o secretário de Fazenda.

O GLOBO RECOMENDA



Paes cria 17 novas regiões administrativas, e custo pode chegar a quase R\$ 2 milhões por ano



Ministério Público instaura procedimentos para fiscalizar vacinação no Rio

 Imagem da matéria

Anvisa decide nesta sexta-feira sobre segundo lote da Coronavac



Paes cria 17 novas regiões administrativas, e nova estrutura pode custar quase R\$ 2 milhões por ano
